



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO-PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL-PPGHB

THAISE DE SOUSA ARAÚJO

O PIAUÍ REPUBLICANO:

política e administração no governo de Gregório Taumaturgo de Azevedo (1889-1890)

Teresina-PI
2020

THAISE DE SOUSA ARAÚJO

O PIAUÍ REPUBLICANO:

política e administração no governo de Gregório Taumaturgo de Azevedo (1889-1890)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação da Professora Doutora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Teresina-PI
2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processos Técnicos

A663p Araújo, Thaise de Sousa.
O Piauí republicano : política e administração no governo de
Gregório Taumaturgo de Azevedo (1889-1890) / Thaise de Sousa
Araújo. -- 2020.
128 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
História do Brasil, Teresina, 2020.
“Orientadora: Professora Doutora Teresinha de Jesus Mesquita
Queiroz.”

1. República - História. 2. Azevedo, Gregório Taumaturgo de,
1853-1921. 3. Piauí – Governo – História. I. Queiroz, Teresinha de
Jesus Mesquita. II. Título.

CDD 981.05

Bibliotecária: Thais Vieira de Sousa Trindade - CRB3/1282

THAISE DE SOUSA ARAÚJO

O PIAUÍ REPUBLICANO:

política e administração no governo de Gregório Taumaturgo de Azevedo (1889-1890)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação da Professora Doutora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Apresentada e aprovada em: ____/____/2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Teresinha, de Jesus Mesquita Queiroz (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Examinador interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho (Examinador externo)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco (Suplente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Ao meu pai Francisco Alves de Araújo, a minha mãe Ana Lúcia de Sousa Araújo, ao meu irmão José Carlos de Sousa Araújo e a todos os meus familiares, amigos, sociedade minha gratidão por todo o apoio e investimento que me deram para concluir essa jornada.

Soli Deo Gloria

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou grata a Deus por ser tão generoso comigo e ter me dado a oportunidade de concluir uma pós-graduação, onde pude ter a oportunidade de crescer intelectualmente e amadurecer enquanto humana. Também me foi oportunizado conhecer pessoas incríveis e vivenciar experiências únicas. Agradeço também aos meus pais Francisco Alves de Araújo e Ana Lúcia de Sousa Araújo, que sempre me amaram e me incentivaram em meio as lutas. Eles são as minhas melhores joias.

Também gostaria de homenagear ao meu irmão José Carlos de Sousa Araújo e meu primo Francisco das Chagas do Nascimento Carvalho por sempre terem estado comigo, a minha prima Lúcia Fernanda do Nascimento Oliveira por ser peça fundamental na minha caminhada e a quem não tenho palavras para expressar tamanha gratidão. Da mesma forma, são pessoas importantes em minha vida, minhas tias Júlia Maria do Nascimento e Maria da Cruz do Nascimento, que me educaram com excelência e apontaram para horizontes que eu deveria percorrer. Obrigada por tudo. Essa conquista também é de vocês. A minha avó Francisca do Nascimento, dedico todo o meu afeto.

Agradeço ainda, a meus amigos Yasminn Escórcio, Yasmim Coelho, Rônerly Soares, Nino Dourado, Ronyere Ferreira e Rayrana Moita, pessoas que a UFPI me deu para caminhar lado a lado. Vocês são benção na minha vida. Além disso, gostaria de expressar meu carinho aos meus irmãos em Cristo da Igreja Batista Morada Nova, especialmente, as minhas amigas Raissa Raíza e Brisa Santos por segurarem minhas mãos em tempos difíceis. Amo vocês.

Ademais sou grata ao corpo docente e aos colaboradores da Universidade Federal do Piauí nos nomes de Francisco Nascimento, a quem tenho grande admiração e a D. Eliete Brito por sua atenção e cuidado. A Teresinha Queiroz, minha orientadora, gostaria de agradecer por ter acreditado em mim, mesmo nas adversidades que perpassaram a minha trajetória. Sua confiança me deu forças para acreditar em mim e a evoluir em muitos aspectos. Aprendi a ver além da Teresinha profissional, vi alguém especial, sensível e de grande amor ao próximo. Você é imortal em muitos corações.

Ao Brasil, agradeço pelo seu investimento financeiro. Em um país cujo analfabetismo é alto, possuir um mestrado ou doutorado é possibilidade para poucos afortunados. Obrigada a cada trabalhador: pedreiro, lavadeira, cobrador de ônibus, gari, faxineira, vendedor, e etc., seu suor, suas lágrimas e mãos calejadas permitiram que eu concluísse meu trabalho.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a estudar o governo do Major Gregório Taumaturgo de Azevedo. O militar foi o primeiro governador republicano do estado do Piauí e teve um mandato de aproximadamente seis meses, isto é, de 26 de dezembro de 1889 a 4 de junho de 1890. Seu governo foi marcado pela reestruturação administrativa e pela reorganização da política piauiense. Durante sua gestão, Taumaturgo buscou realizar reformas em diversas áreas do estado. Ele também foi desafiado a tratar com a política local, cuja rivalidade entre seus elementos atravessara as fronteiras da Monarquia para a República. Os velhos partidos imperiais, Liberal e Conservador, se dissolveram e novas agremiações foram formadas, o Partido Republicano Federal e o Partido Democrata. Assim, velhos inimigos tornaram-se aliados e correligionários passaram a ser adversários. Os confrontos de ideias era algo perene, o que levou a queda do então governador. Desta maneira, procuramos compreender como aconteceu a instalação da República no Piauí. Analisamos ainda, qual o impacto da chegada de um novo regime nos municípios piauienses. Também buscou-se depreender como deu-se a nomeação de Taumaturgo de Azevedo para o cargo de governador; como ocorreu a formação partidária no Piauí; como sucedeu a crise política no Estado e a retirada do referido major do poder. Igualmente, tratou-se acerca da defesa que se levanta em torno de Taumaturgo. Para a realização do referido trabalho, usou-se fontes hemerográficas, tais como: *Atualidade-PI* (1889); *A Época-PI* (1878-1885); *A Imprensa-PI* (1865-1889); *A Opinião Conservadora-PI* (1874-1876) *Jornal do Comércio-RJ* (1889-1890); *Cearense-CE* (1890); *Correio Paulistano-SP* (1890); *Democracia-RJ* (1890) *A Democracia-PI* (1890); *Estado do Piauí-PI* (1890) *Gazeta do Norte-CE* (1889).

Palavras-chave: Taumaturgo de Azevedo. República. Piauí. Governo.

ABSTRACT

This research proposes to study the Government of Major Gregório Taumaturgo de Azevedo. He was the First Republican Governor of the State of Piauí and he had a term of approximately six months, which is, from December 26, 1889 to June 4, 1890. His government was marked by administrative restructuring and the reorganization of Piauí's policy. During his tenure, Taumaturgo tried to carry out reforms in several areas of the State. He was also challenged to deal with local politics, whose rivalry between its elements had crossed the borders of the Monarchy to the Republic. The old imperial, liberal and Conservative parties, dissolved and new associations were formed, the Federal Republican Party and the Democratic Party. Thus, old enemies became allies and supporters became adversaries. The clashes of ideas were something perennial, which led to the fall of the Governor. In this way, we intend to understand how the installation of the Republic in Piauí happened. We also analyzed the impact of the arrival of a new regime in the municipalities of Piauí. We also sought to understand how the appointment of Taumaturgo de Azevedo to the position of Governor happened; how the party formation took place in Piauí; how the political crisis happened in the State and the removal of the referred major from the power. Likewise, it was about the defense that arises around Taumaturgo. To carry out this work, it was used hemerographic sources, such as: *Atualidade-PI* (1889); *A Época-PI* (1878-1885); *A Imprensa-PI* (1865-1889); *A Opinião Conservadora-PI* (1874-1876) *Jornal do Comércio-RJ* (1889-1890); *Cearense-CE* (1890); *Correio Paulistano-SP* (1890); *Democracia-RJ* (1890) *A Democracia-PI* (1890); *Estado do Piauí-PI* (1890) *Gazeta do Norte-CE* (1889).

Keywords: Taumaturgo de Azevedo. Republic. Piauí. Government.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO REPUBLICANO.....	20
2.1 A Proclamação da República no Brasil.....	20
2.2 A instalação da Primeira Junta Governativa Provisória republicana no Piauí.....	26
2.3 As manifestações de adesão e de apoio ao regime republicano no Piauí.....	38
3 A NOMEAÇÃO E O GOVERNO DE GREGÓRIO TAUMATURGO DE AZEVEDO.....	52
3.1 Nomeação e posse de Gregório Taumaturgo de Azevedo.....	52
3.2 Reorganização partidária, conflitos políticos e repercussões no Rio de Janeiro.....	56
3.3 Atos do primeiro governo republicano no Piauí.....	67
4 CRISE POLÍTICA, DEMISSÃO E DEFESA DE TAUMATURGO DE AZEVEDO NO RIO DE JANEIRO.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
6 REFERÊNCIAS.....	119

1 INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos da República no Brasil, os republicanos tiveram que enfrentar desafios como: a centralização política, a formação nacional e a afirmação da cidadania; problemas estes herdados do Império. Além disso, havia a necessidade de consolidação do novo regime.¹ Como afirma Silva:

A república foi instaurada, mas ainda precisava ser consolidada, legitimada e institucionalizada. Era preciso preencher o vazio instaurado pelo novo regime, que precisava se sobrepôr a um passado de longas décadas. Um longo processo que se iniciava e que, para Renato Lessa, só se concretizou com Campos Sales e a política dos governadores.²

Uma das primeiras ações do Governo Provisório Central foi a nomeação de aliados para governar os estados. Segundo MaccCan, a queda do Império levou à troca de presidentes provinciais por oficiais e civis aliados do governo, que indicaram seus sucessores. Estas mudanças teriam em grande parte ocorrido de forma pacífica, porém, posteriormente passaram a ocorrer lutas violentas pelo controle do poder nos estados. Não havia acordo sobre o significado de República, uma situação que pode ser facilmente notada, se levarmos em consideração os pensamentos filosóficos que moviam os republicanos, antes da proclamação da República e subsequentemente durante a primeira década do novo regime, com disputas dentro do próprio governo federal. Segundo o referido autor: “sem partidos ou ideologias para reestruturar a nova ordem política, a velha ordem desintegrou-se em conflitos confusos nascidos de rixas e ciúmes locais”.³

O primeiro governador republicano nomeado para o Piauí foi Gregório Taumaturgo de Azevedo. Formado em Direito, ocupava o cargo de Major de Engenheiros e figurava entre os intelectuais da época. Quando convidado para o cargo de governador, atuava como Diretor de Obras Públicas em Recife, Pernambuco.⁴ Sua escolha para ocupar o governo do estado

¹ CARVALHO, José Murilo. Utopias republicanas. In: CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990. p. 17- 33.

² SILVA, Camila de Freitas. O 15 de Novembro na imprensa carioca. *AEDOS*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 179, jan./jun. 2011.

³ MCCANN, Frank D. Tumulto republicano. In: MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 47.

⁴ Gregório Taumaturgo de Azevedo foi um político, bacharel em Direito, escritor, engenheiro militar, estadista e Marechal do Exército Brasileiro. Nasceu na cidade de Barras-PI (17/11/1853), sendo filho de Manuel de Azevedo Moreira de Carvalho e Angélica Florinda Moreira de Carvalho. Com a proclamação da República foi nomeado primeiro governador do Piauí (26/12/1889 – 04/06/1890). Além disso, foi governador do Amazonas (01/09/1891- 27/2/1892). Foi responsável pela demarcação

ocorreu em substituição à Junta Governativa Provisória, a responsável pela instalação do novo regime. O referido ato está relacionado à política de substituição nacional de juntas governativas estaduais por governadores nomeados, segundo o objetivo do Governo Provisório Central de aumentar os tentáculos do Exército pelo país.⁵ Sua nomeação significava, em primeiro momento, a consolidação da República no Piauí e, conseqüentemente, a vinda do progresso. Entretanto, as polêmicas ocorridas em seu mandato resultaram em uma administração curta, de aproximadamente seis meses. As contendas repercutiram até após o fim de seu governo, período em que se acentuaram, sendo travadas polêmicas nos jornais e inspirando um livro de Clodoaldo Freitas produzido no ano de 1892, com o título de *Os fatores do coelhado*⁶, que trata, dentre outros assuntos, sobre as controvérsias ocorridas no governo de Taumaturgo de Azevedo.

Desta maneira, o presente trabalho estuda o primeiro governo republicano do Piauí, que teve à frente o engenheiro e major do Exército, Gregório Taumaturgo de Azevedo. A proposta consiste em analisar a administração do estado, o redimensionamento político no período após a proclamação da República e o posicionamento político das figuras atuantes na política local, em torno da nova forma de governo vigente no Brasil.

Alerta-se que, embora o objeto de estudo esteja situado no Piauí, realizam-se constantes conexões com o Rio de Janeiro, por ser naquele momento capital federal, ou seja, centro das decisões que regiam o país, além de palco das disputas político-discursivas entre elementos da política piauiense na imprensa carioca. É importante informar ainda que o recorte temporal foi ampliado para além do intervalo correspondente ao início e término do mandato do governador, isto é, de 26 de dezembro de 1889 a junho de 1890. Nosso ponto de partida foi a instalação da República no Brasil em 15 de novembro de 1889 e a nomeação do referido militar em 22 do mesmo mês. Já o final do recorte está ligado à repercussão na imprensa a respeito de sua administração por volta de outubro de 1890. Justifica-se que o curto período analisado é fruto de uma densidade de fontes disponíveis para a investigação

do território do que hoje pertence ao Acre. Foi fundador da cidade de Cruzeiro do Sul naquele mesmo estado. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003. p. 43-45; LOPES, Raimundo Hélio. Gregório Taumaturgo de Azevedo. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEVEDO,%20GRÊGORio%20Taumaturgo.pdf>. Acesso em 2 mar. 2018.

⁵ MACAMBIRA, Dalton Melo. O Piauí na proclamação da República. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 11, n. 1, p. 123, 1986; NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí: 1889-1920*. Teresina: Academia Piauiense de Leras, 2016. p. 47.

⁶ FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado: esboço de história*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

sobre o assunto, o que permitiu que o trabalho chegasse a um resultado satisfatório quanto aos objetivos da pesquisa.

Para obter-se mais detalhes acerca dos acontecimentos no governo de Taumaturgo de Azevedo, foi necessário perguntar a respeito dos fatos políticos no Brasil e no Piauí. Levantou-se inicialmente a questão de como se encontrava o país e a política nacional perante o novo regime político vigente. Seguiu-se interrogando acerca da reação dos antigos grupos políticos diante da circunstância em que se encontrava o Estado Brasileiro. Buscamos saber também como ocorreu a escolha e a nomeação de Gregório Taumaturgo de Azevedo para exercer o cargo de primeiro governador do estado do Piauí, bem como qual teria sido a receptividade dos políticos piauienses à sua nomeação. Inquiriu-se de igual modo sobre como reagiu o povo piauiense em torno das ações administrativas do governo Taumaturgo de Azevedo, nas áreas da economia, infraestrutura, educação, saúde e outros. Questionou-se ainda, de que maneira a postura do governador piauiense, ao tentar fundir os partidos políticos e seus jornais, afetou seu governo, bem como de que forma e por que ocorreu o processo de formação dos partidos e quem eram os principais atores da política estadual naquele momento. Por fim, interrogou-se como se comportaram os grupos políticos que possuíam boa posição no Império, após a proclamação da República, e como repercutiu a conjuntura política piauiense na capital federal e perante o Governo Provisório.

A escolha do tema está ligada à trajetória desta pesquisadora desde a produção da sua monografia de conclusão de curso da Graduação em História, na Universidade Federal do Piauí, quando se deparou com uma vasta documentação que engloba o objeto de pesquisa proposto neste estudo e que ainda se encontra pouco explorado. Analisando a bibliografia voltada para a história do Piauí, percebeu-se a existência de poucas pesquisas acerca da política, na primeira década da República no Piauí (1889-1899). O que existe são trabalhos que apresentam de maneira superficial os acontecimentos sobre o campo político no referido recorte temporal, tais como verbetes em dicionários históricos e obras que tocam neste assunto apenas para contextualização do momento histórico em que se encaixam seus objetos de pesquisa. Há também estudos, embora densos em sua empiria e teoria, a respeito da política no Piauí, mas que não se detêm especificamente na política nos anos de 1889 a 1899, por abranger também um recorte mais amplo, incorporando o período que compreende, desde 1870 a 1930, como é o caso do livro de Teresinha Queiroz *Os literatos e a República:*

Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo.⁷ Há, ainda, se detêm também em outras figuras políticas do período, como por exemplo, Raimundo Artur de Vasconcelos na obra *Nos domínios de Arthur: política e sociedade no governo de Raymundo Arthur de Vasconcelos*, de Hêlbert Alves Correia Lima e Pedro Pio Fontineles Filho.⁸

Essa pequena parcela de trabalhos produzidos a respeito dos dez primeiros anos da República pode ser explicada, em parte pelo péssimo estado em que se conservam as fontes. Estes documentos, encontrados em situação crítica, provocada pelo excessivo manuseio, por muitos anos estiveram lacrados até que pudessem ser restaurados e/ou digitalizados, como vem ocorrendo nos últimos anos. A opção mais viável aos que gostariam de pesquisar recortes temporais mais antigos, por muitas vezes, era visitar arquivos públicos de outros estados, como a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Infelizmente, nem todos possuíam condições financeiras para tal empreitada.⁹

Outra explicação está ligada à história da historiografia, no tocante ao período de declínio da História Política (1930-1950). Esse panorama da história pode ser visto a partir dos *Annales*, principais opositores da história política: concebia-se um modelo de conhecimento histórico em que a História passava a ser o estudo do homem no tempo, ou a totalidade social, com a definição de conceitos básicos como fato histórico, documentos e o tempo; e, por outro lado, a História Política era acusada de incapaz de explicar, apegada ao efêmero, ao factual, era subjetiva, psicologizante e idealista, chegando a ser, inclusive, considerada pela segunda geração dos *Annales* como não ciência.¹⁰

Com a onda do estruturalismo, o Político foi legado ao tempo curto, justo o mais instável e o menos decisivo dos tempos ou durações históricas, ou seja, ele não teria possibilidade de mudar a superestrutura, por ser superficial. Ao absorver o marxismo histórico dando à economia o fator causador da luta de classes, também corroborou para que o prestígio da História Política fosse abalado. Apesar disso, a corrente estruturalista de alguma forma também foi a responsável por trazer a discussão sobre o poder e elevar o político e a política

⁷ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994; QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina/João Pessoa: EDUFPI/EDUFPB, 1998; QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

⁸ CORRÊA LIMA, Hêlbert Alves; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Nos domínios de Arthur: política e sociedade no governo de Raymundo Arthur de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2010.

⁹ RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *A imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001. p. 25.

¹⁰ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 64-65.

ao primeiro plano. Os *Annales* aos poucos foram perdendo o poder de negar ao político o seu espaço.¹¹

Francisco Falcon, ao tentar explicar as circunstâncias que levaram à marginalização da História Política, aponta dois aspectos: a conjuntura política da França de 1930 a 1945, com a Segunda Guerra Mundial e a invasão do seu território pela Alemanha; e a situação político-acadêmica do período. A História Política sofreu diversas críticas após 1945, pelos *Annales*, que ao anexarem características de outras correntes, como o marxismo, o weberianismo, quantitativismo, estruturalismo e outros, fez com que ela se tornasse ainda mais desprezada. O político não deixou, contudo, de estar presente nos trabalhos dos historiadores da França, apenas era posto de forma diferente. A rejeição à História Política ficou reduzida ao território francês, e mesmo com o seu descrédito, muito do que chegava às editoras apontado como História, era na verdade, História Política.¹²

Peter Burke reconhece que a maior crítica que se pode fazer aos *Annales* seria uma possível negligência à Política e ameniza os fatos dizendo que embora não houvesse uma atenção maior a este campo, ela não deixou de estar presente nos trabalhos de historiadores do grupo, pois haviam membros que tiveram atuação no Partido Comunista após a Segunda Grande Guerra. Além disso, haviam trabalhos que foram produzidos abordando-a mais diretamente, como os dos historiadores Marc Ferro, George Duby e principalmente, Maurice Agulhon. Admite, porém, que Lucien Febvre e Fernand Braudel puseram a História Política de lado.¹³

A História Política começou a ganhar espaço com a geração de 1970, ao buscar, fora da disciplina, moldes e fundamentos teóricos para pensar a relação Estado-Sociedade, levando o campo a uma renovação.¹⁴ Burke diz que a renovação do referido campo foi uma reação a Braudel e contra todo tipo de determinismo, principalmente ao materialismo histórico, e também uma reação à redescoberta da oposição ao estruturalismo. Além disso, estaria ligada à Cultura Política voltando-se para as mentalidades e as ideias.¹⁵ Michel Foucault foi um autor fundamental para a História Política no desenvolvimento de novos objetos, pois colocava em destaque a “relação entre as diferentes práticas sociais, a pluralidade e a onipotência do

¹¹ FALCON, 1997, p. 68 -73.

¹² FALCON, 1997, p. 67 – 77.

¹³ BURKE, Peter. A terceira geração. In: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales a revolução francesa da historiografia: 1929-1989*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991. p. 80.

¹⁴ FALCON, 1997, p. 74.

¹⁵ BURKE, 1991, p. 80.

poder.”¹⁶ Nos últimos anos, a História Política também veio ganhando espaço nas universidades brasileiras, com novas abordagens, novos temas e novas metodologias de trabalho.

Justifica-se em primeiro lugar, que a escrita deste trabalho vem contribuir para que surjam novos elementos de compreensão da história política republicana no Piauí, permitindo à sociedade o conhecimento das primícias deste novo regime no governo do país e do estado. Permite também perceber os dilemas do governo nesses primeiros anos, as saídas buscadas na tentativa de resolvê-los, assim como identificar as continuidades e discontinuidades presentes na política no Brasil. Justifica-se em segundo lugar, que a contribuição no âmbito acadêmico será no sentido de fortalecer o estudo a respeito da História Política no Piauí, deixando mais densas as discussões a respeito da República, no meio piauiense.

Entre os autores responsáveis pela renovação da História Política estão René Remond e seus discípulos, que formaram o que Jean-Pierre Sirinelli nomeia de Escola Remondiana, que atuava de forma paralela à Escola dos *Annales*.¹⁷ A obra organizada por esses pesquisadores, chamada *Por uma história política*¹⁸, apareceu como um manifesto em defesa dessa história posta à margem pelos *Annales*. Essa obra foi importante nesta pesquisa, pois o seu principal foco é traçar caminhos para a renovação da História Política, trabalhando com temas já tradicionais, como guerras, eleições e biografias, abordados em uma nova perspectiva, ou analisando novos objetos, como a mídia, a opinião pública e os discursos.¹⁹ De forma mais ou menos direta, todos os objetos abordados apontam para o político, mostrando que ele pode se fazer presente de alguma maneira. Mesmo quando não for produto ativo, pode ser modificado para servir como tal. Aponta assim, que as fronteiras do político são abstratas, ora elas podem se expandir, ora se reduzir, conforme a situação. Não há a busca pela hierarquização da História Política no sentido de reverter o papel que lhe foi atribuído outrora, mas apenas lhe oferecer o espaço de ciência e objeto de pesquisa para que possa contribuir para com outros campos.²⁰

¹⁶ FALCON, 1997, p. 75

¹⁷ SIRINELLI, Jean-François. Introdução. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 11.

¹⁸ REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

¹⁹ FERREIRA, 1997, p. 5.

²⁰ REMOND, René. Do político. In: REMOND, 2003, p. 441 -450.

José Murilo de Carvalho é outro autor, cujas obras são utilizadas no presente trabalho, especialmente, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*²¹ e *Os bestializados: o Rio de Janeiro a República que não foi*²². A primeira obra apresenta a tentativa por parte do estado brasileiro de legitimar, perante a população uma república instalada através de um golpe. Para demonstrar isso, o autor apresenta todos os elementos que compuseram esse projeto, tomando como ponto de partida, as correntes filosóficas que pensaram a república em um dado momento da história humana. O objetivo é ambientar o leitor no que virá posteriormente. Mostra as disputas pelos créditos na participação no processo de instalação da República no Brasil, a composição do herói republicano, a criação de símbolos para representarem aquele momento e a representação da figura da mulher na República brasileira, em comparação com a relevância do papel feminino na República francesa. Já a segunda obra citada tem como recorte espacial a cidade do Rio de Janeiro, e como recorte temporal a virada da Monarquia para a República, até o governo de Rodrigues Alves.²³ Nessa obra o autor busca explicar porque os brasileiros foram definidos como bestializados. Para isso, estudou aspectos sociais, econômicos e políticos do país, além de buscar entender como se dava a relação governamental com o povo. Essas obras ajudam a compreender o Brasil republicano, de modo a entender-se o ambiente em que o Piauí se encontrava.

Entre os trabalhos piauienses sobre o assunto podemos citar o livro *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí*²⁴, que trata a respeito da postura da classe política do Piauí em relação à política nacional dos anos de 1870 a 1930, e da luta pela hegemonia de poder em âmbito local, regional e central. Também se pode contar com as produções de Teresinha Queiroz, dentre as quais está o seu livro *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*²⁵, que estuda a vida e a obra de Clodoaldo Freitas e de Higino Cunha, dialeticamente ligadas à sociedade piauiense da Primeira República, observando aspectos como cultura, política, religião e educação. Além disso, há a contribuição de Monsenhor Chaves na *Obra completa*²⁶, reúne uma gama de informações

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²² CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

²³ Francisco de Paula Rodrigues Alves foi o quinto presidente do Brasil republicano. Governou o país de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906, sendo sucedido por Afonso Pena.

²⁴ NUNES, 2016.

²⁵ QUEIROZ, 2011.

²⁶ CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

sobre personalidades e fatos históricos do Piauí. E ainda de Dalton Melo Macambira com o artigo “O Piauí na Proclamação da República”²⁷, cujo recorte temporal é a primeira década republicana e no qual faz um apanhado a respeito da política nacional e local.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas variadas fontes, compostas por jornais, decretos, aditamentos e relatórios de governadores. Esta diversidade de fontes possibilitou apresentar de forma mais abrangente o objeto de pesquisa. Ao tratarmos dos usos das fontes, essas foram divididas em duas categorias: os periódicos e os documentos oficiais.

Os periódicos tiveram um papel eficaz como porta-vozes quase que exclusivos das forças descontentes, que os utilizavam na crítica ao regime, desde o início do reinado de D. Pedro II ao fim da Monarquia.

Na bagagem de seus agentes – fossem publicistas, jornalistas, bacharéis, autodidatas, caricaturistas – estava o jornalismo de combate, conjugando a causa política, a linguagem empolada e os compromissos literários. Nasce daí a construção de uma mística republicana como proposta de modernidade, a despeito do jornalismo aulístico de exaltação do Imperador que permaneceu até às vésperas do golpe militar.²⁸

Além disso:

A consolidação da unidade do país e o estabelecimento das bases do sistema representativo são, em boa parte, tributários da imprensa desse Império tropical. Como diferencial do período em que o anonimato também foi uma constante – sublinha-se a ampla liberdade de expressão, propulsora daquela rica produção, de credos diversos e ensaios múltiplos, em busca de um ideal maior: a construção da nação.²⁹

A imprensa continuou, nesses moldes, a sua produção nos primeiros anos após a proclamação da República. Antes predominantemente monarquista, a imprensa passava a ser republicana (havia exceções), “agente de um projeto civilizador secularmente acalentado.” Nos periódicos, era exaustivamente exposto o ideal de progresso pretendido para o país. Mesmo com a diversificação dos assuntos tratados nos jornais em virtude da modernização, a política continuava tendo seu espaço.³⁰

²⁷ MACAMBIRA, Dalton Melo. O Piauí na proclamação da República. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 11, n. 1, p. 115-131, 1986.

²⁸ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: LUCCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 79.

²⁹ MARTINS, 2008, p. 79.

³⁰ MARTINS, 2008, p. 79.

Os jornais trabalhados ofereciam a possibilidade de se observar os acontecimentos e as reações dos personagens por diversos ângulos. Cada um deles ofereceu uma contribuição diferenciada a respeito do objeto de pesquisa. Por isso, considera-se conveniente apresentá-los de forma detalhada.

De início tem-se *O Atualidade* (Teresina, 1889), periódico que fez a narrativa dos momentos iniciais, após o advento do novo regime e a chegada de Taumaturgo de Azevedo como governador do Piauí; o *Fiat Lux* (Teresina, 1890) permitiu, por sua vez, o acesso às manifestações locais a respeito dos atos do governo Taumaturgo de Azevedo; *A Democracia* (Teresina, 1890) teve sua importância na pesquisa, pois foi a voz de um dos partidos que surgiram durante o mandato de Taumaturgo de Azevedo, isto é, o Partido Republicano Federal; e o *Estado do Piauí* (Teresina, 1890) era o órgão oficial do governo. Esse periódico proporcionou o conhecimento detalhado das ações governativas de Taumaturgo de Azevedo, as decisões do Governo Provisório Central e de seus ministérios, já que obteve o *status* de relatório da administração do primeiro governador nomeado do Piauí.

O jornal *Democracia* (Rio de Janeiro, 1890) e o *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro, 1890) possuem vários artigos escritos por homens atuantes de lados opostos na política piauiense durante o governo Taumaturgo, divulgando um amplo debate e as disputas pelas esferas de poder em torno daquela administração, e sua luta pela manutenção dos espaços adquiridos e pelo restabelecimento do que foi perdido com a saída daquele militar do cargo de governador. *A Falange* (Teresina, 1889) tem em suas linhas o impacto dos primeiros dias do novo regime e também alguns movimentos do primeiro governador, já que o periódico foi testemunha da mudança de regime. Sua posição era essencialmente de crítica à nova forma de governo, já que Simplício Coelho de Resende, seu diretor, não aderiu à República, ou seja, manteve-se fiel à Monarquia. O *Cearense* (Fortaleza, 1890), o *Correio Paulistano* (São Paulo, 1890), a *Gazeta do Norte* (Fortaleza, 1890) e o *Estado do Ceará* (Fortaleza, 1890) estão presentes na pesquisa por trazerem notas informativas a respeito da política piauiense. Já os jornais *Diário de Pernambuco* (Recife, 1884-1889) e *Jornal do Recife* (Recife, 1878-1895) trazem informações a respeito de aspectos fundamentais da trajetória de Taumaturgo de Azevedo enquanto militar e político.

Os métodos utilizados foram o levantamento e a análise dos jornais, visando: perceber quais as motivações que levaram o periódico dar publicidade a alguma coisa; observar o grau de destaque dado ao acontecimento, bem como o local em que ele foi posto; realizar a análise do significado dos discursos, examinando até mesmo as ilustrações que o cercavam e os procedimentos tipográficos; atentar para a linguagem e o tipo de conteúdo que não estão

ligados ao público que se quer atingir “[...]; identificandor cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecendo os colaboradores mais assíduos e ponderando a escolha do título, assim como para os textos programáticos”³¹ e ainda inquirindo sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros.

Além dos periódicos, também foram utilizados documentos oficiais, segunda categoria de fontes. O *Relatório com que o 1º vice-governador Joaquim Nogueira Paranaguá entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Gabino Besouro no dia 23 de agosto de 1890*³², traz, além das ações de Joaquim Nogueira Paranaguá, as ações de Taumaturgo de Azevedo. Acredita-se que os motivos que levaram à construção de um relatório que contém anexos do governo anterior ao de Nogueira Paranaguá estejam ligados à intenção do governador de levar ao seu substituto o máximo de informações possíveis acerca da administração do estado, já que Taumaturgo não fez um documento semelhante.

Em relação às fontes, os métodos utilizados foram o estudo da máquina administrativa, para entender o contexto histórico em que foram produzidos os documentos; a ambientação com a forma de escrita do material; a análise do documento no contexto da época, incluindo expressões e significados das palavras; e a atenção “às medidas utilizadas por quem produziu o documento, assim como a seus critérios, vieses e problemas de identificação de pessoas”; o cruzamento fontes e a busca de identificar permanências e mudanças.³³

Todas as fontes utilizadas foram localizadas: no Arquivo Público do Piauí; no Núcleo de Pesquisa em Memória (NUPEM/UFPI); no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; no Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação (NUJOC/UFPI); e no site da Câmara dos Deputados. As fontes foram usadas para levantamento do perfil político da época. Os periódicos possibilitaram enxergar os pontos de vista de quem os construiu, os embates em torno do governo Taumaturgo de Azevedo no âmbito social e a situação política em que se encontrava o estado no período estudado. Já os documentos oficiais propiciaram compreender quais medidas foram tomadas pelo poder público para resolver possíveis demandas que o país, e mais precisamente o Piauí, viessem a ter. Utilizou-se como instrumentos de pesquisa os catálogos de arquivos públicos, sites de acervos digitalizados, além de arquivos

³¹ LUCA, Tania Regina de. História dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p.139-141.

³² PIAUÍ, Governador, 1890-1890, Joaquim Nogueira Paranaguá. *Relatório com que o 1º vice-governador Joaquim Nogueira Paranaguá entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Gabino Besouro no dia 23 de agosto de 1890*. Teresina: Tip. de Honorato Sousa, 1890.

³³ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, 2008, p. 23-79.

digitalizados e salvos em computador dos centros responsáveis por digitalização de documentos.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro, intitulado *O processo de instalação do Governo Provisório republicano*, está subdividido em três subtópicos: A proclamação da República no Brasil, A instalação da Primeira Junta Governativa Provisória republicana no Piauí e As manifestações de adesão e de apoio ao regime republicano no Piauí. Neles tratamos sobre a proclamação da República no Brasil, bem como as aclamações do Piauí e de seus municípios ao novo regime político. Compreendermos este assunto foi fundamental, já que a nomeação de Gregório Taumaturgo de Azevedo ao Governo do Estado é resultado deste acontecimento. Além do mais, nos permitiu perceber quem foram os atores deste processo, assim como o significado de suas atuações frente ao momento histórico, e ainda, a receptividade da República aqui instalada na data de 16 de novembro de 1889.

O segundo capítulo chamado *A nomeação e o governo de Gregório Taumaturgo de Azevedo*, está subdividido em três itens: Nomeação e posse de Gregório Taumaturgo de Azevedo; Reorganização partidária, conflitos políticos e repercussões no Rio de Janeiro; Atos do primeiro governo republicano no Piauí. O capítulo trata a respeito dos primeiros meses da República no Piauí representada pela figura do major Gregório Taumaturgo de Azevedo, que atuou como primeiro governador no período republicano. Seu rápido governo se caracteriza por inúmeras ações no campo administrativo, que aliadas às decisões políticas resultaram na formação partidária por parte de grupos oriundos do Império, avivando os embates adormecidos.

O terceiro capítulo, *Crise política, demissão e defesa de Taumaturgo de Azevedo no Rio de Janeiro*, trata dos problemas enfrentados por Taumaturgo de Azevedo após seu rompimento com os membros da política local, a formação dos partidos republicanos, as discussões sobre a sua gestão e nomeação política, que resultaram em sua saída do governo, após quase seis meses de mandato. Além disso, trata das discussões políticas que foram levantadas em jornais da Capital Federal por aliados e adversários sobre sua passagem pelo governo estadual do Piauí, quando Taumaturgo já estava no Rio de Janeiro para prestação de contas ao Governo Central.

2 O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO REPUBLICANO

2.1 A proclamação da República no Brasil

De acordo com Frank MacCann a República foi resultado da atuação de uma pequena parcela de oficiais defensores de seus direitos, que se aliaram a uma minoria política que tinha a intenção de tomar o poder. As motivações de alguns militares giraram em torno do “[...] temor por sua instituição e por seu bem-estar pessoal, enquanto para outros foi a ideologia republicana ou o desejo de estar atualizado com as tendências internacionais.”³⁴ Celso Castro defende que a proclamação foi realizada por jovens militares oriundos do curso superior da Escola Militar do Rio de Janeiro, eram eles alferes-alunos, tenentes e capitães influenciados pelo cientificismo e crentes na importância do mérito pessoal. O autor aponta que foram esses dois elementos que influenciaram e foram fundamentais para que o Exército derrubasse o regime monárquico. Destaca que apesar da atuação do Exército na proclamação da República, tanto a base da pirâmide hierárquica militar como a Marinha estiveram ausentes do ato. Dos oficiais que se situam no topo da hierarquia militar, apenas o marechal Deodoro da Fonseca³⁵ teve participação. Já entre os oficiais superiores, pouquíssimos se envolveram.

As participações de Deodoro e Benjamin Constant³⁶ foram fundamentais para a noção de unidade no conjunto militar, embora saiba-se que não havia um consenso entre eles. A falta de definição sobre o que era uma república de fato também contribuiu para que os militares que possuíam um pensamento político próximo se aliassem de forma harmônica. Entretanto,

³⁴ MCCANN, Frank D. Tumulto republicano. In: MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 45.

³⁵ Manuel Deodoro da Fonseca (Alagoas da Lagoa do Sul (AL) 05/08/1827 – Rio de Janeiro (GB), 23/08/1892. Foi militar brasileiro de grande carreira e com prestação de serviços em diversos estados. Lutou na Guerra do Paraguai. Realizou lutas políticas em defesa dos militares do Brasil frente ao Império. Envolveu-se nas Questões Militares. Como Marechal, participou do ato que proclamou a República e foi presidente do Governo Provisório Central, de 15 de novembro de 1889 até 23 de novembro de 1891. LEMOS, Renato. Manuel Deodoro da Fonseca. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Deodoro%20da.pdf>. Acesso em 9 mar. 2018.

³⁶ Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi um professor, engenheiro e militar fluminense. Herói da Guerra do Paraguai, ele foi o principal nome do Positivismo no Exército, sendo apontado como influenciador do alunado da Escola Militar da Praia Vermelha na Proclamação da República. LEMOS, Renato. Benjamin Constant Botelho de Magalhães. In: ABREU, Alzira Alves. et. all: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC - FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONSTANT,%20Benjamin.pdf>. Acesso em 9 mar. 2018.

também contribuiu para que essa débil união se desfizesse, logo após a instalação da República.³⁷

MacCann explica que:

A instabilidade política e militar e a violência da década de 1890 resultaram em parte da falta de consenso entre as elites civis quanto ao modo como o país deveria ser governado; analogamente, os militares não conseguiram chegar a um consenso quanto ao seu status, sua relação com o regime político ou seus objetivos institucionais. Além disso, estavam divididos em rivalidades pessoais e visões conflitantes do futuro do Exército e do país. Sua desunião e o acordo entre as elites quanto ao papel das forças armadas na sociedade explicam, em parte, porque não se estabeleceu uma ditadura militar prolongada como alguns oficiais positivistas desejavam.³⁸

Desde o período colonial, o Brasil vem sendo conduzido pelas elites, de acordo com seus interesses econômico-sociais. As chamadas oligarquias são um sintoma frequente na política brasileira, e a conduzem desde que o país pertencia a Portugal. Assim como em 1822, esses grupos viram na Independência a oportunidade ideal para progressão de seu crescimento impedido pelo sistema que favorecia a metrópole. A República foi vista como o meio de trazer novos rumos ao Brasil, que se via atrasado frente aos países europeus e aos Estados Unidos da América. Com a subida dos militares, alguns dos republicanos históricos e dos antigos monarquistas convertidos também assumiram o poder e, em pouco tempo, ficou claro que a República ainda possuía características monárquicas que precisavam ser superadas.

As elites se uniram ao Exército para a tomada do poder, entretanto logo notou-se a ausência de um projeto, e a continuidade das fortes marcas do regime anterior. A República não havia rompido totalmente com aquele sistema, sendo apenas uma tomada de poder. E assim, era preciso vencer desafios para que a República perdurasse.

De acordo com José Murilo de Carvalho, a propaganda republicana foi feita por profissionais liberais, especialmente por advogados e jornalistas, estudantes das áreas de Direito e Medicina, e alunos das escolas militares. E embora os discursos tratassem sobre democracia, pouco se fez para inserir o povo na movimentação republicana. Isso se explica, em parte, pela falta de interesse dos produtores de café do estado de São Paulo em levar a campanha para as ruas. Silva Jardim era um dos defensores da participação popular no processo de instalação da República. Sabendo disso, os arquitetos do golpe, que culminou com a queda do Imperador, não o avisaram e assim como o jurista, todo o Brasil foi pego de

³⁷ CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 45-46.

³⁸ MCCANN, 2007, p. 45.

surpresa pelo acontecimento no Campo de Santana na manhã daquele dia, quando o marechal Deodoro da Fonseca, mesmo estando doente, se dirigiu para lá, onde derrubou o regime monárquico.³⁹

Naquele dia, Deodoro da Fonseca saiu às ruas em desfile e logo foi para casa. Ele estava acompanhado apenas por alunos das escolas do Exército, alguns oficiais da Marinha, e curiosos que deram vivas à República, mas foram censurados e receberam do líder da tropa a ordem para que se calassem. Coube a José do Patrocínio anunciar na Câmara Municipal do Rio de Janeiro a proclamação da República. Carvalho explica que a queda do Império foi facilitada porque aquele sistema político já não possuía apoio da Igreja, do Exército, dos antigos senhores de escravos, da juventude das faculdades e de profissionais liberais. O maior apoio que a Monarquia tinha era dos ex-escravos e do povão, que não tinham como se manifestar contra isso.⁴⁰

Castro reforça ao afirmar que, mesmo que a República eventualmente tivesse sido instalada sem nenhuma oposição ou luta em seu favor, no dia 15 de novembro, ainda assim dias depois ocorreram revoltas de soldados e militares em vários pontos do Brasil. Embora essa movimentação fosse pequena, demonstrava que não havia uma maioria republicana no país, além disso, não existia uma união militar e nem uma conformidade nacional sobre a República.⁴¹

A presença do povo só pôde ser mais fortemente percebida nos primeiros anos do novo regime, no decurso do governo de Floriano Peixoto⁴², com suas revoltas, guerras e agitações civis⁴³. Assim como no período monárquico, a grande maioria da população continuou a ser excluída de benefícios que a República deveria trazer em sua bagagem, como: o direito à moradia, educação de qualidade, liberdade de ir e vir por todos os lugares, direitos trabalhistas e o direito ao voto. Diferente de democracias como os Estados Unidos da

³⁹ CARVALHO, José Murilo de. A República e o povo na rua. In CARVALHO, José Murilo de. *O pecado original da República: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro: Novo Tempo, 2016. p. 21.

⁴⁰ CARVALHO, 2016, p. 21.

⁴¹ CELSO, 2000, p. 77-78.

⁴² Floriano Vieira Peixoto, conhecido como Marechal de Ferro, Esfinge e Consolidador, foi um militar alagoano Foi sócio do Clube Abolicionista Ceará Livre. Presidente da província do Mato Grosso em 1884 pelo Partido Liberal. Participou do Governo Provisório Central instituído após a proclamação da República. Tornou-se presidente do Brasil após a deposição de Deodoro da Fonseca, assumindo a 23 de novembro de 1890. Em seu governo ocorreu a maior revolta política da história do país, a Guerra de Canudos-BA. LEMOS, Renato. Floriano Peixoto. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEIXOTO,%20Floriano.pdf>.

Acesso em 9 mar. 2018.

⁴³ CARVALHO, 2016, p. 14.

América, Argentina e França, por exemplo, o Brasil continuava a restringir o voto ao povo.⁴⁴ Até o ano de 1930, apenas 7,8 % da população brasileira tinha poder de voto, de acordo com a Constituição de 1891, ou seja, de 30,6 milhões de pessoas, apenas 2,4 milhões poderiam participar do sufrágio eleitoral. Na perspectiva de McCann⁴⁵, a República sobreviveu à força e a sua demora em buscar o voto popular estaria ligada à sua consciência de ilegitimidade. Desta forma, o povo que assim como não enxergava o Império como seu representante, viu na República situação semelhante.⁴⁶

A partir de 1822, quando ocorre a independência do Brasil, a 1930, ano que marca o fim da Primeira República, a única alteração no que diz respeito à cidadania foi a libertação dos escravos, que foram inclusos nos direitos civis. Isto, contudo, aconteceu de maneira mais formal que concreta. Desta forma, Carvalho conclui que a alteração nos direitos do povo foi diminuta.⁴⁷

Durante a década de 1890, ocorreu a revolta de Canudos⁴⁸, considerada na história brasileira exemplo de fidelidade incondicional do povo às suas crenças. Sob o comando do beato Antônio Conselheiro, milhares de seguidores lutaram no interior da Bahia e se manifestaram politicamente lutando contra a obrigação de pagamento de impostos e a mudança da relação entre Igreja e Estado, humilhando o Exército.⁴⁹

Na busca de resolver o problema da legitimidade perante a sociedade, o governo republicano lançou mão de recursos que o auxiliariam na aproximação da população com o novo regime, ou seja, acionou os símbolos nacionais. Joseph Jurt afirma que os símbolos essenciais seriam o hino e a bandeira nacional, fixados por decreto.⁵⁰ O autor informa que os positivistas participaram das discussões de escolha de quase todos os símbolos nacionais, tais como: hino, bandeira, brasão, lema e a tentativa fracassada da alegoria republicana (A República), além da invenção do mito em torno de Tiradentes. Considera que: “Segundo a concepção dos positivistas, uma pequena elite devia reconhecer as leis da evolução histórica independentemente do consentimento das maiorias populares ou parlamentares sempre

⁴⁴ MCCANN, 2007, p. 45.

⁴⁵ CARVALHO, 2016, p.14.

⁴⁶ MCCANN, 2007, p. 44.

⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. Primeiro passo: 1822-1930. In: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 17.

⁴⁸ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2002.

⁴⁹ CARVALHO, 2016, p. 16.

⁵⁰ JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-Nação a ser construído: o papel dos símbolos nacionais, do Império à República. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 471-509, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n3/a03v18n3.pdf>. Acesso em 23 abr. 2018.

versáteis.”⁵¹ Os representantes dessa corrente se engajaram amplamente na criação dos símbolos visuais e sonoras com o intuito de angariar junto a população, em sua maioria analfabeta e ainda ligada a cultura política monárquica, um sentimento de afeto.

Mas o êxito na criação desses simbolismos acabou sendo de maneira limitada, inicialmente por não ter se apartado totalmente da Monarquia. Tiradentes, ícone da independência do Brasil de Portugal, teve a sua história construída pela República, inspirada em uma imagem e uma história religiosa e além disso, não havia ligação icônica com o povo.⁵²

Após a proclamação da República, os republicanos tiveram que enfrentar desafios como a centralização política, a formação nacional e a afirmação da cidadania, problemas estes herdados do Império.

No caso do Brasil, com a queda da Monarquia, os partidos políticos Liberal e Conservador foram extintos. A mudança de regime político levou a uma rápida substituição de presidentes provinciais, por oficiais ou republicanos aliados. A mudança dos dirigentes no geral ocorreu pacificamente. Entretanto, passaram a ser comuns as violentas lutas pelo controle dos governos estaduais. Não havia consenso sobre o significado do republicanismo. Não havendo partidos políticos ou ideologias para estruturar a nova ordem política, esses primeiros momentos foram marcados por conflitos, ciúmes e rixas locais.⁵³ Desta situação não escapará o estado do Piauí, como será visto nos capítulos subsequentes.

Segundo Emília Viotti da Costa, a República não foi uma consequência de crises que fragilizaram o Império – Abolição, a Questão Religiosa e a Questão Militar –, mas sim, um conjunto de transformações sociais e econômicas que possibilitaram o enfraquecimento das instituições monárquicas.⁵⁴

Conforme mostra a pesquisadora, a historiografia tem duas versões sobre os motivos que levaram à proclamação da República. Em suas leituras essas versões teriam caráter superficial, pois eram baseadas em crônicas de personagens presentes naquele acontecimento do 15 de novembro de 1889. As ideias expressas na documentação oficial eram tomadas como a história, não havendo análise crítica. As crônicas utilizadas eram, em geral, de monarquistas, republicanos e, às vezes, de estrangeiros. Costa aponta que conhecer as simpatias, as ideias pessoais e “idiossincrasias” de cada personagem não são suficientes para

⁵¹ JURT, 2012, p. 502.

⁵² JURT, 2012, p. 502.

⁵³ MCCANN, 2007, p. 45.

⁵⁴ COSTA, Emília Viotti da. A proclamação da República. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação UNESP, 1999. p. 450-492.

entender o porquê de tudo, assim é necessário haver também um estudo do contexto histórico daquele evento através de outras fontes.

A primeira das duas versões apontadas pela autora é a de Oliveira Vianna, publicada em *O acaso do Império*⁵⁵. Oliveira Vianna era seguidor da tese de que o marechal Deodoro não tinha a intenção de proclamar a República, mas sim, de tomar um Ministério. Desta forma, a presença de Floriano Peixoto junto aos civis teria mudado os rumos de uma simples passeata para um golpe. Ou seja, Floriano Peixoto teria sido o principal responsável pelo golpe. Oliveira Vianna defendia o ocorrido naquele dia como um golpe; também acreditava que a existência de poucos membros no quadro do Partido Republicano e a sua pouca representatividade no Congresso simbolizavam que a República recém-criada não correspondia aos anseios da sociedade. Além do mais, considerava que a facilidade com que tudo ocorreu fora resultado do desprestígio da Monarquia, causada pelas críticas dos monarquistas.

A segunda versão apoiada por alguns historiadores é a de que a implantação da República teve êxito graças aos vícios naturais da Monarquia, que não se encaixava na realidade das Américas republicanas. Além disso, o Partido Republicano, desde 1870, explorava o desprestígio e os vícios da Monarquia, contribuindo para o advento do novo regime.

Costa adverte que esses fatores apontados por algumas vertentes da historiografia tiveram sua parcela de contribuição. Não obstante, faz algumas ressalvas: primeiro, a libertação dos escravos refletira as mudanças econômicas que destruíram a “estrutura econômica tradicional”. Ao decretar o fim da escravidão, a Monarquia perdera suas forças, pois sua ação atingiu seus pilares de sustentação – as classes ligadas ao sistema político-econômico tradicional, além das regiões cuja dinâmica econômica já estava em decadência; segundo, quanto à Questão Religiosa, também não teria contribuído fortemente para a mudança do regime, pois o que mais havia na sociedade brasileira e até dentro da própria Igreja era a indiferença no que diz respeito ao clero, além do mais, a República não significava “prestígio” para a Igreja. A crise entre a Igreja e o Estado brasileiro ajudou a aumentar o número de simpatizantes do movimento republicano; terceiro, os militares não foram instrumento para a instalação da República e nem mesmo a proclamação foi ao acaso, como alegaram os monarquistas. No Exército, havia pessoas conscientes sobre os acontecimentos que levaram à República, e até participantes do movimento republicano,

⁵⁵ VIANNA, Oliveira. *O acaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

influenciados pelo positivismo de Benjamin Constant, como Inocêncio Serzedelo Correia, Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, que em parte motivaram a ação dos militares.

Outro aspecto que Costa esclarece é que a presença do Partido da República no cenário nacional também não poderia por si só ocasionar a queda do regime monárquico, pois a quantidade de inscritos era pequena, tendo maior relevância na região centro-sul do Brasil. E também, pela forma do sistema eleitoral brasileiro que não permitia que o partido se expandisse. Embora o partido tivesse dificuldades, sua rede organizacional – conferências, comícios e a imprensa principalmente –, possibilitava que a propaganda chegasse a todas as regiões do país. Outro ponto abordado pela historiadora é sobre a crítica ao Poder Moderador e à Coroa, que em sua concepção, não poderia ter causado a queda do Imperador, porque eles existiam desde a queda do gabinete Zacarias de Góis, 30 anos antes.

2.2 A instalação da Primeira Junta Governativa Provisória republicana no Piauí

A notícia da proclamação da República chegou ao Piauí na noite de 15 de novembro de 1889, quando alguns teresinenses assistiam a um espetáculo no Teatro Concórdia.⁵⁶ Segundo Higinio Cunha⁵⁷, os piauienses foram pegos de surpresa pelo acontecimento.⁵⁸ A informação que chegou por meio de telegrama, comunicava uma “Revolução”, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, instalando a República no Brasil, e que tendo sido aceita pelo povo e pelo Imperador D. Pedro II.⁵⁹

Alguns presentes na casa de espetáculos manifestaram-se de forma exaltada diante do acontecimento, dando grande apoio ao novo regime instituído, e acabaram sendo presos, a

⁵⁶ NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2013. p. 99.

⁵⁷ Higinio Cícero da Cunha (São José das Cajazeiras, hoje Timon-MA, 11/01/1858- Teresina-PI, 11/01/1946). Foi escritor, professor, jurista, jornalista e magistrado. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife (1885) Ensinou humanidades no Liceu Piauiense e na Escola Normal Oficial. Também foi professor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito do Piauí. Como magistrado foi juiz municipal de Amarante, Pedro II, União e Teresina. Procurador Seccional junto ao Juizado Federal. Procurador de Feitos da Fazenda Pública. Deixou publicado em jornais debates sobre assuntos como religião, filosofia e política. Colaborou com quase todos os jornais de sua época. Foi diretor do *Diário do Povo*, redigiu a *Imprensa*, o *Reator*, 1884; a *Atualidade*, 1889; *A Democracia*, 1890; *A Gazeta do Comércio*, 1891; *O Estado*, 1892; *Revista Piauiense*, 1896; *A República*, 1896; *A Notícia*, 1899; *O Norte*, 1899; *A Luz*, 1891; *O Tempo*, 1905; entre outros. Também enveredou pela produção bibliográfica, escrevendo livros como: *O idealismo filosófico e O ideal artístico*, de 1913; *O teatro em Teresina*, 1888; *O ensino normal no Piauí*, 1923, *História das religiões no Piauí*, 1924 e outros. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003. p. 142.

⁵⁸ CUNHA, 2011, p. 56.

⁵⁹ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. v. 2. p. 567.

mando do chefe de polícia, que reforçou o policiamento no local. A notícia se espalhou rapidamente pela cidade, e o povo se aglomerou em frente à estação telegráfica de Teresina, ficando ali até o nascer do dia em busca de mais informações acerca do ocorrido na capital do país e sobre o Imperador.⁶⁰

No Piauí, a proclamação só aconteceu após o reconhecimento do marechal Deodoro da Fonseca como chefe do Governo Provisório, na manhã do dia seguinte.⁶¹ Segundo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro:

Recebida à cinco da tarde, a notícia da aclamação do general (sic) Manoel Deodoro da Fonseca para chefe do Governo Provisório da República e da organização de um ministério democrático, e lidos ao povo, reunidos em grande massa em frente à estação teleférica (sic), os despachos de tais notícias, dirigiam-se lhes depois, de uma das janelas, o telegrafista Leonel Caetano da Silva em calorosas aloquções [...].⁶²

Na noite do dia 16, a tropa de linha se dirigiu até à estação telegráfica da capital do Piauí. Às oito da noite, houve uma reunião naquele local. Após o discurso de Francisco Pedro de Sampaio⁶³, foi decidida e oficializada por meio do *Auto da proclamação da República do Brasil, na província do Piauí*, a deposição presidente da província – Lourenço Valente de Figueiredo⁶⁴, que não teria feito resistência. Nesse mesmo encontro foi proclamada a República no Piauí.⁶⁵ Na reunião estavam presentes o povo, a tropa da guarnição e vários civis dentre os quais, Antônio Joaquim Diniz⁶⁶, responsável pela escrita do texto de narração

⁶⁰ PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 567.

⁶¹ MACAMBIRA, Dalton Melo. O Piauí na proclamação da República. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 11, n. 1, p. 115-131, 1986.

⁶² PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 567.

⁶³ Francisco Pedro de Sampaio era um político e professor cearense radicado no Piauí, que esteve entre um dos líderes do ato da proclamação da República no Piauí. CUNHA, 2011, p. 56.

⁶⁴ Lourenço Valente de Figueiredo foi magistrado e político. Vice-presidente da Província do Piauí. Estava no exercício das funções de presidente quando houve a Proclamação da República, sendo o mesmo deposto do cargo (12/10 à 15/11/1889). Também foi chefe de polícia, desembargador, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. GONÇALVES, 2003, p. 171.

⁶⁵ AUTO DA PROCLAMAÇÃO da República do Brasil, na província do Piauí e deposição do delegado de governo monárquico na mesma província. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 27 nov. 1889.

⁶⁶ Antônio Joaquim Diniz nasceu no Pará, no ano de 1850. Foi jornalista, secretário da Primeira Junta Governativa Provisória após o advento da República, aclamada a 15 de novembro de 1889. Teve uma intensa atividade na imprensa piauiense como proprietário dos jornais *O Semanário* (1875), *O Telefone* (1882) e *Estado do Piauí* (1891), e como redator dos jornais *Correio do Piauí* (1891) e *O Democrata* (1892). Faleceu em Teresina no ano de 1894. GONÇALVES, 2003, p. 151.

do ato solene; capitão Nelson Pereira do Nascimento⁶⁷; capitão do Exército Reginaldo Nemésio de Sá⁶⁸; o alferes João de Deus Moreira de Carvalho⁶⁹; Francisco Pedro de Sampaio; padre Tomás de Moraes Rêgo⁷⁰; os alferes do Exército Francisco de Moura Costa; José Pereira Lopes⁷¹; Antístenes João Avelino; Joaquim Dias de Santana⁷²; Viriato Joaquim de Moraes; Joaquim José Avelino; Antônio Ribeiro Soares⁷³, entre outros.⁷⁴

No mesmo dia, foram nomeados como membros da Junta Governativa Provisória, Reginaldo Nemésio de Sá, Nelson Pereira do Nascimento, e o alferes João de Deus Moreira de Carvalho. Em seguida, estes se dirigiram ao Palácio, onde declararam deposto do cargo de presidente da província, assumiram o poder, declarando o estado independente e decretando

⁶⁷ Nelson Pereira do Nascimento foi um militar e político. Quando ocorreu a proclamação da República, era capitão do Exército, servindo ao 25º Batalhão de Caçadores. Foi um dos membros da Junta Provisória, que atuou de 16 de novembro a 26 de dezembro de 1889. Também foi comandante da Força de Segurança do Estado (12-12-1891 a 20-02-1892). Participou da Guerra do Paraguai, tendo lutado nas batalhas de Curuzu e Curupaiti. GONÇALVES, 2003, p. 178.

⁶⁸ Reginaldo Nemésio de Sá foi militar e ativista político no Piauí. LOPES, Raimundo Hélio. Reginaldo Nemésio de Sá. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/S%C3%81,%20Reginaldo%20Nem%C3%A9sio%20de.pdf>. Acessado em: 14 jul. 2017.

⁶⁹ João de Deus Moreira de Carvalho (Barras do Marataoã-PI – 1871-Teresina-PI, 1922). Militar e político. Membro da Junta Governativa Provisória, que atuou de 16 de novembro a 26 de dezembro de 1889. Major do Exército. Chefe do recrutamento militar no Piauí, Comandante da Guarda Republicana (20/11/1890-23/04/1891), e também deputado estadual. Era irmão de Gregório Taumaturgo de Azevedo. GONÇALVES, 2003, p. 103.

⁷⁰ Tomás de Moraes RÊGO (Oeiras-PI, 1845 – Teresina-PI, 1890). Primeiro vigário da catedral de Nossa Senhora das Dores em Teresina. Sacerdote católico, jornalista e prócer político. Também foi vigário de Caxias e de São José dos Matões (MA). Como político, foi vereador da Câmara Municipal de Teresina (1889), deputado provincial e presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão. Foi deputado geral pelo Piauí (1873-1875) e membro da Junta Governativa do Piauí. GONÇALVES, 2003, p.333-334.

⁷¹ José Pereira Lopes (Teresina-PI, 1858 – Parnaíba-PI, 1899) Foi um farmacêutico, professor e político piauiense, membro da Junta Governativa Provisória do Estado do Piauí (21/12/1891-11/12/1892), que assumiu o poder após deposição do governador Gabriel Luís Ferreira. Foi professor de inglês no Liceu Piauiense. Fundador da tradicional Botica do Povo, situada na praça Rio Branco (1886). Como jornalista foi redator dos jornais *Vanguarda*, *A Legalidade* e *O Estafeta*. GONÇALVES, 2003, p. 231.

⁷² Joaquim Dias de Santana foi um político e comerciante piauiense. Participou da Junta Governativa Provisória formada com a Proclamação da República (18/11/1889- 26/12/1889). Foi vice-governador do Estado (1896-1900), Secretário de Governo (1896-1900). Deputado estadual. Signatário da Constituição de 1892. GONÇALVES, 2003, p. 355.

⁷³ Antônio Ribeiro Soares atuou como alferes-secretário do 21º Batalhão da Guarda Nacional em São Raimundo Nonato (1866). Coletor de Rendas Provinciais em Teresina; Suplente de Juiz Municipal em Teresina (1882).

⁷⁴ AUTO DA PROCLAMAÇÃO da República do Brasil, na província do Piauí e deposição do delegado de governo monárquico na mesma Província. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 3. 27 nov. 1889.

sua adesão à República Federativa do Brasil, em meio às aclamações do povo e da tropa.⁷⁵ Para Monsenhor Chaves, Francisco Pedro de Sampaio foi o líder no advento da República no Piauí, pois ele teria norteado a mudança de regime no estado, dele teriam partido as indicações das decisões acerca da deposição do presidente da província, a proclamação da República no Piauí e a nomeação da Junta Governativa Provisória.⁷⁶

Ainda de acordo com o mesmo autor, não houve uma movimentação republicana organizada que precedesse à instalação da nova forma de governo no Piauí, se existiu, só foi manifestada quando a ação já estava para acontecer. Davi Caldas⁷⁷, político piauiense de ideias liberais e republicanas, teria sido “profeta pregando no deserto”, pois não teve apoio durante a luta pela vinda da República.⁷⁸ Segundo Nunes, após a morte do jornalista, ocorrida em 1879, houve um período de ausência de pronunciamentos pró-República, que teria cessado somente em 1883, com propagandas cujos conteúdos eram voltados às grandes questões em voga naquele momento, como a abolição, o federalismo, a república e a democracia. Tais assuntos regressaram à ribalta por meio de bacharéis em direito e jornalistas que se colocaram favoráveis a esses temas. Os principais periódicos utilizados na campanha republicana foram: *O Telefone*, fundado em 1883, por Antônio Joaquim Diniz, e *A Reforma*, de Mariano Gil Castelo Branco, em 1887.⁷⁹

Clodoaldo Freitas⁸⁰, Higino Cunha e Joaquim Nogueira Paranaguá⁸¹ foram os principais opositores da monarquia no Piauí dentro de suas possibilidades. O último foi visto

⁷⁵ AUTO DA PROCLAMAÇÃO da República do Brasil, na província do Piauí e deposição do delegado de governo monárquico na mesma província. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 27 nov. 1889.

⁷⁶ CHAVES, 1998, p. 87.

⁷⁷ Davi Moreira Caldas (Barras do Marataoan-PI, 22/05/1836 – Teresina-PI, 03/01/1879) Foi um jornalista, professor, político e escritor. Considerado o Profeta da proclamação da República. Seus pais tinham por nomes: Manuel Joaquim da Costa Caldas e Manuela Francisca Caldas. Davi Caldas começou a sua jornada na imprensa com o jornal *Arrebol*, por ele fundado. Em 1862 surge como redator do jornal *Ordem e Progresso*, um semanário político. Posteriormente participou da redação do jornal *A Imprensa*, outro semanário de teor político (1865-1868). Em 1868 funda seu próprio jornal intitulado *O Amigo do Povo*, que já aparece em 1872 com o selo do “Partido Republicano da Província do Piauí”. Em 1873, Caldas muda o nome do jornal para *Oitenta e Nove*, que circulou em 31 edições. Em 1874, funda o jornal *O Papiro* e em 1877 o *Ferro em Brasa*. De 1867 a 1868 exerceu o cargo de Deputado Provincial, sendo o candidato mais votado. Além da atividade de jornalista, escreveu trabalhos de ordem científica, pedagógica e literária como o *Relatório de viagem feita de Teresina à cidade de Parnaíba, a planta topográfica do rio Parnaíba* e o *Dicionário histórico e geográfico do Piauí*. Na literatura escreveu a coleção poética chamada *Musa Triforme*. GONÇALVES, 2003, p. 92-93.

⁷⁸ CHAVES, 1998, p. 86.

⁷⁹ NUNES, 2016, p. 41.

⁸⁰ Clodoaldo Severo Conrado de Freitas nasceu em Oeiras, em 1855. Foi magistrado, poeta, jornalista, historiador, ensaísta, político, romancista e educador. Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife no ano de 1880. Participou da Junta Governativa Provisória instituída após a renúncia do governador

por Alcebiádes Costa Filho como o centro do movimento republicano no Sul do Piauí, e o único, entre os três, a eleger-se como republicano a um cargo de Deputado Provincial. Juntamente com Joaquim Nogueira Paranaguá, Numa Pompílio Lustosa também foi eleito para o mesmo cargo em situação similar.⁸²

Joaquim Nogueira Paranaguá conseguiu agrupar eleitores do chamado 3º distrito eleitoral da província, isto é, a região centro-sul do Piauí, domínio político dos Paranaguá, onde fundou um clube republicano e uma agremiação chamada Partido Republicano (PR), com alguns familiares, em janeiro de 1889. Deste grupo político, podemos destacar como republicanos: Gilberto Rodrigues Alves, Teodomiro Lino de Sousa, Joaquim Lino de Sousa, José Lino de Sousa, Antônio Lino de Sousa e Benjamin Lino de Sousa; Antônio Cerqueira de Moraes; José Lopes Lobato; Doroteu José de Carvalho; Manoel Alves Pugas; Sebastião Francisco da Cunha; José Gabriel da Rocha; Amâncio Seixas Louseiro; João Seixas Loseiro; José Nogueira, Getro Alexandre Nogueira; José Irineu Nogueira de Lemos; João Lino Cavalcante; Cipriano Virgínio de Oliveira; Joaquim Nepomuceno; Benjamim José Nogueira, entre outros.⁸³

No dia 17 de novembro de 1889, a Junta do Governo Provisório do Estado do Piauí divulgou uma carta aberta ao povo piauiense:

PROCLAMAÇÕES
VIVA A REPÚBLICA.

Cidadãos Piauienses!

A ideia republicana, a tanto tempo em gérmen no seio da Comunhão Brasileira, vem de surgir produzindo o mais sazonado fruto no meio das mais ruidosas aclamações! A nossa história está cheia de fatos grandiosos que atestam a vossa grandeza moral, que é incensado lembrá-los aqui nos estreitos limites de uma proclamação. Desde o passado século, o mártir das nossas liberdades teve a vida sacrificada por amor da mais bela Pátria Sul Americana! Depois, o Rio Grande do Sul, depois Pernambuco, Ceará, Pará, vieram por seu turno testemunhar que o coração nacional palpitava sob a influência [...] da ideia Republicana. E vós bem sabeis Cidadãos Piauienses! Os fatos parciais que mais de uma vez lembraram aos filhos da grande Nação o caminho do dever. Hoje concidadãos! É a república que surge diante vós, espêndida, radiante e gloriosa. Cidadãos Piauienses! O Governo

Gabriel Luís Ferreira. Um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras. Faleceu em junho de 1924. CHAVES, 1998, p. 552-555; GONÇALVES, 2003, p. 182 -185.

⁸¹ Joaquim Nogueira Paranaguá médico piauiense. Declarou a favor da República ainda no Império, após ter rompido com seu tio do Marquês de Paranaguá. GONÇALVES, 2003, p. 304.

⁸² COSTA FILHO, Alcebiádes. Aspectos da política no Piauí provincial: 1855-1899. *Revista Espaço-Tempo*, Teresina, v. 1, n. 4. p. 13-14, 1996.

⁸³ COSTA FILHO, 1996, p. 14.

Provisório que acabastes de instituir com as vossas aclamações, vem acenar-vos com esperanças do mais glorioso porvir, e com a felicidade futura que é o apanágio dos povos, cujas velhas constituições e tirânicos governos são rojados ao chão, e sobre suas torpes ruínas vê emergir a LIBERDADE, a IGUALDADE e a FRATERNIDADE. Cidadãos! O Governo Provisório é o governo da ordem e do respeito aos direitos de todos os cidadãos! Seja, pois, a ordem o objeto dos vossos desvelos!

Cidadãos Piauienses! Viva a República Brasileira!

Viva a República do Brasil!

Viva o Governo Provisório Central!

Viva o Exército e a Armada Nacional!

Viva o Povo Piauiense!

Teresina, 17 de novembro de 1889.

Reginaldo Nemésio de Sá

Nelson Pereira do Nascimento

João de Deus Moreira de Carvalho.⁸⁴

Na carta, a Junta celebrava e falava da satisfação daquele momento de proclamação da República, sendo esta uma ideia almejada por muito tempo nas lutas que se fizeram no país, como a Sabinada na Bahia⁸⁵, a Revolução Pernambucana (1817)⁸⁶ e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845)⁸⁷. A República teria vindo gloriosa. O governo assumiu o compromisso de respeitar os direitos universais do cidadão – liberdade, igualdade e fraternidade – defendidos pelo modelo republicano francês. Assim, a Junta Provisória buscava passar um sentimento de credibilidade e esperança de dias melhores ao povo piauiense. A ordem é outra promessa aos piauienses e com ela se encerra o texto. Ela provém do lema positivista Ordem e Progresso, adotado pelos militares.

Nota-se, no texto da carta, influências de correntes de pensamentos diferentes, como o positivismo e o jacobinismo, o que mostra que possivelmente não havia um conhecimento

⁸⁴ SÁ, Reginaldo Nemésio de; NASCIMENTO, Nelson Pereira do; CARVALHO, João de Deus Moreira de. Proclamações. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n.1, p. 3. 27 nov. 1889.

⁸⁵ Em novembro de 1837, um movimento rebelde comandado por Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira e João Carneiro da Silva tomaram a Câmara Municipal de Salvador, Bahia, e declararam independência contra o Estado Imperial. A Sabinada encerrou em 1838. SILVA, Daniel Afonso da. Sabinada. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 63, 2008, p. 319-322. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a24.pdf>. Acesso em 27 abr. 2017.

⁸⁶ Último conflito político-militar brasileiro antes da Independência. Ocorreu na província de Pernambuco, em 1817, movimento separatista que por 75 dias instalou governo provisório de caráter republicano. VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro: notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 58-91, jun./ago. 2003.

⁸⁷ Conflito político-militar que ocorreu na província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre os anos de 1835 e 1845. No desenrolar do movimento tornou-se separatista ao proclamar a República Rio Grandense, em 1936. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 7-8.

claro a respeito das filosofias, por parte dos militares piauienses que compuseram a Junta. Isso porque a Escola Militar era o principal meio pelo qual um militar poderia se tornar um bacharel em matemática e ciências físicas. Estar ali era um atrativo e um diferencial por ser um curso superior para os jovens que entravam no Exército. Nem todos, porém, entravam na instituição, ou seja, a maioria, já que não era preciso formação superior para entrar no oficialato e nem subir hierarquicamente. Era em escolas desse tipo, e mais precisamente na Escola da Praia Vermelha, que as discussões em torno desses ideários ocorriam.⁸⁸

No dia 18 de novembro de 1889, seguindo o exemplo dos demais estados constituídos que viram a necessidade de aumentar o número de membros de suas juntas governativas para manter a estabilidade da República, convocou-se no Piauí uma reunião onde esteve presente um grande número de cidadãos e tropas militares. Na reunião, ficou acordado que os cidadãos João da Cruz e Santos, Joaquim Dias de Santana, Teodoro Alves Pacheco e Tomás de Moraes Rêgo fariam parte do governo. De acordo com as informações contidas no jornal *Atualidade*, o alferes João de Deus Moreira de Carvalho enfatizou a necessidade da reorganização do governo.⁸⁹

Na mesma data, houve a reorganização da Junta. Neste dia, foi redigido, a respeito do acontecimento, o “Auto de Aclamação dos membros do Governo Provisório Republicano do Estado do Piauí”.⁹⁰ As pessoas que estavam na reunião, ocorrida na residência oficial do governo, na mesma data assinaram o documento em que declaravam aderir à República sob a condição de que ela fosse federativa e não unitária. Emília Viotti da Costa explica que:

O regime de federação baseado na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e defesa exterior, é aquele que adotamos.⁹¹

De acordo com a autora, esse tipo de estrutura político organizacional federativa é resultado de descontentamento de parcela da sociedade brasileira com a excessiva centralização do poder monárquico, o que, para alguns setores significava uma trava no desenvolvimento do país. Ou seja, o sistema político administrativo já não correspondia à

⁸⁸ CASTRO, Celso. *Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 15.

⁸⁹ AUTO DE ACLAMAÇÃO dos membros do Governo Provisório Republicano do Estado do Piauí, na sua reorganização. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 3. 27 nov. 1889.

⁹⁰ AUTO DE ACLAMAÇÃO dos membros do Governo Provisório Republicano do Estado do Piauí, na sua reorganização. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 3. 27 nov. 1889.

⁹¹ COSTA, 1999, p. 472.

realidade socioeconômica do Brasil e o estado federativo era única solução encontrada para o país.⁹²

As diferenças regionais entre o Norte e o Centro-Sul, no que tange à capacidade de autogerenciamento das riquezas era uma das principais justificativas para reforçar a proposta, já que as regiões mais ao sul do país possuíam maior poder econômico, além de interesses regionais diferentes, o que impediria uma administração uniforme para todo o Império. Esta era uma reivindicação antiga, constava no Manifesto do Partido Republicano, em 1870, porém não obteve força até 1885, quando entrou em pauta no programa do Partido Liberal. Entretanto, ela só se tornou realidade com a proclamação da República.⁹³

Ao se fazer uma análise a respeito das assinaturas das testemunhas da reorganização da Junta Governativa Provisória, pode-se constatar algumas características: das 188 pessoas que assinaram o documento de adesão à República, 33% dos assinantes eram militares do Exército e da tropa de linha, enquanto os 77% correspondiam a civis.

Observando-se o processo a partir da proclamação da República no Piauí, no dia 16 de novembro, pôde-se constatar que a ação de instalação do novo regime no estado, sendo uma ação secundária ao ocorrido no Rio de Janeiro no dia 15, foi uma ação conjunta entre militares e civis, diferentemente do que aconteceu na capital do país, onde o planejamento e a atuação efetiva foram realizados pelo Exército. Assim como ocorreu na capital federal não houve uso de violência para a concretização da instalação da República no Piauí.

Outro ponto observado, no estudo da lista dos assinantes do documento de adesão é que dos pouco mais de ¼ de pessoas sobre as quais foi possível verificar a atuação política no Império, 16% pertenciam ao Partido Liberal, e 10% ao Partido Conservador. Deve ser lembrado que esses partidos desenharam um bipartidarismo acirrado no período imperial, carregado de rivalidades entre seus membros, que se utilizavam dos diretórios para debaterem entre si, defendendo suas posições.⁹⁴ As discussões muitas vezes eram carregadas de violência e recaíam sobre as vidas privadas dos sujeitos políticos.

Os assinantes analisados em suas trajetórias haviam ocupado cargos eletivos, tais como: Vereador de Teresina, Deputado Provincial, Deputado Geral e Presidente da Assembleia Legislativa, alguns deles com vários mandatos, além de Presidente e Vice-Presidente da Província. Uma quantidade significativa das testemunhas da reorganização da

⁹² COSTA, 1999, 472-473.

⁹³ COSTA, 1999, 472-473.

⁹⁴ QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas e a republicanização da República. In: QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: EDUFPI; Academia Piauienses de Letras, 2015. p. 302.

Junta Governativa Provisória era composta por funcionários públicos. Alguns desses políticos também atuaram na redação dos jornais partidários, como foi o caso de Augusto Colin da Silva Rios, no jornal *A Imprensa*, entre 1870 e 1872. Da mesma forma, chama a atenção as assinaturas de apoio do próprio ex-presidente da província pelo Partido Liberal, deposto em 15 de novembro, Lourenço Valente de Figueiredo, que estava acompanhado de seu filho Abel Valente de Figueiredo.

Entende-se que a pronta anuência de grupos políticos da capital e do interior à República pode ser justificada pela tentativa de manutenção do poder pelos antigos grupos políticos. Segundo Cunha, “Os dois partidos monárquicos do Piauí, seguindo o exemplo de seus chefes no Rio, aderiram sem perda de tempo ao fato consumado”.⁹⁵ Para Nunes, a rápida adesão de antigos grupos políticos ao novo sistema político pode ser confirmada com a nomeação do Barão de Uruçuí (João da Cruz e Santos) e do tenente-coronel Joaquim Dias de Santana pelo Partido Liberal; Teodoro Alves Pacheco e o Cônego Tomás de Moraes Rego pelo Partido Conservador, com o objetivo de completarem os sete membros da Junta Provisória. Apenas o grupo liderado por Simplício Coelho de Resende continuou leal aos princípios monarquistas.⁹⁶

Segundo Queiroz, “A mudança de regime político, em particular nos primeiros anos, permitiu o realinhamento de antigos grupos conservadores e liberais e mesmo a eliminação de antigas lideranças políticas – inclusive pelo abandono dos interesses partidários.”⁹⁷ Isso resultou na formação de novos partidos políticos na República, com a mescla dessas forças políticas. Conforme Nunes, ainda no dia 16, Antônio Coelho Rodrigues enviou um telegrama à liderança do Partido Conservador no qual estava escrito: “República proclamada, Monarquia abandonada sem resistência possível. Avisem Demóstenes e Nogueira”.⁹⁸

Esta situação pode ser percebida na nova composição da Junta, agora composta por ex-políticos monárquicos, que reúnem em si as características do Estado Imperial em sua atuação política e profissional.

Entre os sete membros da Junta, há a presença de lideranças dos antigos partidos políticos do Império; da Igreja, por meio do padre Tomás de Moraes Rego; do Exército, representado pelo alferes João de Deus e os capitães Reginaldo Nemésio de Sá e Nelson Pereira do Nascimento; do comércio e da indústria por meio do Barão de Uruçuí e ainda dos bacharéis em Direito, com Teodoro Alves Pacheco. Visto isso, entende-se que, apesar das

⁹⁵ CUNHA, 2011, p. 55-58.

⁹⁶ NUNES, 2016, p. 46.

⁹⁷ QUEIROZ, 2015, p. 310.

⁹⁸ RODRIGUES, 1889 apud NUNES, 2016, p. 16.

mudanças em aspectos como o fim do nobilismo, a separação entre Igreja e Estado e o fim dos partidos monárquicos, os atores continuam os mesmos, bem como a estrutura social e econômica do país.

Outro ponto que chama a atenção é que dentre os assinantes analisados, muitos pertenciam a grupos familiares, cujos primeiros membros se instalaram no Piauí no início do século XVIII e que ao longo do tempo foram construindo ramificações parentais com outras famílias que já habitavam a capitania ou que vieram de outras regiões ou países, como Portugal, por exemplo, e obtiveram forte presença política durante o Império.⁹⁹

Ana Regina Rêgo distribui as famílias em quatro núcleos: O primeiro núcleo é construído tendo como base as relações matrimoniais das famílias Coelho Rodrigues/Vieira de Carvalho, que tem como marco inicial o casamento do português Valério Coelho Rodrigues com a paulista, filha de portugueses, Domiciana Vieira de Carvalho, que se instalaram nas proximidades dos rios Gurgueia e Piauí, tendo ali 16 filhos que deram origem ao *núcleo familiar 1*.¹⁰⁰

Dos ramos diretos dos Vieira de Carvalho/ Coelho Rodrigues, portanto, citam-se os Sousa Martins, os Coelho Rodrigues, os Pereira da Silva, os Ferreira de Carvalho, os Coelho, os Sousa Mendes, os Vieira de Carvalho e os Araújo Costa. Dos ramos colaterais, os Pereira Ferraz, os Soares da Silva, os Ribeiro Gonçalves, os Silva Moura, os Pereira Carvalho, os Albuquerque Cavalcanti, os Rocha, os Nogueiras, os Madeiras, os Aguiar, os Ferreira, além dos outros que não estão no quadro de poder que aqui se analisa. Consideram-se tanto os primeiros como os últimos como participantes do *núcleo familiar 1*, salvo os Pereira Ferraz e os Silva Moura que são bem mais próximos dos Castelo Branco.¹⁰¹

O segundo grupo tem como ponto de partida o casamento de D. Francisco da Cunha Castelo Branco, capitão da infantaria do Exército Português e irmão do Conde de Pombeiro, com D. Maria Eugênia de Mesquita. Ambos desembarcaram no Brasil em 1693. O casal inicialmente chegou a Pernambuco e dali seguiu em direção ao Maranhão, porém o navio em que viajavam naufragou, ocorrendo a morte de D. Maria Eugênia de Mesquita. D. Francisco da Cunha Castelo Branco teria decidido por residir no Piauí, mais precisamente na freguesia de Santo Antônio do Surubim de Campo Maior. Desta família descendem:¹⁰²

⁹⁹ RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001. p.185-192.

¹⁰⁰ RÊGO, 2011, p. 189-190.

¹⁰¹ RÊGO, 2011. p. 190.

¹⁰² RÊGO, 2011, p. 190.

De seus filhos e netos, provém numerosa descendência familiar, cujos ramos colidem com os Castelo Branco, Borges Leal, Pereira Ferraz, Burlamaqui, Pereira da Silva, Rêgo Barros, Rêgo Monteiro, e colaterais, Sousa Silva, Silva Moura, Gonçalves Rodrigues, Borges de Carvalho, Fortes do Rêgo, Almendra Freitas, Pires Ferreira, Barbosa Ferreira, Lages, Resende e Tito. Todas essas famílias integram o *núcleo familiar 2*.¹⁰³

O terceiro grupo familiar é o dos Cunha Lustosa, que tem origem na vinda do capitão-mor da Coroa Portuguesa, José da Cunha Lustosa, que chega a São Paulo vindo da Europa em 1758. Posteriormente, o militar vem morar com alguns parentes no Sul do Piauí, originando o *núcleo familiar 3*. O *núcleo familiar 4* corresponde às famílias que não pertencem aos núcleos anteriores.

Tomando como base a metodologia de análise da autora, procura-se detectar a qual núcleo cada um dos cidadãos presentes na reorganização da Junta Governativa Provisória pertencia, de modo a termos uma demonstração percentual dos grupos familiares ali representados.

Havia a presença de grupos familiares historicamente fortes na esfera política, como os Coelho Rodrigues/Vieira de Carvalho (*núcleo 1*), que representavam 14% dos presentes e os Castelo Branco 12% (*núcleo 2*). Entretanto, nota-se a ausência de membros da família Cunha Lustosa (*núcleo 3*). O maior percentual de pessoas é o do *núcleo familiar 4*, ou seja, não pertencem às outras três redes familiares. Essas observações vão ao encontro das análises de Queiroz:

Um estudo contemplando a elite política e burocrática no final do Império mostraria que a origem, as bases e a concentração de poder ainda estavam nas mãos das grandes famílias entrelaçadas e aparentadas da região compreendida pelos municípios de Picos, Jaicós, Oeiras, Valença e de áreas de influência. Observação em torno dos principais políticos provinciais atuantes na década de 1880 apresenta como resultado a continuidade da dominação de antigas famílias do centro e sudeste da província, como os Freitas, os Sousa Martins, e famílias correlacionadas, os Sousa Mendes, os Silva Moura, cujo apogeu político ocorreu na segunda metade do século XIX. Com a mudança da capital para Teresina, em 1852, o panorama de dominação política se tornou mais complexo e a luta pelo poder passou a envolver também as famílias do norte da província, vindo à cena os Pires Ferreira, os Correia, os Castelo Branco.¹⁰⁴

Já a ausência dos integrantes do *núcleo 3*, explica-se por sua política estar concentrada no extremo Sul do Piauí, e a ligação de sua principal liderança com a família real deposta. O

¹⁰³ RÊGO, 2011, p. 191.

¹⁰⁴ QUEIROZ, 2015, p. 310.

principal nome político naquela região era João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá)¹⁰⁵, conselheiro e amigo do Imperador. Sua filha Maria Amanda Paranaguá Dória, Baronesa de Loreto¹⁰⁶, era dama e amiga da Princesa Isabel, e partiu com a família real para Portugal após a proclamação da República.¹⁰⁷ Quanto ao *núcleo 4*, devemos observar a presença dos militares, o que colabora para a maior porcentagem deste núcleo e o comparecimento de pessoas que possivelmente não tinham carreira política, como funcionários públicos e comerciantes da capital, além de vereadores que compunham novos grupos políticos formados em Teresina.

Após o término da reunião e assinado o documento oficial, saíram todos os participantes da reunião, com animação e entusiasmo em passeata pela cidade de Teresina ao som da banda da polícia militar. Segundo notícia do jornal *Atualidade*, o momento festivo aconteceu em plena ordem, no maior contentamento, sendo levantados muitos vivas à República, ao Governo Provisório Central, ao marechal Deodoro da Fonseca, aos sete membros do governo provisório estadual, ao povo piauiense, ao Exército e às forças armadas nacionais.¹⁰⁸

A Junta do Governo Provisório permaneceu no poder durante um mês e dez dias, ou seja, entre 16 de novembro de 1889 a 26 de dezembro de 1889, sendo substituída pelo major de engenheiros Gregório Taumaturgo de Azevedo. Apesar do pouco tempo de governo, a Junta realizou algumas ações, como a atribuição de licenças, remoção de funcionários e a demissão de todos os médicos das comissões do estado.

Durante o período de administração da Junta, dois telegramas foram enviados pelo governador nomeado para o estado a seu irmão, o alferes João de Deus Moreira de Carvalho. No primeiro telegrama, enviado de Recife, em 26 de novembro de 1889, Gregório Taumaturgo de Azevedo informa a sua nomeação para o governo do Piauí, bem como sua partida para o estado no dia 7 de dezembro e acrescenta já ter escolhido José Calheiros de

¹⁰⁵ João Lustosa da Cunha Paranaguá (II Marquês de Paranaguá). Magistrado, político e jurista. Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda (1846). Em Salvador foi Juiz distrital, delegado de polícia. Juiz municipal da cidade de Cachoeiro. Juiz de Direito de Petrópolis, Juiz da 2ª vara civil da Corte e desembargador, função na qual se aposentou. Foi deputado provincial da Bahia por três mandatos consecutivos. Representou o Piauí na Câmara dos Deputados entre os anos de 1850 e 1866, e no Senado de 1864 a 1889. Presidiu as províncias do Maranhão, Pernambuco e Bahia. GONÇALVES, 2003, p. 144-145.

¹⁰⁶ CRUZ, Itan. *A serviço de sua realeza imperial: Amanda Paranaguá Dória, dama da Princesa Isabel: 1849-1931*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

¹⁰⁷ CASTRO, Chico. Paranaguá: um conselheiro do Império. In: CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá: ensaio biográfico de Chico Castro*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. p. 17-18.

¹⁰⁸ NOTICIÁRIO. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

Melo para chefe de polícia do Piauí.¹⁰⁹ O segundo telegrama, enviado para o mesmo destinatário, informa não ter ainda resolvido a viagem e condena os telegramas enviados para ele e retifica que iria na mesma data antes comunicada.¹¹⁰

Conclui-se que a proclamação da República foi algo inesperado, porém não houve oposição da população brasileira, e sim adesão rápida de antigos grupos ligados à Monarquia com interesse de se manterem em suas posições políticas. Além disso, as divergências de posições filosóficas e o não cumprimento do acordo entre civis e militares, de entrega do poder, logo após o golpe, causou grande instabilidade política no país.

A proclamação da República no Piauí seguiu tendência nacional, ou seja, a sua instalação foi algo repentino e inesperado. Conduzido por poucos cidadãos e por militares cujas patentes predominantes eram de alferes e capitão, o novo governo não encontrou, pelo menos registrado nas fontes consultadas, nenhuma resistência à República ou participação direta da massa na queda da Monarquia. Entretanto, consultando os jornais nos anos que se seguiram percebe-se que houve oposição política daqueles que não aderiram ao movimento.

Anos depois, os próprios republicanos históricos (que pensaram a república brasileira antes de ela existir no Brasil), também passaram a se posicionar negativamente sobre o acontecimento do 15 de novembro, devido ao quadro de corrupção, o empoderamento das oligarquias e abandono dos ideais republicanos no Brasil, numa campanha denominada por Queiroz de “a republicanização da República”, que durou de 1894, com o governo Campos Sales (1894-1902) até 1930, quando aconteceu a revolução que derrubou Washington Luís.¹¹¹

2.3 As manifestações de adesão e de apoio ao regime republicano no Piauí

À medida que a notícia sobre a adesão do Piauí ao novo regime foi se espalhando pelo interior do estado através de telegramas e circulares, logo os municípios e vilas afirmavam seu apoio ao novo governo. O primeiro município a se manifestar foi Campo Maior¹¹², em 19 de novembro de 1889. Alguns habitantes daquela cidade pronunciaram-se por meio de telegrama enviado ao secretário de Governo da Junta, Joaquim Antônio Diniz, que recebeu felicitações, bem como solicitação de mais informações a respeito dos acontecimentos na capital e no país.

¹⁰⁹ BOLETIM do “Telefone”. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

¹¹⁰ NOTICIÁRIO: Telegrama. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

¹¹¹ QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas e a republicanização da República. In: QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: EDUFPI; Academia Piauienses de Letras, 2015, p. 23-30.

¹¹² CAMPO MAIOR. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 27 nov. 1889.

Foi expressada também a satisfação de ter os direitos dos cidadãos garantidos pelo governo republicano.

A respeito da República, também se manifestaram os municípios de Humildes¹¹³ e de Marvão¹¹⁴, que o fizeram conjuntamente no dia 19 do mês de novembro, por meio de um abaixo assinado. Os homens naturais ou visitantes daquelas circunscrições territoriais se apresentaram entusiasmados com o ocorrido, de maneira a citarem a mudança de regime como um sonho ou uma “quimera” compartilhada por todas aquelas pessoas há muito tempo e que naquele momento se concretizava.¹¹⁵

No mesmo documento eram expressos sentimentos de fé no que diz respeito ao progresso que acreditavam que o governo instituído poderia trazer ao país, sendo ele o único capaz de tal feito. Assim, por tais motivos, aderiam os filhos de Marvão e Humildes à República dos Estados Unidos do Brasil. Os cidadãos daquelas vilas encerraram a carta reafirmando o potencial que o Brasil poderia atingir em poucos anos, e emitindo saudações ao Brasil, à República, ao Governo Provisório Central, ao povo brasileiro, ao Piauí e aos municípios que representavam.

Observamos que entre os 29 homens que assinaram o manifesto haviam negociantes, o promotor de justiça e o promotor adjunto, o delegado de polícia, um médico, proprietários, o juiz municipal e o coletor de impostos. Dentre as famílias representadas, podemos citar os Arêa Leão, os Burlamaqui, os Araújo Costa, os Ferreira e os Rocha. Ou seja, pessoas que possuíam alguma distinção social naquela região.

Na mesma data, piauienses que se achavam fora do estado manifestaram-se a respeito das notícias que circulavam sobre a proclamação da República. Em um telegrama de Raimundo Artur de Vasconcelos e um alferes-aluno Fileto Pires Ferreira, enviado no dia 19 de novembro, publicado pelo jornal *O Telefone* e reproduzido pelo jornal *Atualidade*, os mesmos apresentam sentimentos de otimismo com relação ao progresso do Piauí:

Rio, 19
Redação do *Telefone*.

¹¹³ O município de Humildes corresponde hoje ao de Alto Longá, Piauí. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *História*: Alto Longá - PI. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alto-longa/historico>. Acesso em 25 fev. 2020.

¹¹⁴ O município de Marvão corresponde hoje ao de Castelo do Piauí. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *História*: Castelo do Piauí- PI. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/castelo-do-piaui/historico>. Acesso em 25 fev. 2020.

¹¹⁵ VIVA A REPÚBLICA! *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

Proclamada República dos Estados Unidos do Brasil. Esperamos que nossa querida terra aderindo à benéfica revolução do Exército, Armada e povo seja já o Estado do Piauí, cuja a liberdade foi sempre o nosso mais ardente sonho. Alferes-aluno Fileto Pires Ferreira. Raimundo Artur de Vasconcelos.¹¹⁶

Na mesma data, Cândido Castelo Branco envia de Fortaleza um telegrama a João de Deus Moreira de Carvalho informando acerca da adesão à República em todo o país.¹¹⁷ Também Luís Melo, por meio de um telegrama emitido em Caxias-Maranhão, cumprimenta Antônio Joaquim Diniz, nomeado secretário de Governo da Junta.¹¹⁸

Além dos municípios piauienses citados, também se posicionou a vila de União,¹¹⁹ comarca de Campo Maior, por meio do *Auto de adesão à República Brasileira pelos habitantes da vila da União, província do Piauí*,¹²⁰ escrito em 21 do mês em questão. O documento produzido pelos cidadãos daquele lugar é uma ata, a qual relata uma reunião ocorrida às 16 horas na Câmara Municipal, convocada por meio de um edital, em que compareceu Francisco Barbosa Ferreira, o qual, por meio de discurso, narrou aos presentes os acontecimentos de 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro e como se achava a administração estadual após o golpe na capital federal.

Ao todo assinaram o documento de adesão 140 homens. Uma das testemunhas, José Fortes Castelo Branco, declarou ter assinado, em outra oportunidade, um documento de caráter semelhante ao documento aqui analisado, considerando a ata registro de um momento festivo e sem discriminação partidária. Outra testemunha foi João do Rego Monteiro¹²¹, o Barão de Gurgueia, que era grande latifundiário, empresário e construtor, sendo auxiliar do presidente José Antônio Saraiva na mudança da capital do Piauí de Oeiras para Teresina, em meados de 1852. Dentre as famílias representadas podemos citar: Rego Monteiro, Pires Ferreira, Ferreira, Castelo Branco, Ribeiro Soares, Burlamaqui e Fortes.¹²²

¹¹⁶ CASTELO BRANCO, Cândido. Telegramas: Rio, 19. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 2. 27 nov. 1889.

¹¹⁷ PIRES FERREIRA, Fileto; VASCONCELOS, Raimundo Artur de. Telegramas: Fortaleza, 19. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 27 nov. 1889.

¹¹⁸ MELO, Luís. Telegramas: Caxias, 19. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 27 nov. 1889.

¹¹⁹ Hoje cidade de União. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA(Brasil). *História*: União-PI. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/uniao/historico>. Acesso em 25 fev. 2020.

¹²⁰ FERREIRA, Francisco Barbosa. Auto de adesão à República Brasileira pelos habitantes da vila de União, província do Piauí. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 2, 4 dez. 1889.

¹²¹ GONÇALVES, 2003, p. 268-269.

¹²² FERREIRA, Francisco Barbosa. Auto de adesão a República Brasileira pelos habitantes da vila de União, província do Piauí. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 2. 4 dez. 1889.

Aderiu também o município de Livramento¹²³, por meio da sessão extraordinária da Câmara de Vereadores de 23 de novembro de 1889, comandada pelo presidente Antônio Florêncio. Na ocasião, foi escrita uma ata por Sérvulo José de Carvalho narrando a reunião. Além do chefe da casa e do escrivão, estavam presentes cinco vereadores na assembleia.¹²⁴

A reunião foi motivada pela recepção de ofícios circulares de 17 e 18 de novembro dirigidos à Câmara Municipal, sendo assinados: o primeiro pelos cidadãos capitão Reginaldo Nemésio de Sá, Nelson Pereira do Nascimento e alferes João de Deus Moreira de Carvalho, que, em 16 daquele mesmo mês, haviam assumido o Governo Provisório do Piauí, em virtude do grande acontecimento público que se dera na Corte no dia 15; e o segundo dirigido pelos mesmos militares e mais os políticos João da Cruz e Santos, padre Tomás de Moraes Rego, Joaquim Dias de Santana e Teodoro Alves Pacheco, que, por aclamação popular, foram chamados no dia 18, para com os primeiros comporem o Governo Provisório do novo estado do Piauí.

Depois da leitura dos ofícios acima mencionados, informou o presidente da Câmara que, em vista do júbilo manifestado pelo povo livramentense, sem distinção de classes, desde o momento em que lá chegaram as primeiras notícias da proclamação da República no Brasil, uma entusiasmada passeata percorreu, à noite, as ruas daquela vila, ao som da Marselhesa.¹²⁵

Pelo quadro que se apresentava naquele lugar, o presidente da Câmara de Vereadores de Livramento chegou a julgar quase desnecessário perguntar aos respectivos membros da referida Câmara se adeririam “franca e sinceramente”¹²⁶ ao advento da República brasileira. Em resposta ao apelo do presidente, todos os presentes levantaram e soltaram gritos de viva à República, mostrando assim que aderiram cheios de entusiasmos ao novo regime. O documento foi anexado ao livro de registro das sessões e se extraiu dela uma cópia para ser remetida ao Governo Provisório do Estado do Piauí

Na data de 25 de novembro de 1889, fundou-se na cidade de Pedro II, um clube republicano e literário, presidido por Jacob Uchoa. Naquela data havia 145 membros e ainda estavam abertas as inscrições, ou seja, o número de sócios poderia aumentar com o tempo. O grupo, constituído com o objetivo de publicizar o ocorrido, envia uma carta-anúncio para

¹²³ O município de Livramento corresponde atualmente a José de Freitas, Piauí. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *História*: José de Freitas-PI. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/jose-de-freitas/historico>. Acesso em 25 fev. 2020.

¹²⁴ CARVALHO, Sérvulo José de. Câmara Municipal do Livramento: Ata da sessão extraordinária de 23 de novembro de 1889. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

¹²⁵ Hino oficial francês.

¹²⁶ CARVALHO, Sérvulo José de. Câmara Municipal do Livramento: Ata da sessão extraordinária de 23 de novembro de 1889. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

Antônio Joaquim Diniz, secretário da Junta, dando-lhe a informações a respeito, bem como convidando-o para se tornar membro do clube, tendo este já sido aceito pelos demais. Além de pedir números do jornal *Estado do Piauí*, para permitir que seus integrantes pudessem acompanhar as notícias, até que eles tivessem condições de adquirir os números do periódico.¹²⁷

Já em *Regeneração*, segundo Raimundo Costa, em texto publicado no número 12 do jornal *Estado do Piauí*, em todas as localidades ele teria presenciado calmas, tranquilas e criteriosas adesões ao movimento republicano, em cujas atas de adesões havia nomes de vários cidadãos. Entretanto, naquela vila estava havendo censura àqueles que não assinaram voluntariamente como aderentes.

De acordo com Costa, quando viu surgir vitoriosa a República no Brasil, acreditava que a política monárquica e seus “caprichos” seriam extintos, mas viu que seu pensamento era equivocado, pois ao observar a outras localidades notou que cegamente havia manifestos em favor do servilismo, da vingança e da inverdade.

Diz o autor do texto ter sofrido constantes censuras por defender a liberdade, sendo simbolicamente ferido em suas lutas, cujas cicatrizes existentes, fora de tempo, tendem a aparecer e não lhe pesa mostrá-las. Afirma ainda, que advogará por sua liberdade e seu direito e que jamais renunciará em favor do que lhe estão impondo. Acrescenta que sempre fora defensor da liberdade do homem e de suas crenças, e por ter sempre trabalhado para o aniquilamento do servilismo, causava aborrecimento. Finalmente, declara aos seus algozes que antes era partidariamente liberal, que filosoficamente sempre fora republicano e defensor da liberdade e que carregaria suas convicções até o túmulo.

Informa ainda que, pelo fato de não ter assinado a ata momento dos festejos da adesão, não significava que ele não seria republicano, e que as motivações de não ter feito isso em momento oportuno eram de caráter particular. Afirma não ser permitido a outros entrar no pensamento de terceiros e dar-lhe o sentido que bem entender.

Levando em consideração o que já foi dito, ele questiona a acusação de que a falta de sua assinatura se dava pelo fato de haver se sensibilizado com a prisão do Barão de Loreto, quando, por muitas e maiores razões de sentimentos, teria por Firmino Martins, seu comprovinciano, que foi inominável e injustamente desconsiderado. Além disso, interroga que sentido haveria em se solidarizar com alguém que ignorava sua existência.

¹²⁷ MOURÃO, Domingos; UCHOA, Jacob. Movimento Republicano: Clube Republicano de Pedro II. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 14 jan. 1890.

Acrescenta que no dia 26 de novembro houve na vila de Regeneração a proclamação dos membros do congresso republicano regenerense, data em que também houve a passeata acompanhada por grande número de pessoas na qual ele se achava presente, tanto acompanhando na tribuna a Tito da Silva, como em sua casa, onde algumas pessoas ouviram seu singelo e sucinto discurso declarando de modo claro aderir à República. Declarou, ainda, que a partir daquela data seria republicano, não só pelo recente evento ocorrido na capital federal, mas também porque era uma ideia liberal. Assim, citou tópicos do jornal *Oitenta e Nove*, n. 23, de 19 de maio de 1874, no qual os republicanos daquela época discutiam em São Paulo a questão religiosa, sendo em resumo os programas que leu aos presentes por lhe serem familiares. Ainda reiterou ter sido um mártir da vingança pela ira inveterada de membros de uma das facções do passado, seria jogo de fácil manipulação da antiga coroa brasileira [...], sustentáculo da família inviolável, progresso de bajulação, ódio e displicência.”¹²⁸ E continuava: “Era a política o estímulo de toda a classe em cujo o âmbito de seu funcionamento ergue-se sobranceira a iniquidade, e tornava-se o homem (com raríssimas exceções) pelo espírito político, trânsfuga do direito, da razão e do direito!”¹²⁹

Definia-se como político pobre que sempre pensava assim, e no dia 26 de novembro teria dado garantias disto e encerra dizendo que:

Republicano é a voz *tutis*, mas eu com a pouca experiência que tenho, percebo em alguns, nos lábios a República, enquanto os rancorosos corações enegrecem, as carnes tremem e os olhos inundam-se pelo sentimento de extinção das políticas monárquicas, armas detrimntosas de que se serviam os iníquos mandões ou seus humildes serventuários para satisfazerem suas malévolas paixões.¹³⁰

No dia 26 de novembro de 1889, os diretórios do Partido Liberal de Campo Maior e Piripiri se manifestaram em favor do novo sistema de governo.¹³¹ Em 27 do mesmo mês, a Colônia de São Pedro Alcântara¹³² também manifesta sua adesão à República. Quase

¹²⁸ COSTA, Raimundo. Regeneração, 15 de dezembro de 1889. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 12, p. 3, 9 fev. 1890.

¹²⁹ COSTA, Raimundo. Regeneração, 15 de dezembro de 1889. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 12, p. 3, 9 fev. 1890.

¹³⁰ COSTA, Raimundo. Regeneração, 15 de dezembro de 1889. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 12, p. 3, 9 fev. 1890.

¹³¹ TELEGRAMAS: Piripiri, 26. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

¹³² A Colônia de São Pedro de Alcântara foi uma colônia de imigrantes na virada do século XIX para o século XX. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Fazendas Nacionais do Piauí estão na pauta do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/135>. Acesso em 27 ago. 2018.

37 pessoas assinaram o abaixo-assinado em apoio ao novo regime¹³³. Já no dia 30, “Em São José das Cajazeiras aderiram todos à nova forma de governo; tendo na noite de 30, ao som de música, feito uma passeata pelas ruas do povoado, durante a qual foram levantados muitos vivas à República, ao Exército, à Armada e ao Governo Provisório.”¹³⁴

Assim como no interior, a Câmara Municipal de Teresina rapidamente declarou apoio à República. Uma sessão extraordinária tinha sido marcada para o dia 28 de novembro de 1889, para que houvesse uma manifestação a respeito do advento da República, mas após um telegrama enviado pelo governo provisório do estado do Piauí, pedindo o seu posicionamento sobre o assunto, a Câmara antecipou a sessão para o dia 27 de novembro. Ao fim da assembleia, uma carta foi enviada à Junta Provisória, e por meio dela, os vereadores informaram: “aderimos franca e lealmente à nova forma de governo que se estabeleceu no país, e conosco aderem igualmente todos os empregados municipais que foram vindos à nossa presença e assim se manifestaram”. Em outro trecho os vereadores se colocavam à inteira disposição do governo estadual, tanto na qualidade de representantes da cidade, como na qualidade de pessoas particulares.¹³⁵

Nas palavras de Chaves, os funcionários das repartições públicas eram obrigados a aderir ao novo regime, e aquele que se opusesse seria imediatamente exonerado do cargo. O secretário interino de Instrução Pública – Raimundo Rodrigues de Araújo Costa – foi o único na cidade de Teresina a se recusar a assinar o termo de adesão, porque se dizia monarquista e, como tal, não poderia e nem deveria se declarar favorável à República. Por negar-se a assinar o termo, foi punido com demissão. Ainda segundo o referido autor, a Assembleia Legislativa Provincial enviou ofício à Junta, insistindo para que fosse informada a adesão daquela instituição governativa ao governo provisório, todavia, em resposta ao documento enviado pelo remetente, a Junta Provisória mandou fechar o prédio em que funcionava o órgão.¹³⁶

No dia 20, em Teresina, os deputados da Assembleia Legislativa Provincial tomaram a deliberação de não se demorar por mais tempo a manifestar sua adesão à causa republicana. De acordo com o texto da carta:

Como representantes da província, investido de honroso mandato, que lhes foi conferido por diversas circunscrições eleitorais, os abaixo assinados julgam interpretar os sentimentos daqueles que representam, expressando-se

¹³³ ADESÕES: Colônia de São Pedro da Alcântara. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

¹³⁴ NOTICIÁRIO: adesões. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

¹³⁵ PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL da cidade de Teresina. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 3-4, 4 dez. 1889.

¹³⁶ CHAVES, 1998, p. 88.

por esta forma, a vista da adesão que já se verificou por parte da população desta capital e de outros pontos da província: e antes que a quaisquer outros, corre-lhes o dever que lhe é inerente pela natureza do mandado e do assunto de que trata-se de levar a público, por intermédio da Junta Provisória desta província ao Governo Provisório Central da Corte, não só a declaração de sua adesão, mas ainda as manifestações daqueles de quem são mandatários, no sentido da causa que adotara.¹³⁷

Assinaram o documento de adesão: bacharel Francisco Botelho de Andrade, Tibério Luís de Marreiros Castelo Branco (liberal), [Salomão] Baumann, Fernando de Holanda Costa Freire, Joaquim José Avelino (liberal), [Salustiano] de H. B. Campos. Os deputados Castelo Branco, Avelino e Holanda Costa estiveram presentes na reorganização da Junta Governativa Provisória.

O documento com o qual a Junta ordena o fechamento da Assembleia data do dia 25 de novembro. No texto, a Junta além de determinar o fechamento do prédio, entrega os arquivos da instituição aos cuidados de um funcionário designado pela Secretaria de Governo. Acreditamos que tal atitude tenha a ver com o objetivo de acabar com os vestígios da Monarquia, tendo em vista uma nova eleição para a escolha dos novos representantes republicanos.¹³⁸

As manifestações em torno da chegada do regime republicano ao Piauí não se limitaram apenas aos primeiros dias após a proclamação ou ao período de vigência da Junta Governativa Provisória, mas podem ser percebidas também por meio das manifestações públicas noticiadas em cartas abertas dos municípios ao primeiro governador nomeado, Gregório Taumaturgo de Azevedo. Os textos tratavam desde questões de infraestrutura a discussões políticas locais.

Um habitante do povoado Estreito se dispôs a representar aquela localidade por meio de carta ao governador Taumaturgo de Azevedo, enviada em 10 de janeiro de 1890, e que foi publicada no número 3 do jornal *Estado do Piauí*, em 18 de janeiro do mesmo ano. Na carta o autor fala das benesses trazidas pelo novo regime e também de demandas que ainda necessitavam ser atendidas pelo governo. O remetente afirma que o ano novo inicia agradável, assim como a República em várias regiões do Brasil. Com olhar auspicioso comenta que a seca está desaparecendo aos poucos, com a presença das chuvas, desde dezembro de 1889 até aquele momento, o que conseqüentemente permitia uma maior abundância de gêneros alimentícios, fazendo com que o preço de alguns alimentos se estabilizasse.

¹³⁷ ADESÕES: Illms. e Exms. Srs. membros da Junta Provisória do Governo desta província *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

¹³⁸ ATO DO GOVERNO PROVISÓRIO. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 3-4, 4 dez. 1889.

Além disso, fala das melhorias na infraestrutura do lugar e da presença do poder estadual, nunca antes sentida por aqueles habitantes, ao tratar da rápida visita de Taumaturgo de Azevedo à localidade e da doação de verba para a criação de uma mesa de rendas. Mesmo havendo solicitação para um novo professor de primeiras letras para as crianças, que ainda não fora atendida, manifestava visão positiva sobre o novo governo e principalmente sobre a República, como podemos ver no trecho: “Reina paz, e só se fala em República com aquele entusiasmo próprio do brasileiro que aspirava à paz, liberdade, igualdade e fraternidade; tal é o alegrão geral e as esperanças que nutrimos, parecendo-me que marchamos para um mar de rosas – (como lá dizem).”¹³⁹

Quando Barras do Marataoan foi elevada à categoria de cidade, a cidade ficou em festa e a Câmara Municipal daquele lugar, em agradecimento à ação do então governador alterou os nomes de várias ruas e praças para homenagear o chefe do poder estadual e a República. As praças ganharam nomes como 15 de Novembro e Marechal Deodoro em alusão à data da proclamação e a um dos principais nomes do ato, e que naquele momento atuava como presidente do Governo Provisório. Já as ruas obtiveram o nome de Taumaturgo de Azevedo, Davi Caldas (republicano histórico), dentre outras personalidades locais e datas oficiais relativas a eventos nacionais ou municipais.¹⁴⁰

Na cidade de Amarante houve notícias de manifestação contrária à Proclamação da República. Um homem chamado Manoel Rodrigues de Carvalho, ao saber que o Brasil era regido por um novo regime político, pôs na porta da igreja matriz daquela cidade um anúncio à procura de pessoas que aderissem à oposição à República.¹⁴¹

Alguns habitantes de Parnaíba enviaram uma carta destinada ao governador Taumaturgo de Azevedo, publicada no jornal *Estado do Piauí*, que expressava cordialidade, e solicitava uma escola para o sexo masculino, por ainda não existir naquele lugar, bem como atendimento aos imigrantes oriundos do Ceará, em decorrência da seca que assolou parte da região norte do país. O Piauí era uma das regiões afetadas pela estiagem.¹⁴²

Em meio aos pedidos, lançaram elogios à escolha do então governador, assim como à sua atuação frente ao estado, além da existência da República recém-instalada, falando das benesses que a presença do novo regime trouxe desde o dia 15 de novembro de 1889,

¹³⁹ ESTREITO. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 3, p. 4, 18 jan. 1890.

¹⁴⁰ LOPES, Liberalino Batista. Paço da Câmara Municipal das Barras, em sessão ordinária de 10 de janeiro de 1890. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 5, p. 2, 23 jan. 1890.

¹⁴¹ DINIZ, Antônio. Ao Dr. Manuel Rodrigues de Carvalho. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 6, p. 3, 25 jan. 1890.

¹⁴² PARNAÍBA, 20 de janeiro de 1890: Ao digno governador do Estado do Piauí. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 8, p. 3, 31 jan. 1890.

apontando que a República poderia trazer à nação o progresso e o engrandecimento pelos quais ela tanto ansiava. Além disso, fizeram duras críticas à Monarquia, tida como atrofiada e negligente em relação ao Piauí, como pode-se ver na citação abaixo:

Não está, porém, tudo perdido. Caiu a velha Monarquia, tóxico enérgico que que corroía as entranhas da nossa cara pátria, e surgiu a República, elemento reparador que, felizmente, em tempo, nos veio levantar do abatimento em que jazíamos, salvando-nos do abismo do que à beira estamos.¹⁴³

A Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, que atuava em Teresina, traz no jornal *Estado do Piauí*, n. 10, de fevereiro de 1890, críticas positivas e otimistas à República, ao mesmo tempo em que traz pontos negativos sobre a Monarquia deposta em 15 de novembro de 1889.¹⁴⁴ O artigo inicia fazendo referência a um texto publicado no n. 2 do mesmo jornal e elogia o conteúdo que ele expunha, especialmente os “conceitos” dos quais busca explorar um: “É certo que nada conspirava tanto para nossa miséria e para o nosso atraso como a falta de patriotismo dos antigos governos”.¹⁴⁵

Além disso, diz que entendendo que poderiam escravizar as consciências menos instruídas, os antigos governos ao invés de investirem em educação pública, incentivarem o trabalho, impulsionarem as indústrias e o progresso das mesmas, suprimiram as escolas, favoreceram a preguiça, criando empregos públicos; e deram-se à politicagem corrupta de coronéis e tenentes-coronéis.

Afirma ainda que, em Teresina, para não mencionar as outras cidades do estado, a vida é bastante penosa, por não haver indústrias para a exploração de matéria-prima. O comércio é fraco, o calor intenso e abrasante, e o civismo nulo. E por esse quadro que foi desenhado, o autor justificou a presença da politicagem e do que entendia como obsessão pelo emprego público, que resultavam em disputas que ultrapassavam os limites da cordialidade. Praticamente todos os interessados em obter um cargo público acabavam por serem absorvidos pela selvagem política.

Considera que os governos anteriores favoreciam todo esse mal, ao gastarem erroneamente o dinheiro público com subornos, condecorarem coronéis e tenentes-coronéis, e fortalecerem o patronato, colocando nos cargos estatais afilhados políticos e parentes.

¹⁴³ PARNAÍBA, 20 de Janeiro de 1890: Ao digno governador do Estado do Piauí. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 8, p. 3. 31 jan. 1890.

¹⁴⁴ COMPANHIA de Fiação e Tecidos Piauiense. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 10, p. 3, 5 fev. 1890.

¹⁴⁵ COMPANHIA de Fiação e Tecidos Piauiense. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 10, p. 3, 5 fev. 1890.

De acordo com a publicação, diante do desenvolvimento pelo qual passava a cidade de Caxias no Maranhão, os piauienses procuraram de certa forma imitar a fórmula de sucesso que se executava por lá, mas as dificuldades existentes, graças à burocracia oficial e à politicagem em maior intensidade tornaram áspero o processo por aqui. Ciente da gravidade da situação, os caxienses afastaram-se do modo de fazer política de lá e deram abertura para que outros investidores também participassem do empreendedorismo, embora estes não possuíssem grande fortuna. E assim, Caxias impulsionou seu crescimento, levando estímulo à própria capital do Maranhão.

O autor do texto explica que os piauienses jamais conseguiram chegar a um capital considerável para realizar algo semelhante ao que se dava em Caxias. São Luís inaugurou uma fábrica de tecidos por lá, mas no Piauí ainda não acontecera tal evento. A diretoria da fábrica piauiense teria sido escolhida por mera simpatia política, o que fazia seus acionistas continuarem atuando passivamente.

Assim, com a chegada do novo regime, o autor acreditava que poderia haver melhoramento, que o Exército traria a liberdade, isto é, a não intervenção do Estado no setor industrial, a pulverização da politicagem corrupta, o mérito pessoal, a livre manifestação, a iniciativa particular, dentre outras coisas. Consegue, a partir de então enxergar um horizonte intelectual e moral, longe das brigas políticas, e tudo quanto atrapalhou o crescimento da indústria no Piauí.

Há também manifestações que apareceram através de textos literários publicados no jornal *Estado do Piauí* por alguém cujo nome o autor põe em segredo, identificando-se apenas como “Eu”.

Travessos!¹⁴⁶

Deixai... deixai minha lira
O grande mundo ideal
E analisemos unidos
O movimento atual.

Aqui amigos contentes
Gritam todos mui ufanos:
‘Faze a luz, veio a República!
Nós somos republicanos’.

Ali, nervoso assustado
Batendo no coração
Alguém jura que à República
Nuca fez oposição.

¹⁴⁶ EU. Travessos! *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 14, p. 3, 11 fev. 1890.

E além bonita criança
 Diz, baixinho ao namorado:
 Se não é republicano,
 já está desprezado.

E o Piauí todo ri, se
 Jonota, chic, faceiro.
 Ao saber que muito em breve,
 Enche os bolsos de dinheiro.

E nós oh! lira querida
 Sempre contra monarquistas
 Para podermos lutar
 Somos fiéis nilistas.

Eu.

No dia 20 de fevereiro de 1890, um Clube Republicano Piauiense foi criado na cidade de Teresina com o intuito de doutrinar o povo e bem orientá-lo na crise que se fazia. Essa associação, diferente do caráter acentuadamente político com que outros clubes foram criados em outros estados, possuía cunho social e doutrinário. Apesar dos esforços para extinguir as cisões que as disputas partidárias no período monárquico trouxeram, elas ainda subsistiam e a doutrinação republicana seria um recurso para união das visões divergentes.¹⁴⁷ Participaram desse clube, nomes como Anísio Auto de Abreu, Clodoaldo Freitas, Mariano Gil Castelo Branco e Simplício Coelho de Resende.¹⁴⁸

A criação dessa associação fundamentou-se em situações que ocorreram ainda durante a vigência da Junta Governativa Provisória. Como se sabe, a mudança da Monarquia para a República resultou no fim dos partidos Liberal e Conservador, assim como de seus periódicos, ou seja, as demarcações ideológicas que distinguiam os ideais dos membros daquelas agremiações. Porém, algumas tensões mantiveram-se acesas em meio à euforia da mudança do sistema político brasileiro. Havia uma disputa entre os jornais que surgiram ou mantiveram-se em atuação após a proclamação.

No dia 27 de novembro de 1889, data em que ainda atuava a Junta Governativa Provisória, foi publicado o primeiro número do jornal *Atualidade*, órgão republicano, sob a coordenação de Antônio Joaquim Diniz. Este periódico surgiu em substituição ao jornal *A Imprensa*, órgão do Partido Liberal. O mesmo se coloca como defensor e sustentador da grande causa republicana, já que o diretório aderiu à República. O mesmo jornal convidara a

¹⁴⁷ CLUBE Republicano Piauiense. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 17, p. 1, 21 fev. 1890.

¹⁴⁸ CLUBE Republicano Piauiense. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 16, p. 4, 19 fev. 1890.

todos os simpatizantes e militantes do antigo partido a aderirem ao novo regime, aprovando a posição tomada pela agremiação, sendo esta a atitude mais correta ao considerarem o momento.¹⁴⁹

De acordo com uma matéria do jornal *Atualidade* em resposta ao jornal *Fiat Lux*, apontado como substituto de *A Época*, periódico do Partido Conservador, um escritor daquele jornal fez “[...] recriminações pessoais, como se estivesse ainda sobre influxo do velho regime monárquico representativo.”¹⁵⁰ As pessoas apontadas como alvos dos ataques foram o Marquês de Paranaguá e o Barão de Loreto, nomes de expressão do Partido Liberal no Brasil. Não se teve acesso ao artigo publicado pelo *Fiat Lux*, porém, o jornal *Atualidade*, de vertente republicana, promoveu a defesa dos dois políticos:

Amigos e reconhecedores das boas intenções e sentimentos de patriotismo desses notáveis cidadãos, que tão bons serviços tem prestado ao país, e principalmente a esta parte da América do Sul, não podíamos deixar de fazermos os presentes reparos ao procedimento do ilustre colega do *Fiat Lux*, que, estamos certos, nos relevará por isso.¹⁵¹

Observa-se que mesmo havendo uma transição política em andamento, os jornais atuantes no Império continuaram a existir, mas assumindo um caráter republicano. Ainda que houvesse cumprimentos e muito respeito dos dois lados, suas questões políticas e partidárias continuaram presentes como fumaça a ponto de reacenderem a um pequeno estímulo, o fogo abrandado.

Após a proclamação da República, o jornal *Oitenta e Nove*, dirigido por Fócion Caldas, filho do fundador, jornalista e republicano histórico Davi Caldas, perdurou por mais algum tempo. O diretor do periódico declarou que continuaria a “defender as causas republicanas.”¹⁵²

Assim, a adesão à República ocorreu tanto fora do Piauí, como na capital e no interior do estado, o que mostra o rápido interesse dos grupos fora de Teresina em afirmarem-se enquanto apoiadores da República. Mesmo não havendo um movimento republicano durante o Império, havia município que sugeria em sua carta de adesão a consciência e um afeto à República que ultrapassavam a fronteira de 15 de novembro. Além disso, algumas pessoas apresentaram disposição de superar as diferenças político-partidárias assinando documentos de dois grupos, que, no passado, eram grandes adversários.

¹⁴⁹ ATUALIDADE. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

¹⁵⁰ UM JUSTO REPARO. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

¹⁵¹ UM JUSTO REPARO. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

¹⁵² OITENTA E NOVE. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

Essas manifestações não eram só de natureza política, mas havia por trás de cada manifestação o interesse de mudança frente ao quadro econômico e social em que se encontrava o Piauí na segunda metade do século XIX. De acordo com Teresinha Queiroz:

[...] as transformações econômicas na província se faziam de forma lenta, não acompanhando o ritmo das dinâmicas regiões do centro-sul voltadas para a produção de café. No Piauí como em outras áreas do Norte, a economia definia-se pelo domínio de algumas atividades básicas de subsistência. Impostas por condições históricas e ambientais próprias, realizadas em nível técnico pouco evoluído, e, portanto, de baixos níveis de produtividade. Inserido no contexto nordestino, o estado apresentava as mesmas características básicas da região. Entretanto, como área de expansão, povoamento e com condições ambientais relativamente mais favoráveis que as de outras províncias, absorvia e refletia, em diversos níveis, os problemas econômicos e sociais da região.¹⁵³

Tratava-se também de um problema social, a pobreza no estado estava cada vez maior, e o desejo de progresso era uma constante no coração dos cidadãos piauienses. Os cofres estavam vazios e a República trazia a esperança de mudanças que há muito tempo se almejavam.

¹⁵³ QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006. p. 13.

3 A NOMEAÇÃO E O GOVERNO DE GREGÓRIO TAUMATURGO DE AZEVEDO

3.1 Nomeação e posse de Gregório Taumaturgo de Azevedo

A primeira informação a respeito da nomeação de Taumaturgo de Azevedo foi uma notícia publicada em 22 de novembro de 1889, que dizia ter sido visto em um pedaço de papel uma lista de nomes de governadores para os estados e, nessa lista, constava o nome de Gregório Taumaturgo de Azevedo.¹⁵⁴

Nesse contexto acontecia a política de substituição nacional de juntas governativas estaduais por governadores nomeados.¹⁵⁵ Foi nesse momento que Taumaturgo de Azevedo teve conhecimento da preferência do governo por seu nome para assumir a chefia do executivo do Piauí. Ele, na condição de major de engenheiros e militar de carreira, estava em Pernambuco como diretor de obras, quando houve a proclamação da República, ou, em seus termos, “aconteceu a revolução”. Segundo Dalton Melo Macambira, a atitude de marechal Deodoro de Fonseca em nomear militares para os governos dos estados demonstra o seu interesse em ampliar os espaços do Exército na política brasileira.¹⁵⁶ A nomeação de Taumaturgo de Azevedo foi bem aceita, ao menos no tocante aos republicanos. É possível perceber essa satisfação com a escolha do Governo Provisório Central, como mostra o trecho abaixo, retirado do jornal *Atualidade*:

A escolha não podia ser mais acertada.

Major de engenheiros e bacharel em Direito, o Dr. Taumaturgo reúne os mais belos predicados para o cabal e satisfatório desempenho da elevada incumbência, que lhe confiou o governo provisório dos Estados Unidos do Brasil.

Espírito altamente, empreendedor e infatigável, inteligência válida e esclarecida, caráter sisudo e honesto, o governador nomeado inspira a maior confiança no povo piauiense – é um penhor seguro da realização de melhoramentos indispensáveis à terra, em que se abriram os olhos à luz da existência.¹⁵⁷

Em discussões no jornal *A Democracia* do Rio de Janeiro, o governador nomeado lembrou que era dez horas da noite do dia 17 de novembro de 1889, quando recebeu um

¹⁵⁴ VÁRIAS NOTÍCIAS: Vimos a [...]. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 67, n. 325, p. 1, 22 nov. 1889.

¹⁵⁵ NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí: 1889-1920*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. p. 47.

¹⁵⁶ MACAMBIRA, Dalton Melo. O Piauí na proclamação da República. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 11, n. 1, p. 123, 1986.

¹⁵⁷ ATUALIDADE. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 1, 4 dez. 1889.

telegrama com os seguintes dizeres: “Rio, 17 de novembro de 1889 – Major Taumaturgo de Azevedo – Marechal Deodoro, consente, indicação minha, você, governador do Piauí, Aceita? Eliseu Martins.”¹⁵⁸

O primeiro governador nomeado disse não ter ficado surpreso com a indicação de seu nome por Eliseu Martins¹⁵⁹, pois eram amigos desde o tempo em que ambos estiveram juntos no Rio de Janeiro. Para Taumaturgo, Eliseu Martins sabia que ele não era perigoso para a República, por ser independente como cidadão e militar, e mais ainda por denunciar o Sr. Joaquim Delfino ao Parlamento, por não ter tido a justiça que reclamara em dois requerimentos ao Imperador e três à Princesa Regente. Taumaturgo via-se como um verdadeiro republicano, ao “desafiar” o trono no Parlamento, denunciado as arbitrariedades de um ministro. Expressa, ainda, que teria sido o responsabilizado pelo referido ato de janeiro de 1888, quando afirmou em papel público à Princesa Imperial do Brasil: “[...] para contardes com a lealdade e a dedicação de vossos súditos, é preciso a senhora que saibais distribuir justiça”.¹⁶⁰

Taumaturgo de Azevedo explica ter respondido afirmativamente ao telegrama de Eliseu Martins, no dia seguinte à notícia, ou seja, 18 de novembro. Contudo, o telegrama com sua resposta não havia chegado ao destinatário em 19 de novembro, quando recebeu outro telegrama que novamente perguntava: “Propus nomeação governador do Piauí. Aceita?”¹⁶¹ Taumaturgo de Azevedo remeteu outro telegrama dizendo que aceitava e expondo suas razões: o primeiro motivo seria corresponder à confiança que nele fora depositada, ao receber uma missão tão importante; segundo, por prestar serviços à terra em que nasceu, que tinha o direito de lhe exigir tamanho sacrifício, já que havia chegado o informe oficial.

Em sua avaliação, a boa relação entre Eliseu e o Marechal Deodoro permitia a oferta de um cargo de governador ao primeiro em qualquer estado, bem com a declaração de que não poderia dispensar os seus serviços. Eliseu, porém, afirma ter se desculpado com o Marechal e não aceitou a oferta. Perguntado quem ele poderia sugerir para o seu lugar,

¹⁵⁸ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí III. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 125, p. 2, 26 jul. 1890.

¹⁵⁹ Eliseu de Sousa Martins (Jerumenha-PI, 1842- Rio de Janeiro-GB, 1894). Magistrado e político. Bacharel em Direito. Promotor público na cidade de Amarante-PI. Senador da República (1891-1893). Presidiu as Províncias do Rio Grande do Norte (1878) e Espírito Santo (1879-1884). GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003. p. 241.

¹⁶⁰ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país: minhas senhoras e meus senhores. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

¹⁶¹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí III. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 125, p. 2, 26 jul. 1890.

indicou o nome de Taumaturgo, que foi aceito por Deodoro, após o próprio Marechal ter realizado algumas perguntas em busca de informações sobre o indicado. Como Taumaturgo de Azevedo diz não ter recebido nenhuma outra notícia sobre a designação de seu nome, sentiu-se em dívida com Eliseu Martins.

Com tal pensamento a respeito de sua nomeação, viajou de Pernambuco para o Norte, e ali soube por José Calheiros de Mello e Joaquim Antônio da Cruz que sua indicação nada devia a Eliseu Martins, porque resultou da ação espontânea de coronel Mallet¹⁶² em apresentar a proposta ao Marechal Deodoro, que não se opôs à indicação. Sobre o acontecido Taumaturgo de Azevedo comenta, após sua queda:

Em vista do testemunho de duas pessoas que tinham estado no teatro dos acontecimentos, e dele haviam participado poucos dias antes do meu encontro, tive de suspender o meu juízo a respeito, até que, mais tarde, acreditei que a verdade não estava do lado de Eliseu Martins, rindo-me até do caso pela esperteza do homem.¹⁶³

Dias depois, Taumaturgo de Azevedo diz ter recebido um telegrama de um amigo, no qual é informado de que essa pessoa havia mostrado o telegrama dele a Eliseu Martins, e este mostrou-se tão contrariado, que chegou ao ponto de pedir que ele o lembrasse que fora ele quem o indicou ao cargo de governador. Não queria ele ouvir razões de nenhuma natureza. Taumaturgo respondeu orientando o amigo e Eliseu a conversarem com o coronel Mallet, inclusive pedia para o político mostrar o telegrama ao coronel, para liquidar de vez o assunto da nomeação. Explica, ainda, que já o haviam alertado de que Eliseu Martins não tivera nenhuma ingerência em sua nomeação, conforme também a palavra do Dr. Joaquim Antônio da Cruz e de outros amigos.

O amigo telegrafou mais uma vez a Taumaturgo dizendo que havia mostrado o seu telegrama ao coronel Mallet, e que ao lhe contar os detalhes de sua nomeação, o mesmo

¹⁶² João Nepomuceno de Medeiros Mallet – coronel Mallet, nasceu em Bajé, na antiga província do Rio Grande do Sul no ano de 1840. Era filho do Barão de Itapevi, o marechal Emílio Luis Mallet, natural da França, e de Joaquina Catarina de Medeiros Mallet. Bacharelou-se em Matemática e Ciências Físicas. Após a proclamação da República teve papel muito importante, pois foi o responsável por conduzir a família real de volta a Portugal. Foi intendente da Guerra, governador do Ceará e do Mato Grosso. No governo de Campos Salles foi nomeado Ministro da Guerra, seu cargo mais importante. VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de. João Nepomuceno de Mallet. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MALLET,%20Jo%C3%A3o%20Nepomuceno%20de%20Medeiros.pdf>. Acessado em: 22 abr. 2016.

¹⁶³ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí III. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 125, p. 2, 26 jul. 1890.

esclareceu que só após a aceitação de sua indicação pelo marechal Deodoro da Fonseca, Eliseu se manifestou a fim de tratar de sua ajuda de custo, e ainda, que tudo era de conhecimento do Dr. Joaquim Antônio da Cruz. Gregório Taumaturgo de Azevedo contou que, apesar de ter dado como certo que devia sua escolha para governador a Eliseu Martins, ao chegar a Teresina, soube por duas pessoas respeitáveis, que Eliseu o havia iludido com a retenção, com o objetivo de obter créditos por sua nomeação.

Eliseu Martins, em resposta, reafirmou a versão anteriormente narrada sobre ser ele o responsável pela nomeação para o cargo e ainda rechaçou a ideia de que Mallet tivesse lembrado do seu nome logo no dia 16 de novembro de 1889. Posteriormente, envia uma carta ao coronel Mallet, narrando sua versão dos fatos e estranhando que o coronel tivesse tido a mesma atitude que ele 16 ou 17 de novembro, ao indicar a pessoa de Taumaturgo de Azevedo ao presidente.¹⁶⁴

Taumaturgo de Azevedo entendia haver provado através de seus artigos que não partira de Eliseu Martins sua indicação para o governo do Piauí, e sim, do coronel Mallet, graças ao testemunho dos dois políticos. Afirma que assumiu o governo no dia 26 de dezembro de 1889, e naquele dia publicou uma “proclamação”, que era o projeto de governo que pretendia cumprir.

Quando o governador nomeado passou pela cidade de Parnaíba em direção a Teresina, para assumir seu cargo, recebeu uma mensagem impressa, assinada por Dr. Firmino de Sousa Martins (Juiz de Direito), Luís Pinto de Sá (Capitão do Porto), Dr. Raimundo de Carvalho Palhano (médico da Escola dos Aprendizes), Joaquim A. de Amorim Filho, Luís A. de Moraes Correia e Egídio Osório P. da Mota. O objetivo da mensagem era pedir ao governador a mudança da capital do estado para Parnaíba, e oferecer-lhe vantagens para realizar a mudança, eram elas: 20 contos de réis sem juros por dois anos; 16 prédios em diversas ruas sem pagar aluguel aos proprietários por dois anos; um prédio e um terreno contínuo na Rua Grande, oferecendo-se também ao estado a quantia de quatro contos de réis para despesas com a mudança, sob a única condição de ser ela efetuada.¹⁶⁵ Taumaturgo de Azevedo assumiu o governo em 26 de dezembro de 1889, mas, antecipadamente, tomou a decisão de não mudar a capital do estado para Parnaíba.¹⁶⁶

¹⁶⁴ MARTINS, Eliseu. Ao Ilustre Sr. Coronel Mallet. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 127, p. 3, 29 jan. 1890; MARTINS, Eliseu. Sr. Dr. Gregório Taumaturgo. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 126, p. 2, 28 jul. 1890.

¹⁶⁵ OS ESTADOS: Estado do Piauí. *Jornal do Recife*, Recife, ano 33, n. 6, p. 2, 9 jan. 1890.

¹⁶⁶ TELEGRAMAS: Teresina, 16 de dezembro. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 67, n. 360, p. 1, 27 dez. 1889.

3.2 Reorganização partidária, conflitos políticos e repercussões no Rio de Janeiro

Ao chegar a Teresina, Taumaturgo de Azevedo teria tentado em uma reunião fazer um arranjo político, com o intuito de agregar todos os partidos em um só, assim como seus respectivos órgãos de imprensa, como nos relata Clodoaldo Freitas, que, além de analista do período, foi um participante do processo:

Ao chegar no Piauí, um mês e dez dias depois da revolução de 15 de novembro, o Sr. Dr. Taumaturgo tratou seriamente de congregar todos os partidos em um só partido, e o seu primeiro cuidado foi convocar uma reunião da imprensa da capital, no intuito de resumir todos os jornais em um só jornal diário, dedicado exclusivamente aos grandes, elevados interesses gerais da pátria.¹⁶⁷

Após a reunião em que o governador apresentou sua proposta, recebeu dos partidos a resposta de que gostariam de continuar com “suas armas” (seus jornais), enterrando-se ali a pretensão do governador. Com o fracasso de seu plano, a partir daquele momento, o então chefe do Executivo se manteve neutro nas questões e intrigas partidárias. A política de Taumaturgo de Azevedo era, segundo Clodoaldo Freitas, compatível com a situação política enfrentada pelo estado naquele instante, pois os chefes dos partidos lhe teciam elogios, e o relacionamento com eles era de cordialidade.

Em artigo publicado em 9 de junho de 1890, publicado pelo *Jornal do Comércio*, tratou-se de um banquete ocorrido em Teresina no mês de abril do mesmo ano, provavelmente organizado pelos membros do Partido Democrata. Na ocasião, o governador discursou aos presentes.¹⁶⁸ De acordo com ele, houve a tentativa de unificação dos jornais partidários, porém obteve do grupo, que mais tarde formaria o Partido Republicano Federal, a seguinte resposta: “Queremos ficar com nossas armas”.¹⁶⁹ Também tentou a união dos grupos existentes na época para a criação de um único partido até a Constituinte, mas não teve êxito. Desde esse acontecimento o governador diz ter se convencido da impossibilidade de unir todos os elementos políticos e deixou as coisas seguirem seu curso natural. Quando foi procurado pelo diretório dos dois partidos nos dias 19 e 23 de março de 1890, respondeu que

¹⁶⁷ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 121, p. 2, 22 jul. 1890.

¹⁶⁸ ESTADO DO PIAUÍ ao país: em grande banquete [...]. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

¹⁶⁹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

“[...] continuaria a administrar o estado livre dos preconceitos e dos partidos. Que não reconhecera nenhum partido dominante antes da Constituinte e que apenas aceitava o oferecimento de seu auxílio como elemento natural para a boa marcha dos negócios públicos”.¹⁷⁰

No encontro que teve com o presidente do Partido Republicano Federal, este como “[...] intérprete de seu diretório, concordou com a posição de Taumaturgo de que não havia a necessidade de haver partidos em seu governo, que via como [...] benéfico e justiceiro, satisfazendo plenamente as ideias republicanas”¹⁷¹ Taumaturgo de Azevedo afirma ter falado desse assunto para que todos compreendessem que estava trabalhando sem focar em personalidades ou indagar por interesses particulares, sem abrir espaço para as velhas rivalidades políticas no estado e atender às ruidosas manifestações de apoio à República de homens íntegros e preocupados com o bem-estar geral. Assim, seu governo continuaria a seguir o plano traçado inicialmente.¹⁷² Afirma ainda que tinha a coragem cívica e a consciência dos que sabem o que querem e o que fazem. Disse também que: “Serei justo com os que merecem, serei severo com os que são dignos de punição”.¹⁷³ Declarou que haveria cumprimento da lei antes de tudo. Finalizou agradecendo ao Governo Provisório, ao representante do Partido Democrata, Barão de Castelo Branco e ao diretório, e que aceitava o banquete como manifestação de apoio ao Governo Provisório.¹⁷⁴

No dia de 12 de maio de 1890, uma notícia publicada no jornal *Gazeta do Norte*, do estado do Ceará informa que, naquela data o órgão do Partido Republicano Federal do Piauí, o jornal *Democracia*, havia rompido com a administração do governador Taumaturgo de Azevedo.¹⁷⁵ Conforme Clodoaldo Freitas, desde que isso aconteceu Gregório Taumaturgo de Azevedo começou a fazer uma distinção amigável em favor de quem o apoiava. Para ele, era uma “[...] imbecilidade pretender que S. Ex., tendo contra si oposição grosseira e desleal,

¹⁷⁰ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

¹⁷¹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

¹⁷² AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

¹⁷³ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

¹⁷⁴ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

¹⁷⁵ A DEMOCRACIA, órgão [...]. *Gazeta do Norte*, Fortaleza, ano 10, n. 104, p. 2, 12 maio 1889.

recusasse o concurso sincero de homens devotados à causa política, para beijar a mão que o esbofeteava.”¹⁷⁶

Ao buscar explicar os motivos pelos quais rompeu com o governo de Taumaturgo, Coelho Rodrigues informa que em 1885 a política piauiense tinha como líder Demóstenes Constâncio Avelino e Joaquim Nogueira Paranaguá a quem havia se referido em outro artigo publicado no *Jornal do Comércio*, dizendo que não teria interesse de prejudicá-los, reiterando a informação no artigo posterior.¹⁷⁷

De acordo com Coelho Rodrigues, Demóstenes Avelino e Joaquim Nogueira Paranaguá estavam de acordo com o antigo Partido Conservador, partido de que foi representante na capital federal por nove anos. Já o Partido Liberal fora dirigido pelo Marquês de Paranaguá durante 30 anos. E naquele momento ele, Demóstenes Avelino e Joaquim Nogueira Paranaguá compunham o Partido Republicano Federal. Por amor ao Partido Federal, diz ter rompido com Taumaturgo de Azevedo, que havia preferido a dissidência conservadora de Simplício Coelho de Resende e a dissidência liberal do Barão de Castelo Branco¹⁷⁸, primo e cunhado de Urbano Castelo Branco “[...] sob a chefia solicitada do Marquês [...]”¹⁷⁹ como provariam as transcrições na parte superior de *A Falange*, órgão da família Castelo Branco. Assegurou não ter enganado e nem traído Taumaturgo de Azevedo, porque o havia alertado de que não poderia apoiar sua política. Em carta enviada ao governador no fim do mês de abril de 1890, diz:

V. Exc. era liberal militante, filho de liberal nessa província onde o partido só teve dois chefes, o Visconde da Parnaíba e o Marquês de Paranaguá, que era o mais íntimo valido da família imperial; onde por isso muitos conservadores fraternavam com os republicanos; onde todos sabem seu secretário também era liberal e genro do lugar-tenente do Marquês [referência a Clóvis Beviláqua], e onde poucos compreendem que seus conselhos sejam o de Castelo Branco e o de Clodoaldo Freitas, isto é, os únicos dois homens que na reunião dos velhos partidos do Piauí protestaram contra qualquer manifestação hostil ao Marquês, que não podia ser hostil a Monarquia. Portanto, não se espante se o suspeitam de monarquista. Se

¹⁷⁶ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul. 1890.

¹⁷⁷ RODRIGUES. Antônio Coelho. Estado do Piauí: a propósito do artigo do Sr. Dr. Urbano Burlamaqui Castelo Branco. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

¹⁷⁸ Mariano Gil Castelo Branco (Barão de Castelo Branco), nasceu na Fazenda Contendas, atualmente José de Freitas (PI), no ano de 1848. Filho de Mariano Gil Castelo Branco e Vitória Perpétua de Jesus. Foi Deputado Provincial (1884-1885). Nomeado vice-governador do Estado (11/01/1892). Tornou-se Barão por meio de Decreto em outubro de 1889. GONÇALVES, 2003, p. 75-76.

¹⁷⁹ RODRIGUES. Antônio Coelho. Estado do Piauí: a propósito do artigo do Sr. Dr. Urbano Burlamaqui Castelo Branco. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

quiser evitar isso, não prefira os cadetes e os suspeitos da República com seus morgados.¹⁸⁰

À mesma época, circulava o rumor de que Taumaturgo pretendia convocar um partido e concorrer nas eleições para governador do Piauí. Clodoaldo nega essa pretensão e afirma que isso nunca foi intenção de Taumaturgo de Azevedo, que supunha estar impedido de concorrer a qualquer cargo público.¹⁸¹ A Constituição, porém, ainda não havia sido publicada, portanto, não havia certeza de lhe era vedado concorrer a eleições ou exercer qualquer função pública. Afirma ainda que Taumaturgo era contra a formação de grupos políticos, e que se desejasse concorrer, teria criado e comandado seu próprio partido, já que havia recebido protestos de adesão de Coelho Rodrigues.

Clodoaldo Freitas informa ser o primeiro, em Teresina, a ser procurado para a fusão de partidos políticos. Conforme suas palavras, Assis de Alves o procurou, afirmando que havia um plano para expurgar o Marquês da política piauiense. Para aceitar o convite, Clodoaldo Freitas impusera uma condição: alijar também Coelho Rodrigues. Escreve que não teria havido, no Piauí, nenhuma reunião para tratar a respeito do destino das instituições do estado, porém, para cuidar da criação de partidos.¹⁸² Sua intenção, assim como a de outras pessoas com certa influência nos assuntos do Piauí, era impedir Coelho Rodrigues de retomar o poder como o tivera seu tio, o Visconde da Parnaíba.¹⁸³

O Partido Republicano Federal, ao qual pertenceu Antônio Coelho Rodrigues, surgiu a partir de uma reunião ocorrida na casa do capitão Honório Parentes, na Rua Paissandu, no dia 20 de março de 1890. O jornal *Democracia*, do referido partido, relata que uma hora e meia

¹⁸⁰ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: a propósito do artigo do Sr. Dr. Urbano Burlamaqui Castelo Branco. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

¹⁸¹ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

¹⁸² FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

¹⁸³ Manuel de Sousa Martins - Visconde da Parnaíba (Oeiras-PI, 08/12/1767-20/02/1856). Foi político e militar. Seus pais se chamavam Manuel de Sousa Martins e Ana Rodrigues de Santana. Casou duas vezes, porém só teve filhos do primeiro casamento. Embora possuísse pouca instrução, revelou-se um bom administrador ao cuidar dos bens herdados após a morte do pai, quando ele ainda era jovem. Manuel de Sousa Martins (filho) fez os negócios prosperarem. Como militar alistou-se como soldado raso, porém com o tempo atingiu o posto de Brigadeiro e a função de Comandante de Armas da Província. Iniciou a carreira política como membro da Junta Governativa como vice-presidente (23/10/1921-07/04/1822). Governou por 20 anos a província (24/01/1823-30/12/1843). Foi o líder no levante que culminou com a adesão do Piauí à independência do Brasil. GONÇALVES, 2003, p. 242-243.

após o horário marcado para início da reunião, as dependências da casa, bem como os jardins e as imediações da residência estavam lotadas de artistas, intelectuais e o povo em geral.¹⁸⁴

Reunidos ao redor de uma mesa, todos ouviram Joaquim Nogueira Paranaguá, que em seu discurso apresentou as motivações que levaram àquele encontro, isto é, a criação de um partido republicano. Houve aplausos a Paranaguá e aos diretores do Partido Republicano. Ao fim da reunião, falaram Fernando da Costa Freire¹⁸⁵, o major Antônio Gentil de Sousa Mendes¹⁸⁶, o Dr. Antônio Vasconcelos de Menezes e o cônego Tomás de Moraes Rego. O último teria discursado a favor da criação do partido e apontado que os interesses da pátria deveriam estar acima dos desejos pessoais.¹⁸⁷

Dr. Antônio Vasconcelos de Menezes também se manifestou por meio de discurso, mostrando a necessidade de formação de partidos disciplinados e enfatizando o importante papel que esses possuem em regimes democráticos. Após as exposições, Augusto Colin da Silva Rios leu o nome dos novos redatores do jornal *Democracia*, periódico que deveria substituir os jornais *Atualidade* e *Fiat Luz*. Compunham o grupo de novos redatores: Joaquim Nogueira Paranaguá, Teodoro Alves Pacheco, Jaime de Albuquerque Rosa¹⁸⁸, Marcos Pereira de Araújo¹⁸⁹ e Antônio Vasconcelos de Menezes, que receberam aplausos dos presentes. As 18:30min, uma ata foi lavrada e assinada por todos os que participaram do encontro e aderiram ao novo partido. Ao fim da reunião, os presidentes do partido Joaquim Nogueira Paranaguá, Teodoro Alves Pacheco e o Barão de Uruçuí foram acompanhados por todos os que compareceram à casa de Honório Parentes, até suas residências.¹⁹⁰

Assim, teriam composto os quadros do Partido Republicano o Centro Onça do Partido Conservador e a antiga diretoria do Partido Liberal. Aderiram à agremiação Joaquim Nogueira Paranaguá (líder da comissão presidencial do partido) Teodoro Alves Pacheco, o

¹⁸⁴ A REUNIÃO política. *A Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1889.

¹⁸⁵ Fernando de Holanda Costa Freire era membro da Guarda Nacional e esteve presente no processo de instalação da República no Piauí sendo uma das testemunhas a assinar o Auto da Proclamação da República, que narra todo o processo. Foi delegado da cidade de Oeiras (1879). Na Monarquia, pertencia ao Partido Liberal.

¹⁸⁶ Antônio Gentil de Sousa Mendes (Oeiras, 1840-1892). Político, jornalista e poeta. Foi redator do jornal *A Pátria*. Secretário de Governo do Estado do Piauí. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Teresina. Deputado provincial nas legislaturas de 1870, 1872, 1874, 1876 e 1878. Foi também administrador das Fazendas Nacionais. GONÇALVES, 2003, p. 206.

¹⁸⁷ A REUNIÃO política. *A Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1889.

¹⁸⁸ Jaime de Albuquerque Rosa (Oeiras, 1853 – Teresina, 1891). Advogado e político, formado pela Faculdade de Direito de Recife (1878). Deputado Provincial (1884-1885) e Deputado Geral (1886-1889). GONÇALVES, 2003, p. 347

¹⁸⁹ Marcos Pereira de Araújo (Teresina, 1859 – Campo Maior, 1909). Médico e político. Eleito deputado federal para a legislatura de 1897-1899. GONÇALVES, 2003, p. 347.

¹⁹⁰ A REUNIÃO política. *A Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1889.

Barão de Uruçuí; Simplício de Sousa Mendes, Lourenço Valente de Figueiredo, Higino Cunha, Marcos Pereira de Araújo, Anísio Auto de Abreu¹⁹¹, João do Rego Monteiro Sobrinho, Nabor Alves Mota Pinto, Emílio César Burlamaqui¹⁹², Manoel Raimundo da Paz¹⁹³, Jaime Albuquerque Rosa, Tibério Conrado Burlamaqui¹⁹⁴, Polidoro Cesar Burlamaqui¹⁹⁵, Antônio Gentil de Sousa Mendes e outras 239 pessoas assinaram, computando um total de 255 membros do Partido, naquela ocasião.¹⁹⁶

Depois da organização do partido federalista, seus diretores se dirigiram até o Palácio e se colocaram à disposição do governador. Como porta-voz do partido foi escolhido o Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá. Taumaturgo de Azevedo respondeu-lhes que, a seu ver, não havia necessidade da criação de partidos e que preferia ter a “família piauiense unida como até então”. Segundo Clodoaldo Freitas, Joaquim Nogueira Paranaguá replicou ao governador, discordando de seu posicionamento. Após esse evento e organizado também o Partido Democrata, seus líderes foram se apresentar ao governador, e dele receberam a mesma resposta dada aos federalistas. O surgimento dos democratas teve como base a alegação de que “isolados pela criação de um partido adverso, tínhamos necessidade de nos agremiar, sob pena de morte”.¹⁹⁷

¹⁹¹ Anísio Auto de Abreu foi magistrado, jurista, jornalista, escritor e político piauiense. Governador do Piauí. Foi secretário de Polícia no governo de Coriolano de Carvalho (1892-1896) e deputado provincial à Constituinte piauiense e um dos autores da Carta Magna homologada em 1892; deputado federal (1904-1909) e senador da República (1908-1909). Como jornalista atuou em vários jornais como *Fiat Luz*, *Democracia* e *O Piauí*. GONÇALVES, 2003, p. 11.

¹⁹² Emílio César Burlamaqui foi comerciante e político. Elegeram-se Intendente de Teresina em 1908 para um mandato de quatro anos, mas no ano seguinte renunciou para assumir as funções de Delegado do Tesouro Nacional no Piauí. Era filho de Polidoro César Burlamaqui.

¹⁹³ Manuel Raimundo da Paz (Humildes, hoje Alto Longa, 1838- Teresina,1923). Foi comerciante e político. Um dos fundadores da Associação Comercial Piauiense e primeiro presidente da Junta Comercial do Estado do Piauí. Militou na política por quase toda a sua vida. Foi Conselheiro Municipal (1872), com mandatos renovados em 1897-1890, 1905-1908 e 1908-1912. Além disso, ocupou o cargo de Intendente Municipal entre 1893-1896. Deputado estadual em seis legislaturas. Foi presidente da Assembleia Legislativa. Com a morte de Anísio de Abreu, assumiu o governo do estado em 1909. GONÇALVES, 2001, p. 309

¹⁹⁴ Tibério César Burlamaqui (Oeiras, 1810-1863) foi jornalista e político que atuou em Oeiras no jornal *O Eco Liberal*. GONÇALVES, 2001, p. 89

¹⁹⁵ Polidoro César Burlamaqui (Oeiras 1836 – Teresina, 1894) foi magistrado, jurista, professor e jornalista. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (1838). Lente de Português no Liceu Piauiense e Diretor de Instrução Pública (1873-1874). Deputado provincial (1860-1861) e deputado geral (1864-1869). Foi presidente da província do Piauí entre 1867-1868 e do Paraná (1866-1867), além de desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Piauí. GONÇALVES, 2001, p. 89

¹⁹⁶ GRANDE reunião política. *Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1890.

¹⁹⁷ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 121, p. 2, 22 jul.1890.

Para evitar choques, o governador declarou que só aceitaria pedidos assinados pelos presidentes dos diretórios, ou seja, Nogueira Paranaguá assinaria pelo Partido Republicano Federal e o Barão de Castelo Branco pelos democratas. Essa situação causou uma verdadeira “revolução”¹⁹⁸ entre os partidos e o governador. Acendera-se, naquele momento, o sinal de alarme.

Clodoaldo Freitas informa que Teodoro Alves Pacheco havia ficado incomodado de ter que submeter seus pedidos a Joaquim Nogueira Paranaguá, já que ele era o chefe dos federalistas; mas o segundo também tinha sua importância dado o seu republicanism histórico, que, na avaliação de Clodoaldo Freitas, era simbólico. Na vigência dessa situação em que Teodoro Pacheco ficou em segundo plano, este se afastou do Palácio, onde apenas Joaquim Nogueira Paranaguá comparecia.¹⁹⁹

Percebe-se que a postura do chefe do Executivo não foi bem-sucedida. O governador tentou fazer uma política de conciliação entre os partidos, juntando em único grupo monarquistas e republicanos oriundos dos partidos Liberal e Conservador, fundindo também os jornais em um só. Para Cecília Nunes, ali teriam iniciado seus problemas, já que a proposta não foi aceita. A pesquisadora também afirma que o objetivo do governador era inibir o poder dos grandes proprietários e garantir sua liderança.²⁰⁰ Monsenhor Chaves comenta que Taumaturgo de Azevedo intencionava usufruir dos “bons elementos” sem levar em conta o passado de décadas de ideais políticos, que, naquele instante, estavam adormecidos. Essa inércia, porém, durou pouco, pois pequenos incidentes começaram a aparecer e traçar uma linha divisória entre antigos partidários conservadores e liberais, “aproveitados no governo de Taumaturgo”.²⁰¹ Desta forma, em um determinado momento, o chefe do Executivo estadual viu-se obrigado a escolher um lado para apoiá-lo – os políticos de matriz liberal, tornando assim os conservadores fortes opositores de seu governo.²⁰² Higino Cunha narra:

Nessa reunião em palácio de todos os próceres, não conseguiu realizar seu plano e deu preferência à facção do Barão de Castelo Branco, em que se filiaram os doutores Coelho de Resende e Clodoaldo Freitas. Daí resultou a aliança dos conservadores com o Barão de Uruçuí, que conseguiu facilmente a retirada do 1º vice-governador, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá,

¹⁹⁸ A palavra revolução aqui possui a conotação de rompimento nas relações entre o governo e o referido grupo político.

¹⁹⁹ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 121, p. 2, 22 jul.1890.

²⁰⁰ NUNES, 2016, p. 47.

²⁰¹ CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 95.

²⁰² CHAVES, 1998. p. 95

republicano histórico do sul do estado, que se entregou à direção do Dr. Teodoro Pacheco, chefe do antigo Partido Conservador.²⁰³

Dessa forma, a nova organização política deu-se da seguinte maneira:

A mudança de regime político, em particular nos primeiros anos, permitiu o realinhamento de antigos grupos conservadores e liberais e mesmo a eliminação de algumas antigas lideranças políticas - inclusive pelo abandono de interesses partidários. Nesse novo ordenamento, antigas lideranças dos dois partidos se uniram para formar os partidos Republicano Federal, Democrata e Legalista, este de efêmera duração. O Partido Republicano Federal resultou da aliança de antigos líderes do Partido Conservador- como Gabriel Ferreira e Teodoro Pacheco- e chefes liberais como o Barão de Uruçuí (João da Cruz e Santos). O Partido Democrata resultou basicamente da dissidência do Partido Liberal, identificada desde os primórdios da década de 1880 e chefiada por Mariano Gil Castelo Branco (depois Barão de Castelo Branco), cuja liderança alcançava o centro-norte da província e envolvia quase toda a sua imensa parentela.²⁰⁴

O Partido Federal foi composto por maioria conservadora, da dissidência liberal e da “unidade republicana” de Joaquim Nogueira Paranaguá. O Partido Democrata formou-se por maioria liberal e dissidência conservadora chefiada por Simplício Coelho de Resende. De acordo com Clodoaldo Freitas:

O Dr. Coelho Rodrigues que não é da escola de Epaminondas, tem propalado que o Partido Democrata se formou de duas dissidências, sem se lembrar que em haver dissidência, esta só podia ser contra os chefes dos velhos partidos, e ninguém dirá que o Sr. Barão de Uruçuí, por exemplo, que se rendeu ao [...] enorme e imoral subvenção que recebe, fosse, no Piauí, o ex-chefe do Partido Liberal, e levasse consigo a maioria do partido.²⁰⁵

Clodoaldo Freitas acredita que a justificativa de Coelho Rodrigues para o fato de o Barão de Uruçuí ter levado consigo para o Partido Federal apenas o ex-chefe liberal de Campo Maior (Augusto da Cunha Castelo Branco), e ter ficado o restante com os democratas, se devia ao fato de o Marquês de Paranaguá ter dirigido o Partido Liberal por 30 anos, enquanto Coelho Rodrigues dirigiu os conservadores por menos tempo. Conclui assim que entre os liberais não se podia falar de dissidência.

²⁰³ CUNHA, Higinio. *Memórias: traços autobiográficos*. Brasília;Teresina. Senado Federal;Academia Piauiense de Letras, 2011. p. 55-58.

²⁰⁴ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 310.

²⁰⁵ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

As polêmicas eram frequentes entre as organizações político-partidárias recém-formadas. Uma delas ocorreu em torno de cartas que teriam sido escritas por Joaquim Nogueira Paranaguá e pelo Barão de Uruçuí ao Marquês de Paranaguá, com o interesse de garantir sua manifestação de aprovação ao Partido Federal, já que tinham consciência de que aquele que ganhasse o apoio daquele político ganharia também o de sua família, que o seguiria. Entretanto o Marquês optou por apoiar os democratas.²⁰⁶ Clodoaldo Freitas assegura a veracidade das cartas, como podemos ver a seguir: “Eu garanto a existência das cartas do Dr. Nogueira ao Marquês de Paranaguá pedindo seu apoio e fazendo-lhe os mais cordiais protestos de amizade.”²⁰⁷ Coelho Rodrigues, porém, teria dito que se tratava de uma vil acusação.²⁰⁸

Em publicação do *Jornal do Comércio*, no dia 22 de junho de 1890, Urbano Castelo Branco também afirma que Joaquim Nogueira Paranaguá escreveu ao Marquês expressando manifestações de estima, amizade e gratidão e igualmente solicitando um relacionamento amistoso, e conjecturando que intrigantes eram responsáveis pela separação de ambos. Urbano Castelo Branco sugere que uma dessas pessoas era Coelho Rodrigues. Quanto ao Barão de Uruçuí, teria escrito ao Marquês no mesmo ano protestando ser fiel e dizendo até mesmo não aceitar alianças políticas com Joaquim Nogueira Paranaguá se este fosse hostil com seu tio. Na interpretação de Urbano Castelo Branco essa descrição honra o Barão de Uruçuí e Joaquim Nogueira Paranaguá, deixando Coelho Rodrigues mal pela exploração que fez da situação. E encerra o artigo dizendo não desejar mais discutir com Coelho Rodrigues.²⁰⁹

A ideia de que o Marquês de Paranaguá estaria morto do ponto de vista político, ao passo que Coelho Rodrigues estava vivo, era posta pelo Barão de Castelo Branco em conferências e combatida por Clodoaldo Freitas. Ele próprio e outros democratas não aceitavam que se desprestigiasse o antigo chefe liberal, por sua importância no Império e por pertencer a uma abastada família.²¹⁰ Trecho de carta enviada por Taumaturgo de Azevedo a Coelho Rodrigues, publicada no calor dessas polêmicas, destaca, porém, que o Barão de

²⁰⁶ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

²⁰⁷ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

²⁰⁸ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

²⁰⁹ CASTELO BRANCO, Urbano. Estado do Piauí: ainda uma resposta ao Sr. Dr. Antônio Coelho Rodrigues. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 172, p. 2, 21 jun. 1890.

²¹⁰ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

Castelo Branco e Clodoaldo Freitas eram os únicos que se punham contrários às manifestações em oposição ao Marquês de Paranaguá. Clodoaldo Freitas admite que “efetivamente fomos contra a projetada eliminação do Marquês de Paranaguá”.²¹¹ Em sua perspectiva, Coelho Rodrigues estaria usando o fato de ele e o Barão de Castelo Branco apoiarem o Marquês para levar vantagem nessa conjuntura inicial do regime republicano. A defesa do Marquês, asseverava Clodoaldo Freitas estava desvinculada da pretensão de reavivar o prestígio outrora usufruído pelo antigo chefe liberal.²¹²

Nessa disputa inicial pelo apoio político do Marquês e de sua família, Joaquim Nogueira Paranaguá foi igualmente acusado de buscar esse apoio. Coelho Rodrigues toma a defesa de Joaquim, afirmando que a carta enviada só poderia ser compreendida tomando como referência a data de sua emissão, e que ocorrera em outra circunstância.²¹³ Joaquim havia feito esse contato há mais de um ano, acreditando que gozava da intimidade do tio. Era possível que, após a chegada do novo regime, tivesse aconselhado o tio a deixar a direção da família. Acreditava ainda que Joaquim talvez preferisse não ter escrito para o tio, tendo em vista que ele não havia respondido à maioria das cartas, admitindo haver uma dívida “epistolar” para o sobrinho.²¹⁴

O certo é que o Marquês de Paranaguá preferiu apoiar o Partido Democrata. Em resposta à carta-consulta recebida, informou que, na mesma data, se dirigiria aos amigos e parentes pedindo apoio. O autor do artigo diz não haver necessidade de ressaltar o apoio dos parentes do Marquês, e também que houve tentativa do grupo adversário de tirar vantagem da aproximação do Marquês com o Partido Democrata, espalhando haver nessa aproximação cheiro de conspiração a favor da Monarquia. Na defesa, considerava que o Marquês era bastante patriota e esclarecido para lutar por uma causa perdida e que, mesmo antes de ter conhecimento a respeito desse apoio, o Dr. Caio Lustosa, juiz de Direito da comarca de Bom Jesus e o Barão de Santa Filomena, sobrinho do Marquês, já tinham aderido ao Partido Democrata. Essa situação comprovaria para os elementos do interior do estado, que o

²¹¹ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

²¹² FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

²¹³ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

²¹⁴ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

diretório não era negligente quanto às conquistas e que o partido “[...] avançava triunfante de vitória em vitória”.²¹⁵

Na polêmica, Coelho Rodrigues afirmava que, quando da fundação dos partidos, procurou criar uma certa barreira a essa criação na expectativa da vigência da Constituição. Embora não aplaudisse o fato, aceitou a aliança do centro-conservadores, mas acrescentava que nada lhe teria custado se Taumaturgo de Azevedo impugnasse sua candidatura para a Constituinte. Entretanto, percebia haver certo apoio da parte do governador.²¹⁶

A disputa em torno da adesão do Marquês de Paranaguá, centro das discussões entre federalistas e democratas decorria do fato de:

A família Lustosa ocupar os municípios de Santa Filomena, Parnaguá e Corrente, onde exerce a mais benéfica e extraordinária influência política, já pela sua tradicional bondade, já pelas suas riquezas e independência. Toda essa importante família acompanha o Marquês de Paranaguá, que, assim, fica sendo o elemento mais poderoso da política do Piauí.²¹⁷

Conforme Teresinha Queiroz, o final do Império e início da República produziram um cenário de incerteza, desconfiança e de instabilidade política Clodoaldo Freitas, no Império, ao publicar textos de teor republicano, sendo filiado ao Partido Liberal, era acusado de republicano. Por possuir laços parentais com influentes ligados ao citado partido, não teria se declarado abertamente adepto da República. Porém, isso não impediu que fosse acusado de monarquista por seus opositores, na vigência da República. E que apesar das especulações de que o Marquês de Paranaguá e Clodoaldo Freitas eram inimigos, aquele, no Império, de certa forma o manteve sob controle, em razões de suas “convicções republicanas.”²¹⁸

Com relação a Clodoaldo Freitas, Queiroz sugere que caso esse distanciamento tenha realmente ocorrido, teria assumido uma forma branda, já que Clodoaldo não demonstrava qualquer animosidade em referência aos parentes do Marquês. Após a República, as insinuações acerca das relações tensas entre os dois políticos tiveram continuidade. Em 1890, Clodoaldo Freitas escreveu uma carta aberta ao Marquês, o que fez soar o alarme do Governo Central sobre a possível persistência da “mesma influência e camaradagem com o

²¹⁵ ADESÕES. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

²¹⁶ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

²¹⁷ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí III. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 119, p. 2, 19 jul. 1890.

²¹⁸ QUEIROZ, 2011, p. 306-307.

monarquista Paranaguá”.²¹⁹ Essa situação fez com que Clodoaldo passasse a ser acusado de monarquista após a República.

Cecília Nunes observa que após o advento da República, o Piauí teve seu quadro político dominado por monarquistas sujeitos às determinações de Coelho Rodrigues, que foi chefe do Partido Conservador, e de João Lustosa da Cunha Paranaguá, que foi líder do Partido Liberal. Os dois foram conselheiros do Império e amigos de D. Pedro II.²²⁰

3.3 Atos do primeiro governo republicano no Piauí

O governo de Gregório Taumaturgo de Azevedo durou cinco meses e dez dias, mas apesar da brevidade, podemos perceber algumas de suas características. O Decreto n. 7 do Governo Provisório, datado de 20 de novembro de 1889, permitia ação autônoma dos governadores na administração do estado. Taumaturgo de Azevedo considera que poderia ter agido de forma arbitrária, beneficiando-se vaidosamente de sua posição, criando partidos para si, porém assim não o fez. Atuou como um simples mandatário, que procurou, com base no bipartidarismo, agir com tolerância em todos os atos – na política, na administração e ainda “[...] na repreensão dos abusos e vícios instaurados, resultantes dos ódios, rivalidades e vinganças dos partidos monarquistas.”²²¹

Durante o seu mandato, Taumaturgo de Azevedo assinou decretos e os regulamentou, a fim de realizar mudanças no estado. Ao todo, foram identificados 15, de caracteres diversos. O primeiro decreto foi o de n. 7, publicado em 15 de janeiro de 1890, que trazia regulamentação das aposentadorias, reformas e jubilações de funcionários públicos.

Ao analisar a Lei de Aposentadoria n. 783, de seis de setembro de 1870, o governo entendeu que a lei era prejudicial à máquina pública por dar margem a abusos e aumentar as despesas anuais do Tesouro estadual com uma classe inativa, que na verdade, encontrava-se em condições de ainda desempenhar atividade. A intenção era evitar que o Tesouro continuasse a ser “explorado” com futuras aposentadorias de iguais tipos.²²²

Decretou que os funcionários públicos só poderiam se aposentar se tivessem 25 anos de serviços prestados e comprovassem, por meio de perícia, a sua impossibilidade de

²¹⁹ QUEIROZ, 2011, p. 307.

²²⁰ NUNES, 2016, p. 44.

²²¹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 126, p. 2, 28 jul. 1890.

²²² GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 7. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 1, 29 jan. 1890.

continuar exercendo o cargo. E ainda que só poderiam ser reformados, jubilados ou aposentados os funcionários que tivessem mais de 25 anos de serviço e mais 60 anos de idade, podendo assim, receber seus ordenados em valor integral. Definiu como inválido o funcionário paralítico, cego, surdo ou que tivesse perdido as faculdades mentais, e ainda o que tivesse contraído doença incurável durante o exercício de seu emprego.²²³

Determinou também que poderiam ocorrer aposentadoria, reforma ou jubilação com salário proporcional ao tempo de serviço exercido, o funcionário considerado inválido pelas doenças descritas em parágrafo único do art. 1 do referido Decreto. Contaria para o afastamento definitivo do funcionário: o tempo de exercício efetivo de emprego no estado com vencimento por lei; o tempo de serviço estabelecido pelo estado; o tempo efetivo no magistério público do estado.²²⁴

Foi definido, ainda, que para aqueles que desejassem se afastar em definitivo do trabalho não contaria: o tempo de licença que o funcionário obtivesse, exceto por doença e quando não ultrapassasse os 30 dias; o tempo de interrupção por fatos ocasionais, menos por demissão “[...] acintosas e contrárias a lei expressa.”²²⁵ As faltas, mesmo as justificadas, que excedessem os 15 dias.²²⁶

O Artigo 5º proibia concessão de aposentadoria ao funcionário que possuísse condenação em processo judicial irrevogável por atentado à independência, dignidade e integridade da Nação, tais como roubo, assassinato, peculato, conspiração e etc. A pessoa que já recebesse ordenado pela jubilação, aposentadoria ou reforma, que tivesse cometido alguns dos crimes citados naquele artigo, perderia sua aposentadoria. Não receberia ordenado o funcionário que, após o decreto, já estivesse aposentado pelo governo estadual, e que se aposentasse posteriormente pelo governo federal ou municipal. Não receberia também o provento de aposentadoria quem tivesse um segundo emprego, o que levaria o servidor a receber apenas os rendimentos ligados ao seu trabalho. O funcionário que estivesse afastado definitivamente do trabalho com menos de 25 anos de prestação de serviço, teria descontado 10% de seu salário.²²⁷

²²³ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 7. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 1, 29 jan. 1890.

²²⁴ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 7. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 1, 29 jan. 1890.

²²⁵ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 7. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 1, 29 jan. 1890.

²²⁶ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 7. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 1, 29 jan. 1890.

²²⁷ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 7. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 1, 29 jan. 1890a.

Segundo Taumaturgo de Azevedo, as leis de aposentadoria eram um assalto legal aos cofres públicos. Várias pessoas como Gabriel Luís Ferreira, cunhado de Teodoro Alves Pacheco e amigo de Coelho Rodrigues, estariam vivendo às custas do Piauí, e que essas despesas correspondiam a 35 contos. Essa situação causava indignação, o que o fez decretar restrições às aposentadorias.²²⁸

Taumaturgo de Azevedo explicava que na Secretaria de Fazenda existia uma tabela de cobrança de emolumentos, que por ser defeituosa ou não ser seguida à risca gerava receita insignificante. O governador então, decretou a elaboração de nova tabela a vigorar no Tesouro, e com isso, foi arrecadado um valor de 1:000\$00 réis, o que nas palavras dele, jamais havia acontecido.²²⁹

O decreto de oito de março de 1890, orçou e fixou a receita e a despesa do estado. Antes de organizar o orçamento, o governador nomeou uma comissão de pessoas capacitadas e funcionários para lhe auxiliarem. Entre os membros da comissão estavam: Gabriel Luís Ferreira (inspetor do Tesouro aposentado), cônego Tomás de Moraes Rego (ex-deputado geral e amigo de Coelho Rodrigues), João Mendes da Silva (inspetor aposentado), Antônio Celestino Franco de Sá (inspetor da Tesouraria), Antônio Marquês da Silva (primeiro secretário da mesma Tesouraria e amigo de Coelho Rodrigues), Jeremias Judá da S. Mello (procurador geral e “criatura do Dr. Coelho Rodrigues”) e Raimundo S. M. Ramos (inspetor do Tesouro e “parente conjunto de Coelho Rodrigues”). Percebe-se que o governador, ao apresentar os selecionados, busca mostrar ao leitor sua intenção de imparcialidade entre os grupos ao escolher para a composição da comissão homens ligados diretamente a Coelho Rodrigues, além de querer demonstrar compromisso acima de tudo com as coisas do estado e, assim, desarticular críticas vindas dos opositores.²³⁰

A comissão apresentou um parecer ao projeto de orçamento, que foi aceito com algumas ressalvas. Taumaturgo de Azevedo afirma que antes de publicar a Lei de Orçamento na imprensa, pediu opinião de conhecedores do assunto, e as pessoas que, naquele momento, o censuravam, não se manifestaram sobre o assunto e nenhuma alteração indicaram. Ao contrário, o *Fiat Luz*, com Teodoro Pacheco, o *Ajax*, de Coelho Rodrigues e a própria comissão defenderam seu trabalho em artigo publicano no jornal *O Estado do Piauí*, n. 23, de

²²⁸ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI: leis e atos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul.1890.

²²⁹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI: leis e atos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul.1890.

²³⁰ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí IX. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 139, p. 2, 12 ago. 1890.

sete de março de 1890, em resposta a uma crítica de Raimundo da Paz. Entre outras coisas, o artigo escrito pela comissão defendeu a necessidade do projeto, que embora não fosse bem feito, era de extrema importância para buscar o equilíbrio das contas do estaduais sem afligir a população, além de criar um sistema que geraria economia de 42:000\$00 réis.

Entretanto, o que se observa em artigo de Gabriel Luís Ferreira, ainda em março de 1890, é a ironia e crítica à criação de novos impostos:

- 1) O de importação de mercadorias, porque o Sr. Governador expressamente o determinou;
- 2) O de mil-réis pagos por cada cidadão compreendido no alistamento eleitoral, porque achando-se o Estado em condições de exigir concurso patriótico de seus filhos era este imposto que recaía igualmente sobre todas as classes;
- 3) O de 2% sobre dividendos de companhias, porque se não tributados os rendimentos de [...] representados por casas e fazendas de gado não há razão para deixarem de sê-lo os capitais liquidados em ações, que produzem com menos trabalho para seus donos;
- 4) O de 20:000\$000 réis sobre inscrições de estudantes que viriam de outros estados submeter-se a exames aqui, porque havendo por lá também mesas de exame, convinha fazê-los pagar caro a pretensão de desmoralizar as nossas, como infelizmente tem acontecido tantas vezes.²³¹

A comissão acreditava que o maior erro cometido fora o da criação de quatro novos impostos, sem a extinção dos impostos antes existentes, não contemplando a compensação que o contribuinte deveria ter. Mesmo o governo tentando acabar com a dívida estadual, o orçamento denunciava um déficit de Rs 53:000\$000. Mais do que recursos para restauração das finanças, era necessário buscar formas para manter a autonomia do estado, já que no projeto da Constituição Federal constava que só obteriam permissão para se tornarem estados, as antigas províncias que tivessem recursos para ser autossuficientes e, neste caso, o Piauí corria sérios riscos de se tornar apenas um território.

Para a arrecadação do imposto de trânsito, criada na Lei do Orçamento, Taumaturgo de Azevedo publicou o Decreto n. 22, de 2 de abril de 1890, estabelecendo mesas de renda e agências fiscais nas cidades, vilas e povoados mais importantes às margens do rio Parnaíba, divulgando, na data, o respectivo regulamento.²³²

Taumaturgo de Azevedo chama a atenção para as críticas de Coelho Rodrigues às suas ações, justificando-as face às condições do Piauí:

²³¹ FERREIRA, Gabriel Luís. Finanças do Estado. *O Estado do Piauí*, Piauí, ano 1, n. 23, p. 2-3. 7 mar. 1890.

²³² AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí XVIII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 152, p. 2-3, 22 ago. 1890.

Se o Dr. Coelho Rodrigues ao invés de andar politicando, e inventando fatos para criticar-me, procurasse indagar as precárias condições do Piauí; estivesse a par das necessidades e conhecesse as coisas daquele estado, não vivia agora a servir de eixo a acusações falsas, sujeitando-se a ser desmentido, como tem sido, e a mostrar que é completamente alheio a tudo do Piauí desde os nomes das comarcas, até a sua organização financeira.²³³

Explica que encontrou um Piauí muito pobre, sem recursos e com uma dívida enorme, sem poder pagar o funcionalismo, cujos vencimentos estavam atrasados há mais de dois anos. Sem crédito o Piauí não inspirava a mínima confiança. Esta situação fora agravada pela mudança de regime político, que causou uma desorganização administrativa, ou seja, no Piauí estava tudo por fazer. Além disso, havia a desconfiança, por parte do povo, quanto à República recém-chegada.²³⁴

O jornal *Cearense* repercutia essas dificuldades:

A situação financeira do Estado do Piauí é verdadeiramente lamentável. O seguinte telegrama passado de Teresina à 31 do mês passado e publicado no *Diário do Comércio* pinta-a com verdadeiras cores. Não há fornecedores para alimentos aos presos da cadeia pública! Eles recebiam 100 réis diários, por cada preso, hoje nem isto, por falta de dinheiro no Tesouro; os presos passam fome. Não é uma boa perspectiva para a constituição do Estado Federado.²³⁵

Examinando a situação do Piauí, o chefe do governo fez inicialmente um pequeno empréstimo de 15 contos para pagar os juros vencidos das apólices, e ato contínuo, pediu ao ministro da Fazenda um empréstimo de 500 contos de réis, por intermédio do Tesouro Nacional. Gregório Taumaturgo de Azevedo explica que não pediu a intervenção de Coelho Rodrigues na solicitação do empréstimo, pois ele poderia agir da mesma forma que seu primo, Francisco de Sousa Martins, juiz de Direito recém-transferido para Marvão, que exigiu uma porcentagem. Ele sugere que se o jurisconsulto tivesse recebido uma parte, não diria que seu governo era “espetaculoso, desorientado e irrequieto [...]”.²³⁶ Para o governador, Coelho Rodrigues era um homem de atos e contratos.

Ao defender-se das acusações de Coelho Rodrigues, destaca que, no fim de seu mandato, deixou os cofres públicos com um saldo positivo de 200 contos. Além disso,

²³³ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí IX. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 139, p. 2, 12 ago. 1890.

²³⁴ CHAVES, 1998, p. 89.

²³⁵ A SITUAÇÃO financeira [...]. *Cearense*, Fortaleza, ano 44, n. 19, p. 2, 24 jan. 1890.

²³⁶ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 133, p. 2, 5 ago. 1890.

chamou todos os coletores em atraso para tratar dos desfalques que viessem a existir, e processou os relapsos. Ordenou a cobrança de dívida ativa do estado, mandando citar devedores ativos, que, de acordo com ele, seriam amigos de Antônio Coelho Rodrigues, caso de Demóstenes Constâncio Avelino, que possivelmente incitava outros contribuintes a não pagarem seus débitos enquanto não fossem indenizados pelo 13 de maio de 1888, quando ocorreu a abolição.

Taumaturgo de Azevedo analisa suas ações como de “estreita economia do dinheiro público”, pois cortou despesas, não criando novos cargos e fiscalizando até os pedidos de repartições, por não ser incomum a inclusão na lista de solicitações de tesouras, canivetes e outras coisas para os empregados.

Dos 500 contos de réis solicitados por empréstimo junto ao Tesouro Nacional, recebeu o valor de 198:890\$000 réis na data de 4 de abril de 1890. Afirma ter pago aos credores do estado e aos funcionários até 31 de março. Resgatou 300 contos de réis e deixou, ao final da sua gestão mais Rs 20:000\$000 nos cofres. Não teria feito nenhuma despesa “supérflua”, não deu gratificações a funcionários, estabeleceu uma “severa economia” e fiscalização das contas públicas.²³⁷ Além disso, afirma ter proibido que fosse atendido qualquer pedido das repartições públicas, ainda que fosse de uma garrafa de tinta, sem sua assinatura, confirmando, assim, o que informara Coelho Rodrigues em artigo publicado no *Jornal do Comércio* de 30 de julho 1890.²³⁸

Nessa polêmica envolvendo Coelho Rodrigues, Taumaturgo de Azevedo e Clodoaldo Freitas, os comentários tinham características parecidas. Os dois últimos consideravam que os artigos de Coelho Rodrigues não tinham critérios definidos, que muitas vezes ele se precipitava, em um momento apontava aspectos negativos, em outro pedia desculpas a Taumaturgo de Azevedo. Ao mesmo tempo em que elogiava as ações do governador, censurava-o por proibir os chefes de repartição de fazerem pedidos sem o seu visto. Em defesa de seu governo, Taumaturgo de Azevedo respondeu às críticas:

Isso que dizes conselheiro, jurisconsulto, que eu a tudo fiscalizava, procurava por mim mesmo conhecer as despesas que eram pagas diariamente para poder diminuir as supérfluas, como fiz muitas vezes; e

²³⁷ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí XVIII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 152, p. 3, 22 ago. 1890.

²³⁸ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: a propósito do artigo do Sr. Dr. Urbano Burlamaqui Castelo Branco. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 30 jul. 1890.

isso, longe de prejudicar-me, me eleva e me faz chegar onde S. Ex. e seus amigos nunca chegarão, a morte com uma vida impoluta.²³⁹

Gregório Taumaturgo de Azevedo informa que, além dos 500 contos que recebeu de empréstimo, obteve mais dinheiro logo no início de seu governo, verbas originárias de outras fontes, a saber: 15 contos de réis para a colonização; 200 contos de réis para trabalhos de exploração na foz do rio Parnaíba; 30 contos para o alistamento de eleitores; um conto para recenseamento; Rs. 645\$000 por conta do contrato de 15 loterias, 185 contos de réis para obras militares, 10 contos de réis para socorros públicos; 45 contos de réis, que foram empregados na conta de gêneros distribuídos a cegos e paráliticos e eram vendidos a preços abaixo do valor de mercado a artistas e trabalhadores pobres.²⁴⁰

Esclarece ainda que obteve recursos de outras origens, como 8% de desconto em pagamentos, no valor de Rs. 11:080\$080 e pela indeferida prestação de Rs. 3:000\$000 de medicamentos de Oeiras, entre outros. Em suas palavras, Coelho Rodrigues e Eliseu Martins jamais fizeram algo pelo Piauí. Inclusive, censuraram o projeto da estrada de Amarração a Parnaíba, dizendo “[...] que o porto de Amarração não se presta a receber navios de calado mediano e outras quejandas tolices.”²⁴¹

Dessa forma, Taumaturgo de Azevedo justificava suas ações administrativas, realçando que a situação econômica estadual era grave e necessitava de medidas enérgicas, para não dizer radicais, em busca da melhoria da situação do Piauí. Quanto à sua posição política, expressava estar mais interessado no bem de sua terra natal do que nas questões políticas, por isso ignorava as rivalidades, o que lhe causava grandes problemas, resultando em sua demissão do cargo.

Seguindo o exemplo de outros estados e com autorização do Governo Federal, o então governador dissolveu as câmaras municipais, e o seu Decreto de n. 9 publicado no jornal *Estado do Piauí*, no dia 29 de janeiro de 1890 e foi acompanhado da nomeação de intendentess em substituição aos vereadores.²⁴²

Intencionando utilizar essa mudança na organização política para fortalecer as relações com os grupos políticos, Gregório Taumaturgo de Azevedo escreveu aos quatro grupos

²³⁹AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VIII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 136, p. 2, 8 ago. 1890.

²⁴⁰ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí XI: leis e atos. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 157, p. 1-2, 27 ago. 1890.

²⁴¹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí XI: leis e atos. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 157, p. 1-2, 27 ago. 1890.

²⁴² GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 9. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 2, 29 jan. 1890.

existentes, chefiados pelo Barão de Castelo Branco, Barão de Uruçuí (liberais), por Teodoro Alves Pacheco e por Simplício Coelho de Resende (conservadores). Escreveu também para os líderes das localidades do interior do estado pedindo indicações de nomes que fossem respeitados por suas virtudes, atividades e não ocupassem cargos de vereador nem fossem funcionários públicos.²⁴³

Sem que tivessem conhecimento da finalidade do pedido, cada um enviou-lhe lista com nomes de seus amigos. A partir do material recolhido, escolheu aqueles a quem daria a nomeação. Para Teresina, nomeou para os cargos de vereadores aos quatro chefes políticos antes citados, mais um liberal e um conservador, sendo a presidência atribuída ao Barão de Uruçuí, mas com ressalva de ser entregue ao Barão de Castelo Branco, caso o primeiro estivesse fazendo política de algum grupo.²⁴⁴

Para cada localidade foram escolhidos dois liberais e dois conservadores, dando-se a presidência ora a um liberal, ora a um conservador, de acordo com as informações obtidas sobre o caráter e o prestígio do indivíduo. Segundo Taumaturgo de Azevedo, existiam entre os nomeados parentes de Coelho Rodrigues. Apesar disso, Coelho Rodrigues considerou injusta a nomeação dos intendentes e por telegrama ao chefe do governo estadual protestou dizendo que embora Taumaturgo de Azevedo tivesse buscado ser imparcial, notou haver certa tendência na escolha de liberais, em detrimento dos outros dois partidos, que deveriam ser “menos suspeitos à República”.²⁴⁵

Com a intenção de “mostrar” republicanismo a Joaquim Nogueira Paranaguá, Taumaturgo comenta que, ainda pelo Decreto n. 9, concedeu autonomia aos chefes das intendências, dando-lhes a possibilidade de escolher seus presidentes e vice-presidentes. Além disso, concedeu o voto deliberativo, exceto no julgamento de recursos em processos de contravenção, quando o §5, do artigo 4º só permitia a esses presidentes o voto de qualidade.²⁴⁶

Ainda tratando do Decreto n. 9, explicava que as comarcas não estavam mais correspondendo às necessidades dos municípios.²⁴⁷ Achavam-se em decadência, por causa

²⁴³ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 133, p. 2, 5 ago. 1890.

²⁴⁴ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 133, p. 2, 5 ago. 1890.

²⁴⁵ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 133, p. 2, 5 ago. 1890.

²⁴⁶ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 133, p. 2, 5 ago. 1890.

²⁴⁷ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 9. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 2, 29 jan. 1890.

dos problemas em sua organização e pela não efetividade das leis que as criaram e as dispuseram.

De acordo com a Resolução de 15 de janeiro de 1890, as mesas estavam extintas, sendo substituídas por intendências municipais: a intendência na capital seria composta por seis membros, enquanto no interior possuiria quatro, sendo que um desses componentes presidiria os demais. Os nomes dos participantes seriam escolhidos pelo governador.²⁴⁸

Os conselhos municipais teriam por obrigação administrar a cidade em seus aspectos essenciais como economia, saúde, segurança, educação infantil e adulta, saneamento, e ser um intermediador entre a camada vulnerável da população e o governo do estado. Seriam também responsáveis por conseguir junto à administração estadual, subsídios para os municípios e promover junto às autoridades locais e às paróquias o recenseamento dos municípios. Também poderiam julgar aqueles que cometiam crimes. O julgamento era feito pelo conselho, através de assembleia, sem que o presidente pudesse ter voto deliberativo, mas apenas de qualidade, determinando-se a punição por maioria dos votos.²⁴⁹

Estavam autorizados também a fazer sindicância sobre os contratos das câmaras dissolvidas, analisando-os de acordo com as leis vigentes à aquela época, considerando a anulação, se algum desses contratos ferissem os interesses do estado. Por fim, seria competência do governador dissolver as intendências, criar novas, bem como substituir seus membros, quando fosse conveniente para o bem público.²⁵⁰ Cerca de dois meses depois, em 18 de março do ano 1890, Taumaturgo de Azevedo assina um outro decreto, agora o de n. 18, publicado no jornal *Estado do Piauí*, no dia 21 de março de 1890.²⁵¹

O texto determinava substitutos para os Conselhos de Intendência do estado. A decisão se justificou pelo fato de por muitas vezes os conselhos sofrerem dificuldades de funcionamento pela ausência de seus membros, e ainda, por não ser conveniente aumentar o número de membros efetivos. Portanto, resolveu nomear dois membros para as intendências do interior e três para o órgão da capital, para atuarem de maneira ocasional, de modo a substituírem os efetivos, quando esses estiverem ausentes. No mesmo decreto anuncia que será desligado o funcionário que até aquela data não tenha se apresentado e que aquele

²⁴⁸ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 9. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 2, 29 jan. 1890.

²⁴⁹ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 9. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 2, 29 jan. 1890.

²⁵⁰ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 9. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 2, 29 jan. 1890.

²⁵¹ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 18. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 28, p. 2, 21 mar. 1890.

membro do conselho que faltar mais de dois meses sem justificativa validada em lei seria desmembrado.²⁵²

No dia 17 de maio de 1890, o jornal *Estado do Piauí* publicava o Decreto n. 32, que alterava o §5ª, do Art. 4º do Decreto n. 9, de 20 de janeiro de 1890, determinando que os presidentes do Conselho das Intendências Municipais deveriam ser escolhidos por seus próprios membros entre os meses de janeiro, maio e setembro.²⁵³ Decreto n. 13, de 28 de fevereiro de 1890, alterou o Decreto n. 1, de 21 de janeiro do mesmo ano. A alteração na lei determinava como deveriam ser cobrados os lucros da Secretaria de Governo.²⁵⁴

Durante seu governo, elevou alguns povoados à categoria de vilas e vilas à categoria de cidades, como foi o caso da vila de Humildes, que teve seu nome mudado para Alto Longá, por meio do Decreto n. 8, de 20 de janeiro de 1890.²⁵⁵ Outra vila que se tornou cidade foi Jerumenha, através do Decreto n. 19. Justificava-se que a vila poderia ter seu nível elevado, por ser umas das povoações mais antigas do Piauí, tendo sido fundada em 1763. E naquele momento apresentava um considerável desenvolvimento comercial e populacional, por ser um município rico e com potencialidade para a indústria.²⁵⁶

O povoado de Estreito, a partir do Decreto n. 13 de 10 de março de 1890, tornou-se vila, com a denominação de Porto Alegre. A justificativa foi que por estar à margem do rio Parnaíba, tinha condições de população e riqueza, além de potencialidades para exploração do solo. Foram também determinados os limites territoriais da nova vila.²⁵⁷ Ainda deliberando sobre limites, o governo Taumaturgo de Azevedo determinou, por meio do Decreto n. 18, de 16 de março de 1890, acerca do município de Corrente, aumentando seu território para favorecer os moradores que se encontravam longe de suas jurisdições civis e mais próximos

²⁵² GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 18. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 28, p. 2, 21 mar. 1890.

²⁵³ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 32. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 50, p. 1, 17 mai. 1890.

²⁵⁴ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 13. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 24, p. 1, 9 mar. 1890.

²⁵⁵ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 32. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 50, p. 1, 17 mai. 1890.

²⁵⁶ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 19. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 29, p. 2, 23 de mar. 1890.

²⁵⁷ De acordo com o Decreto n. 13, o povoado Estreito foi elevado à categoria de vila de Porto Alegre, tendo como limite territorial ao Sul o Porto do Laranjo, que fica à margem do rio Parnaíba, passando pela fazenda Tigre e moradas Alagoa e Saco. Do lado Leste, a linha fronteira sairia da mesma morada do Saco, passando pelas fazendas Contendas, Carnaúba Amarela, fazenda Cocos, Boa Vista do Araújo, sítio do Longá e fazenda Boa Vista. Ao Norte, a reta partiria da fazenda Boa Vista ao Porto de Seriema, à margem do rio Parnaíba e a Oeste pela margem do mesmo rio, seguindo desde o Porto de Seriema até o Laranjo. GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 13: continuação. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 25, p. 1. 13 mar. 1890.

de Corrente. O território passou a fazer divisa com os estados de Goiás e da Bahia, pelo sul; a oeste com a comarca de Santa Filomena pelo rio Gurgueia e ao norte com o município de Parnaguá.²⁵⁸

Já o Decreto n. 27 de 17 de março de 1890 reestabeleceu os limites de Barras do Marataoan, ao considerar que se achavam separadas moradas e fazendas, que de acordo com a Portaria de 16 de novembro de 1840, foram-lhe dadas como divisas, e também por entender que era preciso recompor as fronteiras dos antigos limites da freguesia, principalmente após o desmembramento da vila de Porto Alegre.²⁵⁹ Por meio do Decreto n. 2, de 27 de março de 1890, foi alterado o nome da vila de Marvão para vila de Castelo.²⁶⁰ O povoado Natal, pelo Decreto de 28 de março de 1890, foi elevado à categoria de vila.²⁶¹

Comarcas abrangendo um grande território causavam graves embaraços à administração da justiça. Com tal situação, o governador resolveu desmembrar cinco das principais comarcas e mais tarde criar a comarca²⁶² de União, separando-a da de Campo Maior, após autorização do Ministro da Justiça e a promessa de ser nomeado para esta circunscrição Clodoaldo Freitas, que foi efetivado. Logo, porém, a nomeação foi cassada.²⁶³ O Decreto que estabelecia a criação da comarca de União foi publicado no dia 19 de março e determinava também que à área da comarca de Campo Maior se juntaria a de Livramento.²⁶⁴ Para Taumaturgo de Azevedo, a revogação da nomeação de Clodoaldo Freitas do cargo de

²⁵⁸ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 18. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 28, p. 2, 21 mar. 1890.

²⁵⁹ “Art. 1º Ficam estabelecidos como limites da comarca de Barras do Marataoan, à margem direita do rio Parnaíba desde o Porto de Laranjo até o do Riachão e correndo rumo de Leste desde esse porto até a Lagoa Seca, de acordo com a Portaria 1ª, de 16 de novembro de 1840; continuando válidos os outros limites existentes.” GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 17. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 27, p. 2, 19 mar. 1890.

²⁶⁰ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 20. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 32, p. 1, 30 de mar. 1890.

²⁶¹ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 21. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 36, p. 1, 11 abr. 1890.

²⁶² A comarca corresponde ao território em que o juiz de primeiro grau irá exercer sua jurisdição e pode abranger um ou mais municípios, dependendo do número de habitantes e de eleitores, do movimento forense e da extensão territorial dos municípios do estado, entre outros aspectos. Cada comarca, portanto, pode contar com vários juízes ou apenas um, que terá, no caso, todas as competências destinadas ao órgão de primeiro grau. CNJ Serviço: Saiba a diferença entre comarca, vara, entrância e instância. *Conselho Nacional de Justiça*, Brasília, 23 maio 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82385-cnj-servico-saiba-a-diferenca-entre-comarca-vara-entrancia-e-instancia>. Acessado em: 10 jun. 2017.

²⁶³ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. *Estado do Piauí IV. Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 126, p. 2, 28 jul. 1890.

²⁶⁴ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 19. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 29, p. 2, 23 mar. 1890.

juiz de Direito, foi uma sugestão de Coelho Rodrigues, que se vingou de seu adversário “fazendo de uma função pública jogo mesquinho de sua política”.²⁶⁵

Coelho Rodrigues já havia tratado desse assunto no *Jornal do Comércio* de 27 de julho de 1890. Nos telegramas trocados entre o governador e Coelho Rodrigues há vários pedidos de nomeações, como a do Dr. Demóstenes Avelino para juiz de Direito de Jaicós e a remoção dos Drs. Alfredo Teixeira Mendes para Canindé, Elpídio José de Carvalho e Sousa²⁶⁶ para Parnaíba, Manuel Ildefonso de Sousa Lima para a Bahia e Firmino de Sousa Martins²⁶⁷ para Teresina.²⁶⁸ Por haver recebido a promessa de que Clodoaldo Freitas seria empossado, Taumaturgo de Azevedo enviou telegrama ao Ministro da Justiça dizendo que confiava no que ele havia prometido e, na mesma data, 28 de fevereiro, escreveu a Coelho Rodrigues, dizendo: “Não prejudiqueis grupos ligados; Clodoaldo nos é útil; falei ministro nomeação dele juiz de Oeiras, Jerumenha ou Santa Filomena.”²⁶⁹

Taumaturgo de Azevedo argumenta não ter feito imposição de nenhuma comarca. Em dois de março de 1890, recebe telegrama de Coelho Rodrigues informando que: “procurei conciliar todos os partidos, escrevi-lhe ontem sobre Clodoaldo cuja nomeação espero breve, antes da de Sousa, sem prevenções, esquecendo tudo.”²⁷⁰ Sobre esse telegrama, após sua deposição, Taumaturgo fez o seguinte comentário: “Sim! Sem prevenções, e preferindo seu primo Sousa Martins! Afinal, criei a comarca de União, e comuniquei ao Ministro.”²⁷¹ Coelho Rodrigues em outro telegrama em 22 de março: “Espero nomeação Clodoaldo amanhã ou 29”.²⁷²

²⁶⁵ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 126, p. 2, 28 jul. 1890.

²⁶⁶ Durante o governo de Joaquim Nogueira Paranaguá foi anulada a substituição do bacharel e Juiz de Direito Alfredo Teixeira Mendes, que atuava na Comarca de Parnaíba, por Elpídio José de Carvalho e Sousa, que atuava em Canindé, no Ceará. PIAUÍ, Governador, 1890-1890, Joaquim Nogueira Paranaguá. *Relatório com que o 1º vice-governador Joaquim Nogueira Paranaguá entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Gabino Besouro no dia 23 de agosto de 1890*. Teresina: Tip. de Honorato Sousa, 1890. p. 9.

²⁶⁷ Firmino de Sousa Martins (Oeiras, 31/08/1831 – Timon-MA, 1900). Magistrado, político e poeta. Bacharel em Direito. Deputado provincial nas legislaturas iniciadas nos anos de 1862 e 1868. Vice-presidente na Província do Piauí. Presidente da província três vezes. GONÇALVES, 2033, p. 241.

²⁶⁸ GAZETILHA: Frases - Ao bacharel (...).2. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 58, p. 1. 27 de fev. 1890.

²⁶⁹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI: leis e atos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul.1890.

²⁷⁰ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI: leis e atos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul.1890.

²⁷¹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI: leis e atos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul.1890.

²⁷² RODRIGUES, Antônio coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 23 jul. 1890.

No dia 23 de março, o governador recebeu telegrama do Ministro da Justiça com o seguinte teor: “Consta que Helvídio²⁷³ opta por União. Há incoerência conceder-lhe opção nomeando Clodoaldo para Campo Maior”.²⁷⁴ Taumaturgo respondeu a 25 de março, dizendo: “Helvídio não está aqui. Não posso informar com segurança se optará por União. Consta-me prefere Campo Maior, onde tem fazenda. Clodoaldo prefere União. Faça o que lhe aprouver”. Na mesma ocasião, passou um telegrama a Coelho Rodrigues em que dizia: “Consta Helvídio prefere Campo Maior – não afirmo; querendo atendê-lo, o faça”.²⁷⁵ Neste mesmo dia, recebeu de Coelho Rodrigues: “Clodoaldo não foi nomeado sábado, porque Helvídio reclamou em tempo seu direito de opção, mas será amanhã”.²⁷⁶

O ponto crucial acerca desse assunto ocorreu no dia 24 de abril, três dias após os federalistas romperem politicamente com Taumaturgo de Azevedo. Recebeu telegrama do Ministro da Justiça informando estar suspensa, por ora, a posse do juiz de Direito de Campo Maior, Clodoaldo Freitas, e que aguardasse futuros avisos. Ao mesmo tempo recebeu de outras pessoas telegramas que alertavam sobre o envolvimento de Coelho Rodrigues na cassação da nomeação de Clodoaldo. Coelho Rodrigues teria exigido que Helvídio Aguiar deixasse vaga a comarca em que estava, para buscar a comarca de União.

Em matéria para o *Jornal do Comércio*, Antônio Coelho Rodrigues disse que muito antes de Taumaturgo pedir para criar a comarca de União, para remover da sede em Campo Maior o juiz de Direito Helvídio Clementino de Aguiar e substituí-lo por Clodoaldo Freitas, ele estava em busca de uma nomeação para o último, no Maranhão. Esta nomeação no estado vizinho era um pedido do próprio governador e de amigos. Com o decreto da criação da nova comarca de União, Coelho Rodrigues afirmou ter renunciado ao pedido anterior e ter-se concentrado em realizar o então pedido do governador do Piauí, solicitando a nomeação do

²⁷³ Helvídio Clementino de Aguiar (Teresina-PI, 10/11/1848- 01/08/1936) Pais: Raimundo Tomás de Aguiar e Carolina Clementino de Sousa Martins. Magistrado e político. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Foi delegado do Tesouro Nacional no Piauí (1886). Juiz de Direito de Campo Maior, União e Teresina. Com a criação do Tribunal de Justiça do Estado como estava na Constituição e conforme o Decreto n. 1 de 10 de julho de 1891, foram nomeados presidente e vice-presidente do Tribunal Helvídio Clementino de Aguiar e Polidoro César Burlamaqui, respectivamente. GONÇALVES, 2003, p. 17.

²⁷⁴ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI: leis e atos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul.1890.

²⁷⁵ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI: leis e atos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul.1890.

²⁷⁶ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 126, p. 2, 28 jul. 1890.

“protegido” de Taumaturgo de Azevedo para Campo Maior. Coelho Rodrigues considerava a criação da nova comarca muito questionável.²⁷⁷

Com a demora da criação, e a insistência do governador por União, Coelho Rodrigues posicionou-se contra a remoção “forçada” e “injustificável” de Helvídio Aguiar, pondo em dúvida a informação recebida. Nesse meio tempo, haviam chegado ao Rio de Janeiro repetidas reclamações a respeito da nomeação do novo juiz, dentre elas a do mais antigo republicano “autorizado” do Piauí, Joaquim Nogueira Paranaguá. Após essa queixa partida de uma autoridade, Coelho Rodrigues afirma ter levado todas as reclamações ao Governo Provisório Central, que, ao observar a densidade das reclamações recebidas, resolveu nomear outro juiz para o lugar que seria ocupado por Clodoaldo Freitas. Antônio Coelho Rodrigues diz que o novo magistrado não foi indicação sua.²⁷⁸

O Decreto n. 27, de 28 de abril de 1890, transfere o município de Livramento da comarca de Campo Maior para a de União. Essa mudança teve como base as reclamações dos membros do Conselho da Intendência Municipal de Livramento e também dos habitantes de Campo Maior, com isso revogando-se o Decreto n. 19, de 23 março de 1890.²⁷⁹

Pelo Decreto de 11 de abril de 1890, ficou autorizado a “[...] extração de 15 loterias de 300:000\$000 réis [...]” para pagamento de pensão por doença ou morte para servidores federais e estaduais, que atuavam na Santa Casa de Misericórdia, e em diversos órgãos públicos. As loterias já eram objeto das Resoluções n. 1169 e 1170, de 25 de junho de 1888. Taumaturgo de Azevedo entendia que era grave a situação financeira do Tesouro estadual, dá a necessidade de criação de fundos para hospitais de Misericórdia nas cidades piauienses. As loterias poderiam também ajudar na promoção do desenvolvimento material dos municípios e no incentivo à instrução pública.

Art. 1º Fica garantido ao cidadão Israel Dias da Costa o direito de extrair 15 loterias de 300 contos cada uma de acordo com as bases, que a estes acompanham.

Art. 2º Fará extrair as referidas loterias no prazo máximo de 2 anos, sendo-lhe permitida a venda dos bilhetes nos estados confederados ou na Capital da República com autorização dos respectivos governos dos Estados e Governo Federal, de conformidade com a última parte do Art. 1º do decreto de 19 de fevereiro último;

²⁷⁷ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: ao chefe do Governo Provisório. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 149, p. 4, 30 maio 1890.

²⁷⁸ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: ao chefe do Governo Provisório. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 149, p. 4, 30 maio 1890.

²⁷⁹ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 27. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 48, p. 1, 11 maio 1890.

Art. 3º Do capital de cada loteria que poderá ser extraído integralmente ou por seis séries, converterá 64% dos bilhetes premiados e do mesmo capital deduzirá 10% ou 30 contos de cada loteria para benefício do Estado.

Art. 4º Do produto total será deduzida a quantia de 20 contos para o montepio dos servidores da República, 20 para o montepio dos funcionários públicos do Estado, 110 para o patrocínio de hospitais de Misericórdia nas 11 cidades atuais, 100 contos para Instrução e 200 contos para obras públicas.

Art. 5º Fica o contratante isento do pagamento de impostos criados e por criar-se durante o tempo de seu contrato.²⁸⁰

O Decreto n. 7, de 20 de novembro de 1889, autorizava a desapropriação de propriedades particulares para uso público. Resolveu-se que poderia ocorrer essa desapropriação de prédios ou casas particulares para construção de estabelecimentos públicos de qualquer natureza; fundações de colônias e povoações; abertura, alargamento e prolongamento de estradas, canais, avenidas, ruas e praças; construções de pontes, fontes, aquedutos, viadutos, reservatórios, encanamentos, portos, diques, cais, e etc. Da mesma forma, para obras destinadas ao embelezamento, salubridade da cidade e impulsionamento da navegação fluvial e terrestre.²⁸¹ Além do mais, Taumaturgo de Azevedo também criou o serviço médico policial de Teresina, por considerar haver necessidade do referido serviço.²⁸²

Considerando insuficiente o papel da igreja de avisar as ocorrências de incêndios em Teresina, pelo fato de não indicar a direção que deveriam tomar as autoridades e o povo para prestar os devidos socorros, o governador resolveu promover as condições adequadas, regulando o serviço de apagar incêndios.²⁸³

1º Logo que se manifestar incêndio em algum ponto desta cidade ou logo que chegue aviso neste sentido, a igreja de onde for primeiro visto o incêndio ou onde chegou primeiro o aviso, dará imediatamente sinal por meio de sino maior e o repetirá enquanto não for extinto o incêndio;

2º Este sinal constará de 1 badalada seguida por 3 outras, depois de um intervalo de cinco segundos, se o incêndio for na freguesia de Nossa Senhora do Amparo: 2 seguidas com intervalo de 4 com intervalos indicados, se for na freguesia de Nossa Senhora das Dores e 3 seguidas e 9 nas mesmas condições se for nas proximidades da igreja São Benedito.

3º As outras igrejas repetirão o sinal pela forma prescrita no Artigo antecedente e o tempo marcado no Art. 1º.

²⁸⁰ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 21. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 36, p. 1, 11 abr. 1890.

²⁸¹ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 26. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 47, p. 1, 9 maio 1890.

²⁸² GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 29. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 48, p. 1, 11 maio 1890.

²⁸³ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. *Estado do Piauí VII. Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 133, p. 2, 5 ago. 1890.

4º Entre um e outro sinal, cada igreja, mediará o espaço de 10 segundos.

5º O sacristão ou guarda da igreja que primeiro anunciar o incêndio tomará nota do nome, características e morada da pessoa que lhe der o aviso, quando não possível detê-la, nem for pessoa conhecida. De toda forma apresentará ao chefe de polícia a nota que for tomada pela forma indicada ou a pessoa que houver detido, para que este providencie convenientemente, premiando o indivíduo com 2\$000 réis, se o aviso for verdadeiro, ou punindo corretamente quando se verificar que o aviso foi falso.

6º Logo que se der o aviso de incêndio se dirigirá pra lá o diretor de obras públicas militares e tomará a direção do trabalho relativo à extinção do incêndio, empregando os meios que a arte lhe aconselhará e dará informações ao governador do que houver ocorrido.

7º Apresentar-se-á no mesmo lugar o chefe de polícia e subdelegado da freguesia, o comandante do corpo de bombeiros acompanhados dos praças que forem necessários para o serviço, o inspetor de quartirão onde estiver localizado o prédio incendiado, que conduzirá os trabalhadores que forem encontrados pela rua.

8º Os subdelegados das outras freguesias permanecerão de sobreaviso com os seus agentes, até segunda ordem do governador ou chefe de polícia e irão remetendo os trabalhadores que tiverem disponibilidade.

9º A polícia se ocupará em tomar medidas de segurança e auxiliar a execução das providências dadas, formando um cordão para impedir que se conservem no lugar do incêndio pessoas não empregadas no trabalho de sua extinção.

10º A força de linha conservará a prontidão no quartel até alterar a deliberação, e quando for reclamada para cooperar a polícia, armada apenas de sabre e cinturão.

11º Enquanto o diretor das obras militares não se apresentar, tomará a direção dos trabalhadores ou o comandante do corpo de polícia ou o oficial do exército mais graduado que se achar presente, e em sua falta a pessoa que for designada pelo chefe de polícia.

12º Os proprietários dos poços existentes na proximidade são obrigadas a ceder água suficiente para a extinção do incêndio e carregadores e os carregadores que primeiro espontaneamente chegarem com barris de água serão gratificados pelo chefe de polícia, o primeiro com a quantia de 2\$000 réis e o segundo com 1\$000 réis.²⁸⁴

Ao organizar a Guarda Republicana, o governador fez incluir no regulamento parte relativa a esse serviço e no quadro de pessoal pôs oito praças-bombeiros. Mais tarde, escreveu ao Ministro da Agricultura solicitando uma bomba com acessórios. Segundo Taumaturgo de Azevedo, essa máquina nunca havia sido providenciada por outrem, apesar de os incêndios ocorrerem em muitas ocasiões, alastrando-se pelas ruas de casas de palha, destruindo-as completamente. De acordo com o governador, durante os seis meses em que esteve no Piauí, houve dois incêndios, e quatro casas queimadas, ficando os moradores na miséria.

Informa que, em uma viagem a Teresina, percebeu que o rio Parnaíba estava sendo prejudicado em sua navegabilidade, que era dificultada devido aos troncos de árvores que

²⁸⁴ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Dia 7: portarias. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 2, 16 jan. 1890.

eram atiradas no seu leito, e pelo assentamento em consequência da retirada das matas auxiliares por pessoas que faziam plantio às margem dos rios. A areia aumentada formava ilhas e coroas. Observando essa situação, Taumaturgo decidiu tomar providências com relação à importante via navegável do Piauí. Apesar dos muitos louvores à providência tomada com relação aos rios, também houve críticas ao seu projeto, como a que foi publicada no jornal *O Telefone*, n. 7, de 11 de janeiro. De acordo com a Portaria de 7 de janeiro de 1890, ao considerar que o canal do rio Parnaíba era anualmente variável, devido aos bancos de areia que nele se formavam, resolveu-se:

Art. 1º Fica expressamente proibido o corte de árvores ao lado direito do rio Parnaíba e por igual motivo às margens dos outros rios do estado, desde a beira até 40 metros para dentro da terra, exceção feita a arbustos e árvores raquíticas, bem como queima de roçados para vazantes.

Art. 2º Nenhuma construção ou roçado será feito a menos de 50 metros do rio.

Art. 3º Os moradores ribeirinhos são obrigados a mandar rampar de talude natural à margem do rio, em frente à casa que aí possuem ou edificarem e a plantar grama ou capim rasteiro para consolidação do terreno.

Art. 4º Os contraventores pagarão multa de dez mil-réis por cada árvore que for derrubada e a de mil por mês, até cumprir esta disposição por cada metro corrente de rio correspondente à frente de sua casa ou roçado que não for gramado.

Art. 5º Estas multas serão cobradas pelos administradores de mesas de renda e seus auxiliares estabelecidos nas margens do rio.

A eles caberá metade do que arrecadarem, assim pagarão igual multa se não promoverem a respectiva cobrança, além de poderem ser demitidos a bem do serviço público.²⁸⁵

Desta maneira, podemos entender que a gestão Taumaturgo de Azevedo foi marcada por mudanças na área política e administrativa. Constituída inicialmente de grandes expectativas, a chegada do primeiro governador nomeado gerou, primeiramente, a sensação de que seriam realizadas todas as aspirações que povoaram as mentes republicanas por décadas, ao trazer em seu discurso ideais de progresso ao estado em diversas vertentes e um tom conciliatório para com os elementos políticos locais.

Na área governamental Taumaturgo de Azevedo, com diversas leis e decretos redesenhou as fronteiras das vilas e cidades, renomeou várias localidades substituiu as administrações locais, iniciou reformas na área previdenciária e de segurança pública, tratou de questões ambientadas no campo político, o governador procurou conciliar os grupos locais cujas rivalidades se sobrepuseram aos interesses de pacificação. A formação partidária

²⁸⁵ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Dia 7: portarias. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 2, 16 jan. 1890.

reacendeu as antigas rixas, e Taumaturgo de Azevedo foi levado a escolher suas armas de combate.

4 CRISE POLÍTICA, DEMISSÃO E DEFESA DE TAUMATURGO DE AZEVEDO NO RIO DE JANEIRO

A crise política no governo de Taumaturgo de Azevedo teve início com a criação dos partidos políticos, seguida do rompimento entre o recém-formado Partido Republicano Federal e o governo estadual, que logo recebeu o apoio do Partido Democrata. As frequentes trocas de acusações tornavam os ânimos cada vez mais exaltados e cada vez mais distante a possibilidade de conciliação entre os dois grupos políticos.

Artigos publicados nos jornais do Rio de Janeiro organizavam as discussões políticas segundo os interesses divergentes de dois grupos: o primeiro era nomeado o *coelhado*, em alusão aos apoiadores de Antônio Coelho Rodrigues. De acordo com Clodoaldo Freitas, o *coelhado* teria sido oficialmente fundado por Joaquim Nogueira Paranaguá, quando atuou como 1º vice-governador do Piauí entre 4 de junho e 23 de agosto de 1890:

Ele foi o inaugurador do *coelhado*, nome que significa o despotismo da força bruta; a confiscação total de todas as liberdades; o exercício do capricho; o império do arbítrio; o predomínio das paixões; a eliminação completa do direito; o banimento da justiça, em uma palavra, o regime brutal do poder sem lei, sem peias da moral, do pudor, da religião.²⁸⁶

O segundo grupo correspondia à base política do primeiro governador nomeado Gregório Taumaturgo de Azevedo. A primeira facção era formada pelo Partido Republicano Federal, e a segunda era constituída pelo Partido Democrata. Os dois grupos inicialmente disputavam o apoio de João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá), político que tivera grande prestígio perante o imperador D. Pedro II e que presidiu o Partido Liberal por cerca de 30 anos.

Com a formação dos partidos, circularam rumores de que os dois lados teriam supostamente buscado o apoio do Marquês de Paranaguá para o fortalecimento das referidas agremiações. No caso do Partido Republicano Federal, a acusação do grupo adversário baseia-se em carta que teria sido escrita por Joaquim Nogueira Paranaguá ao Marquês, que era seu parente, como também, na presença do mesmo no governo do estado, apontado como o representante da velha política imperial. Quanto ao Partido Democrata, a acusação estava fundamentada no apoio dado ao partido pelo Marquês. Assim, os dois lados apontavam-se

²⁸⁶ FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado: esboço de história*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019, p. 37.

mutuamente como criadores de uma política paranaguá e antirrepublicana, traidora dos interesses do estado do Piauí.

Outro ponto que fortificou a crise política no território piauiense durante o governo de Gregório Taumaturgo de Azevedo foi sua administração. As acusações incidiam sobre superfaturamento de serviços e materiais, demissão de funcionários por motivos políticos, favorecimento de seu partido político na nomeação de vice-governadores e de empregados do estado, violência, dentre outras. A soma de todas essas situações resultou na demissão de Gregório Taumaturgo de Azevedo, que foi chamado ao Rio de Janeiro para dar explicações.

Em meio às justificativas dadas ao Governo Provisório Central, Taumaturgo, juntamente com Newton Burlamaqui²⁸⁷, Urbano Burlamaqui e Clodoaldo Freitas travaram intensas discussões de cunho político contra seus adversários Antônio Coelho Rodrigues e Eliseu Martins na imprensa do Rio de Janeiro, especialmente pelo *Jornal do Comércio e Democracia*. Tais embates resultaram em um grande conjunto de artigos sobre a política piauiense no ano de 1890.

De acordo com Gregório Taumaturgo de Azevedo, os problemas políticos entre ele e os seus adversários começaram antes mesmo da criação dos partidos republicanos no Piauí. Primeiramente com os pedidos de nomeações feitos por Joaquim Nogueira Paranaguá, que entende-se teriam sido negados, gerando a primeira intriga entre Coelho Rodrigues e o referido governador.²⁸⁸

Outra indisposição entre os dois lados teria acontecido após a formação dos partidos, quando o membro do Partido Republicano Federal, Teodoro Alves Pacheco, na mesma data de formação da agremiação, teria pedido uma nomeação, que teria sido rejeitada. A justificativa de Taumaturgo de Azevedo para a recusa decorreu de sua decisão de não atender a pedidos que não tivessem a intermediação dos presidentes dos diretórios, evitando assim o favorecimento político. Ao não recuar diante da insistência de Teodoro Pacheco, o militar acredita que sua postura teria levado ao fortalecimento das críticas contra seu governo.²⁸⁹ Nos termos do governador, ele teria buscado atender o interesse de todos até a fundação dos partidos. E exemplificou sua postura ao falar da nomeação de Joaquim Nogueira Paranaguá

²⁸⁷ Newton César Burlamaqui foi um engenheiro de reconhecimento nacional e grande liderança na política piauiense. Deputado provincial de 1864 a 1865. Irmão do presidente da província do Piauí, desembargador Polidoro César Burlamaqui. Executor de projetos do Ministério da Marinha, em Parnaíba-PI, onde instalou farol no rochedo da Pedra do Sal 1873. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003. p. 88.

²⁸⁸ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

²⁸⁹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

para o cargo de 2º médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Afirma que foram documentados 25 pedidos do médico e mais alguns de Teodoro Pacheco.²⁹⁰

Um segundo nome frequentemente mencionado nas discussões foi o do Barão de Uruçuí, apontado como grande empresário e articulador político, que, segundo Taumaturgo, teria apoiado a Coelho Rodrigues por conveniência econômica. Após a demissão de Taumaturgo de Azevedo, Clodoaldo Freitas, em artigos publicados no Rio de Janeiro, expressa com cautela as motivações para a deposição do governador, e permitiu-se lembrar de que havia pessoas incomodadas com o zelo do ex-governador com as contas públicas. Como ele havia realizado um empréstimo junto ao Tesouro Nacional, esse crédito estaria na mira dos corruptos.²⁹¹

Clodoaldo Freitas relata que superfaturamentos nas obras públicas eram muito comuns nas administrações anteriores à do primeiro governador nomeado após o advento da República, e cita como exemplo dessa situação, um fato ocorrido no governo de Teófilo Fernandes dos Santos, quando “[...] Só de uma verba de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) ficaram 44:000\$000 (quarenta e quatro contos de réis) em casa do Barão de Uruçuí, e os seis restantes com parentes seus.”²⁹² Refere-se a esse momento como o “período dos Zés”, que também fora, a seu ver, forte e justamente condenado pelo jornal conservador *A Época*, do Dr. Coelho Rodrigues.²⁹³

Tendo encontrado nos antigos contratos, grande parte do dinheiro gasto e algumas obras não cumpridas, Taumaturgo teria tratado de exigir do administrador algumas formalidades, como bons materiais e solidez nas obras, pois não existiam contratos detalhados sobre as construções e apenas ofícios ordenando a feitura das obras. Clodoaldo Freitas narra um episódio de má utilização do dinheiro público: “Um irmão do Barão de Uruçuí, o Zés verdadeiro, entre outras, havia-se encarregado das obras do arrendamento do porto da capital e tão mal as fizera, que com a primeira chuva, as pedras caíram, produzindo fundas escavações.”²⁹⁴

Ele ainda explica que:

²⁹⁰ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

²⁹¹ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

²⁹² FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

²⁹³ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

²⁹⁴ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí V. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 122, p. 2, 23 jul.1890.

O Sr. Taumaturgo mandou que consertasse a obra, e não lhe deu os cinco contos que faltaram, dinheiro que agora o Dr. Nogueira mandou entregar, naturalmente porque o grei dos Zés é hoje abençoada, e faz parte da comandita que, não há muito, o cobria dos mais torpes doestos.²⁹⁵

A companhia (trata-se da Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba) do Barão de Uruçuí é apontada por Clodoaldo Freitas, em concordância com as críticas de Coelho Rodrigues, fizera durante o período do Império, como um grande empecilho para o progresso do estado.

O Barão de Uruçuí, chefe da patuleia dos Zés, vive hoje no seio de Abraão, crente de que a subvenção imoralíssima que recebe a sua riquíssima companhia, companhia da capital de 150:000\$000, e que tem recebido do estado em subvenção, não entrando dispensa de fretes, impostos, etc., para mais de dois mil contos, é a sua única missão política! Essa companhia, que o Sr. Dr. Coelho Rodrigues tantos anos tão acertadamente guerreou é o maior empecilho, o maior embaraço ao progresso da navegação fluvial.²⁹⁶

Conforme Clodoaldo, o governador Taumaturgo de Azevedo ciente da situação da companhia que enriquecia às custas do estado, pensou em comprá-la e revendê-la a uma companhia inglesa, para que esta administrasse a grande artéria fluvial com trecho superior a 200 léguas.²⁹⁷ Acreditava que, por causa das ações de Taumaturgo enquanto governador, novas “prevenções” foram feitas numa “guerra surda” no Piauí, porém “ruidosa” no Rio de Janeiro, por meio de telegramas “anônimos e mentirosos” destinados à imprensa. Para ele, perante o Governo Federal, essas “prevenções” foram feitas por Coelho Rodrigues, o “jurisconsulto contratado”. Em sua concepção, outro motivo que teria contribuído para a saída de Gregório Taumaturgo de Azevedo do poder foi o empréstimo que este militar fez para o estado no valor era de 500 contos de réis, dos quais 197 contos, referentes à primeira parcela, brevemente seriam enviados, com isso gerando um saldo positivo de 50 contos de réis ao cofre público.²⁹⁸ Avalia que a boa índole de Taumaturgo de Azevedo, ao administrar o dinheiro público impedindo a corrupção por parte dos donos da companhia seria motivo para

²⁹⁵ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí V. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 122, p. 2, 23 jul.1890.

²⁹⁶ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí V. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 122, p. 2, 23 jul.1890.

²⁹⁷ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí V. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 122, p. 2, 23 jul.1890.

²⁹⁸ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí V. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 122, p. 2, 23 jul.1890.

desejarem a sua saída. Por isso, novas investidas surgiram contra o governador. Todos os fatos apresentados teriam resultado na demissão de Taumaturgo de Azevedo do cargo. Coelho Rodrigues teria contribuído para esse resultado através de sua influência no Rio de Janeiro.

Clodoaldo defende o trabalho realizado no governo estadual por Taumaturgo de Azevedo, como pode ser visto a seguir:²⁹⁹

A administração do Sr. Dr. Taumaturgo de Azevedo foi de tal ordem, que não será exagero talvez dizer que o Piauí nunca mais terá administrador tão criterioso, tão econômico, empreendedor e ativo como esse que é uma das mais vívidas estrelas do firmamento piauiense. Eu não necessito analisar a administração do Sr. Dr. Taumaturgo para mostrar que o Sr. Dr. Coelho Rodrigues e sua gente só querem no Piauí manequins, aqueles que deponham sua independência e desejos nas mãos de mentores insensatos a seu turno movidos pelos ardores jurídicos do mais feliz de todos os romanistas deste século e dos pretéritos.³⁰⁰

Joaquim Nogueira Paranaguá, Barão de Uruçuí e Teodoro Pacheco eram, segundo Taumaturgo de Azevedo, frequentes no palácio do governo na busca de uma amistosa relação, porém o rompimento entre ele e o grupo de Antônio Coelho Rodrigues era algo previsto. Dessa forma, apontou a nova postura de seus adversários como traição. Em suas palavras:

Antes do rompimento, eu já sabia que a *Democracia* ia fazê-lo, como sabia antes mesmo da formação dos partidos, que Joaquim Nogueira, Teodoro e Uruçuí, apesar de irem diariamente ao palácio fazer-me os mais solenes protestos de adesão e amizade, tramavam e mentiam para cá [Rio de Janeiro], porque não os satisfazia em suas exigências desarrozoadas.³⁰¹

Considera que a ruptura não tinha fundamentos sólidos contra a sua administração, ao não ser os desencontros no campo político, que às posturas dos federalistas. Tal oposição infundada teria indignado a muitos, o que gerou manifestações até mesmo após sua chegada ao Rio de Janeiro. De Oeiras teria recebido o apoio de 470 eleitores, também recebeu manifestações favoráveis de Colônia contra sua retirada do governo e isso seria prova palpável a seu favor, porque já havia acontecido a substituição de governadores. Os protestos

²⁹⁹ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 121, p. 2, 22 jul. 1890.

³⁰⁰ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 121, p. 2, 22 jul. 1890.

³⁰¹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

contra sua demissão seriam de federalistas que não concordavam com a trama política enredada no estado.³⁰²

Entretanto, não apenas Taumaturgo de Azevedo tinha queixas quanto à situação política. Sobre a formação partidária, Coelho Rodrigues também declarou ter havido traição quando o Barão de Castelo Branco abraçou ao Partido Democrata. Informa que até a sua viagem a Pernambuco, o Partido Democrata lhe era dedicado e não dava indícios de que o trairia “[...] a última hora e a falsa fé.”³⁰³ Declarou também, que mesmo após o rompimento do Barão de Castelo Branco com os federais, tentou manter um diretório misto com os conservadores divergentes – Teodoro Pacheco e Coelho de Resende –, os liberais divergentes – Barão de Uruçuí e Barão de Castelo Branco –, o republicano histórico e único residente em Teresina, Joaquim Nogueira Paranaguá, e Firmino Martins, que adotava política neutra.³⁰⁴ Ainda conforme Coelho Rodrigues, Demóstenes Avelino também era republicano histórico, entretanto residia em Oeiras. Para ele, foi um projeto impossível, porque desde o princípio no seio do Partido Democrata o pai³⁰⁵ e o irmão³⁰⁶ do governador “[...] tinham o rei na barriga[...].”³⁰⁷ e menosprezaram os membros do Partido Republicano Federal.³⁰⁸

Segundo Coelho Rodrigues, os partidos tiveram a seguinte organização:

As coisas ficaram, portanto, neste pé: de um lado o governador com a dissidência liberal do Barão de Castelo Branco, que, no dia da fusão dos partidos fizeram protesto político de adesão ao Marquês, com o Dr. Clodoaldo, republicano mal visto dos outros, como protestante do mesmo credo, e com a dissidência conservadora do Dr. Coelho de Resende; e do outro lado o centro conservador, a grande maioria dos liberais sob a chefia do Barão de Uruçuí, e todos os republicanos históricos sob a direção do Dr. Demóstenes e Nogueira.³⁰⁹

Ao tempo da formação dos quadros partidários, uma carta teria sido escrita por Joaquim Nogueira Paranaguá ao Marquês de Paranaguá. A atitude gerou polêmica no meio

³⁰² AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁰³ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 181, p. 4, 30 jun. 1890.

³⁰⁴ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 181, p. 4, 30 jun. 1890.

³⁰⁵ Refere-se a Manoel Azevedo Moreira de Carvalho.

³⁰⁶ Refere-se a João de Deus Moreira de Carvalho.

³⁰⁷ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 181, p. 4, 30 jun. 1890.

³⁰⁸ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 181, p. 4, 30 jun. 1890.

³⁰⁹ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 181, p. 4, 30 jun. 1890.

político piauiense, já que se levantou a suspeita de reintegração da política monárquica no estado ou predomínio de poder por um grupo.

Para Taumaturgo de Azevedo, Joaquim Nogueira Paranaguá e o Marquês sempre foram amigos ao invés de adversários. Ele alegou que Joaquim teria tido por muitos anos relações amistosas com seu tio, em cuja companhia teria vivido por algum tempo. Em uma carta do sobrinho ao seu tio Marquês, além dos protestos de amizade, o mesmo teria pedido seu apoio político e a continuação do relacionamento entre ambos, interrompido por intrigas causadas por terceiros. Portanto, teria mostrado o desejo de que toda a família Lustosa se acomodasse em um só partido. Ainda de acordo com Taumaturgo, embora não pudesse publicar uma carta sem autorização prévia do autor, ele garantiu a veracidade de suas informações e afirmou haver em Teresina quem ratificasse sua versão.³¹⁰

Informa igualmente que o Barão de Uruçuí também escrevera uma carta ao Marquês pedindo o apoio para o Partido Republicano Federal. Assim, colocou em cheque a fidelidade do Barão de Uruçuí à República ao divulgar uma circular de 23 de novembro de 1889³¹¹, que dizia:

Como deve saber V.S. as ideias de República e de Federação têm sido objetos de propaganda na atualidade, mais por despeito do que conveniência social. Nesse pressuposto, de acordo com o nosso chefe, distintíssimo amigo, Sr. Marquês de Paranaguá, devemos ficar prevenidos para não nos deixar seduzir por essas novas ideias, que de certo não nos podem convir por ferirem de frente a nossa instituição. Devemos aceitar, é certo, a desconstrução, não fora da constituição, mas dentro de limites constitucionais. E quanto a República, não, porque nossos costumes a repelem, além do que não estamos preparados para ela.³¹²

Taumaturgo de Azevedo apresentou uma outra carta entregue por um amigo, que tinha a assinatura do Barão de Uruçuí:

O centro conservador desaliou-se do Sr. Mariano Gil, havendo possibilidade de fazer fusão com o nosso partido. Se assim acontecer, ficaríamos com um partido invencível neste estado como nos convém. Não organizei chapa para

³¹⁰ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 226, p. 2, 14 ago. 1890.

³¹¹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 226, p. 2, 14 ago. 1890.

³¹² AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 226, p. 2, 14 ago. 1890.

deputados à Constituinte sem prévio acordo com o nosso amigo Marquês de Paranaguá.³¹³

Coelho Rodrigues, na defesa do Barão de Uruçuí, declarava que não se sabia ao certo qual o conteúdo da carta e nem mesmo a data em que ela fora escrita, logo, não era possível levantar respostas concretas sobre o fato. Além do mais, Joaquim Nogueira Paranaguá só havia se tornado republicano a pouco mais de um ano e acreditava que ele pudesse ter tido uma amizade íntima com seu tio, e possivelmente depois da proclamação de um novo regime, o tenha aconselhado a deixar a direção política da família sem resistência. Ele acreditava ser impossível que, quem foi rebelde à “dinastia em duplicata no Piauí”³¹⁴ se subjugasse ao domínio do chefe provincial, depois de eliminada a “dinastia brasileira.”³¹⁵ A afirmação de Coelho Rodrigues pode ser observada na carta que Joaquim Nogueira Paranaguá direcionou a ele e a Eliseu Martins em resposta à discussão sobre a possível carta a seu tio, o Marquês.³¹⁶ Veja-se o escrito na íntegra:

Teresina, 7 de julho de 1890.

- Exmos. Srs. Drs. Coelho Rodrigues e Eliseu Martins.

Li a discussão que aí [no Rio de Janeiro] está tendo lugar por causa de minha carta, única, que dirigi a meu tio, o Sr. Marquês de Paranaguá, antes da fusão dos partidos no estado.

Apesar do advento extremado do Marquês, ele não era seu inimigo. Como sabeis a família do Marquês é a minha. Estávamos completamente separados em política, porque aceitávamos e defendíamos princípios opostos, eu republicano e ele monarquista.

Triunfaram afinal os princípios políticos que eu defendia, e, com o advento da República procurei e empreguei esforços para [que] o mais notável acontecimento político da nossa pátria fosse recebido no Piauí com satisfação geral. Entendi-me como alguns parentes meus, que me haviam hostilizado até então, e tive esperança de vê-los todos reunidos a mim, caso o Marquês não se envolvesse mais na política do Piauí, como geralmente se supunha. O meu fim era desenvolver os princípios que eram pregados, tornando toda a família solidária comigo.

Os partidos monárquicos deveriam desaparecer, ou porque reconhecemos o seu erro, ou pelo terror que lhes causava a Proclamação da República, como assoalhavam. E com efeito os monarquistas mostraram-se resignados aparentemente, tendo alguns se declarado republicanos, como acontecera com o Marquês.

³¹³ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 226, p. 2, 14 ago. 1890.

³¹⁴ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 226, p. 2. 14 de ago. 1890.

³¹⁵ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

³¹⁶ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

Novos partidos deviam se organizar, como felizmente já se deu em nosso estado. Acreditava (por me parecer o único alvitre digno) que o Marquês se resignasse ao papel que representou o Império, deixando liberdade aos parentes que o acompanharam, e que provavelmente virão todos conosco, como já estão em grande número, se o Marquês se o tivesse absterido.

Na carta que a ele dirigi, disse-lhe que sendo a nossa divergência determinada por princípios políticos e tendo triunfado aquele que eu advogava, achava da maior conveniência a união da família. Creio que me exprimindo pouco mais ou menos por esta forma, como já estareis a par pela publicação integral da minha carta, segundo o pedido de ambos vós fizestes em meu nome. Manifesta não só um desejo muito razoável, como também a generosidade e tolerância com que tratava o adversário, de quem aliás já não tinha mais nada a temer.

Conhecendo mais tarde que o Marquês desejava continuar a influir na política do estado do Piauí, para onde se inculcava republicano, tomei a posição que devia, como sabeis, levando ao vosso conhecimento todos os fatos políticos que se iam dando sob a inspiração do ex-governador Taumaturgo.

Identificado com a política republicana e com ambos vós, a quem reconheço como os legítimos chefes do Partido Federalista nesse estado, outro não podia ser o meu procedimento.

Separei-me quando o Marquês representava no Piauí o poder imperial, e manifestei-me francamente contra a sua política atrasada, de horizonte curto, ódios e injustas exclusões no tempo em que ele podia tudo; mas atualmente [...] a vejo sem prestígio, porque lhe falta o poder, donde vinha sua força; atualmente o vejo condenado ao limbo, porque não creio que possa inspirar a mínima mudança ao governo do regime republicano, entendi de ser generoso com ele e lembrar-lhe não deveria pretender o sacrifício dos parentes que o acompanhavam. O meu fim era reunir a minha família, torná-la solidária comigo e com a nova ordem de coisas, deixando o velho Marquês viver das reminiscências dos tempos monárquicos. A minha grande questão com ele era de princípios e se não o fosse, certamente o seu auxílio me poderia servir.

Conheceis os meus sentimentos políticos e a minha conduta, desde que me declarei republicano, e podeis estar certo que por motivo algum me desviarei da senda que o meu dever me impõe.

Sou com a mais elevada estima e consideração.
p. e amigo dedicado.³¹⁷

Antônio Coelho Rodrigues acreditava que Joaquim Nogueira Paranaguá jamais poderia se referir a quem nunca lhe escreveu senão em resposta, e ainda assim, o Marquês havia respondido sequer a um terço das cartas que recebia. Esta situação foi reconhecida pelo próprio Marquês. Coelho Rodrigues confessa que sabia das cartas escritas pelo Barão de Uruçuí e endereçadas ao Marquês de Paranaguá, dizendo que não fazia aliança com Joaquim em fidelidade ao referido líder político imperial no Sul do Estado. Ele observou que seus adversários especulavam a respeito do afastamento político entre Barão de Uruçuí e o Marquês de Paranaguá, e alerta que não havia comprovações de que o marquês era de fato

³¹⁷ PARANAGUÁ apud RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 232, p. 2, 20 ago. 1890.

republicano. Mas ainda assim, o grupo de Clodoaldo Freitas o chamava de patriota quando apontavam ele como “republicano convencido divorciado da monarquia.”³¹⁸ O bacharel em Direito Antônio Coelho Rodrigues declarou que só consideraria tal fato como verdadeiro quando o barão de Uruçuí declarasse em cartório sua posição política com a presença de dois tabeliões. Caso isso não ocorresse tomaria isso como mentira.³¹⁹

No desenvolver dessas discussões, Clodoaldo Freitas apresenta um artigo de Simplício Coelho de Resende, ou melhor, o editorial de apresentação do jornal do Partido Democrata. O editorial trata da torcida de simpatizantes e membros do Partido Democrata face ao surgimento do primeiro número de *O Democrata*, que tinha por missão “justificar as aspirações da agremiação dos políticos que militam sob a nossa gloriosa bandeira e de defender nossos direitos [...]”³²⁰, quando desprezados pelos governos estadual e federal. Redigiam *O Democrata* Simplício Coelho de Resende e Clodoaldo Freitas, descritos como batalhadores, homens que conquistaram uma posição ruim diante das vistas dos marechais do Exército. Garantiu também a todos os membros do partido que a causa da agremiação não correria sem cautela.³²¹

O lema do Partido Democrata era “uníssonos, intemerato, incessante,” que remete a ideia de união, de uma só voz, uma luta interminável. No texto, declarava-se guerra contra Coelho Rodrigues por toda a maldade que ele representava. O editorial de Coelho de Resende era um grito contra a opressão. Seu foco não era apenas Coelho Rodrigues, mas todos aqueles que o apoiavam. As assinaturas e regulamentos do jornal *O Democrata* eram os mesmos de *A Falange*. A produção e coordenação estavam a cargo de Coelho de Resende, diretor único. E por fim, havia o convite a todos para que fizessem a assinatura do periódico.³²²

Concomitantemente à crise política no governo de Taumaturgo de Azevedo, havia a preparação para a eleição à Assembleia Constituinte, que aconteceria em novembro de 1890, com a composição do senado e a escrita da Constituição. Coelho Rodrigues, ao debater com Newton e Urbano Burlamaqui, afirma que havia rumores de que Gregório Taumaturgo de Azevedo impugnaria sua candidatura, embora o governador dissesse até então que iria apoiá-la. Também procurou opôr-se à “discriminação” de novos partidos antes da Constituição, e

³¹⁸ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

³¹⁹ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

³²⁰ O DEMOCRATA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 192, p. 4, 19 jul. 1890.

³²¹ O DEMOCRATA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 192, p. 4, 19 jul. 1890.

³²² O DEMOCRATA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 192, p. 4, 19 jul. 1890.

posto que não “aplaudisse” o fato e aceitou a aliança dos republicanos e do centro conservador com o Barão de Castelo Branco.³²³

Porém, mais tarde, quando a aliança se rompeu, disse ter repreendido a atitude de seus colegas por meio de cartas e telegramas, cuja veracidade poderia provar por meio das respostas que tivera e só depois de melhor informado sobre os procedimentos e circunstâncias do rompimento, deu-lhes razão. Dessas informações pareceu-lhe notório que Urbano e Newton pretendiam empoderar-se do Piauí por intermédio do Barão de Castelo Branco e mediante os seguintes interesses³²⁴:

1º do Dr. Francisco Portela³²⁵, cuja candidatura levantaram de modo mais odioso, para uma terra que a muito se queixava de serem seus representantes manipulados aqui, ao invés de eleitos.

2º do secretário e conselheiro interino do Governador³²⁶, insinuando daqui um modo de se levantar em Recife a candidatura de um de seus cunhados, que aliás poderia apresentar-se como o Sr. Dr. Portella, aos seus comprovincianos, sem uns tantos padrinhos crivados de suspeita do procurador de bobagem.

3º o próprio governador, sugerindo-lhe primeiramente a candidatura do irmão, o Sr. alferes João de Deus ao lugar de 2º vice-governador e mais tarde a do Barão de Castelo Branco, para garantir a eleição do mesmo governador depois da constituição.

4º de Exc. Marquês de Paranaguá, cuja a conversão à República e o apoio ao governador *vet et arbe*, como já mostrei.

5º dos candidatos a senatorial e a deputação mediante a inclusão do Drs. Portela e Newton e do Marquês na chapa da primeira, e dos Drs. Urbano e João Freitas e alferes João de Deus na da segunda, na qual talvez pudéssemos entrar como figuras de encher, eu e o Sr. Eliseu Martins, se anuíssemos ao conclave.³²⁷

De acordo com Coelho Rodrigues, essas informações pareceram-lhe confirmadas quando, em sua curta ausência, viu a demissão do 2º vice-governador, chefe do antigo centro conservador, e a inversão de lugares dos outros dois, Dr. Nogueira e o Barão de Castelo Branco. Ele teria levantado seu protesto contra isso e foi procurado pelo Dr. Newton

³²³ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

³²⁴ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

³²⁵ Francisco Portela, nascido em Oeiras em 1833, era médico e político. Foi o primeiro governador do estado do Rio de Janeiro, Deputado Federal (1909-1912). Em 1912 assumiu a cadeira de senador com a morte de Quintino Bocaiúva. Com a queda do Marechal Deodoro, foi um dos acusados de conspiração e sedição, sendo preso na ocasião. GONÇALVES, 2003, p. 318.

³²⁶ Tratava-se de Clóvis Beviláqua, genro do desembargador José Manuel de Freitas, cuja família residia em Recife-PE. A insinuação era acerca da candidatura de João Alfredo de Freitas.

³²⁷ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

Burlamaqui no escritório de sua casa e também pelo Dr. Portela, propondo-lhe um cargo no Senado e outro na Câmara dos Deputados para Eliseu Martins, também convidado por ele para a mesma reunião. A conversa teria sido interrompida por Eliseu Martins com palavras enérgicas. Coelho Rodrigues teria respondido que nunca fora levado por seus interesses, “[...] e que não admitia acordo possível sem que os republicanos insuspeitos assumissem a direção do estado do Piauí e os meus dois amigos fossem reintegrados. Nisto aqui ainda estou.”³²⁸

Coelho Rodrigues acusa Newton e Urbano Burlamaqui de serem os principais responsáveis pelas discórdias política no Piauí. Que teriam divulgado, em artigos anônimos, que ele queria fazer política de família no Piauí, e ainda que os parentes dos autores dos artigos tinham lucrado mais com a República do que os seus. Ao sentir-se provocado a exibir provas, solicitou a lista dos nomes e a publicou no dia 22 de julho de 1890. Antônio Coelho Rodrigues comenta que após tantos textos reflexivos, cerca de 48, Newton Burlamaqui teria publicado um “artículo”, sem provas quanto ao que nele diz e o desafiava a trazer a público essas provas.³²⁹

Em artigo de resposta a Urbano Burlamaqui Castelo Branco e a Taumaturgo de Azevedo, Coelho Rodrigues afirmou que não trocava cartas regularmente com o Barão de Castelo Branco e sendo pública a sua candidatura à Constituinte, acreditava que a comunicação recebida via Urbano sobre a criação de um partido e a formação de um diretório, era um convite de apoio recíproco para a eleição que em breve aconteceria.³³⁰

No dia 20 de março de 1890, Coelho Rodrigues recebeu um telegrama expedido por Taumaturgo no dia anterior, tratando da maneira como os arranjos políticos estavam acontecendo no Piauí:

Aos olhos do Dr. Coelho Rodrigues e Eliseu Martins. Centro ligou-se somente a Cruz e a Nogueira, sem causa justificada. Mariano, Clodoaldo, Santana, Freitas, Firmino, Resende uniram-se hoje formando partido republicano, apoiando candidaturas e política governo federal. Para que ligas se hei servido preferências? Não governo com um grupo, cerco-me gente honesta desde minha chegada. Convidei todos para a paz, formando um só partido forte. Por hora diz centro me apoiar, nem há motivo para o contrário. Leiam meus atos publicados. Tenho muita calma, confiem. Telegrafei ao Ministro da Agricultura, pedindo lugar oficial, Correio qualquer lugar do Estado para Correia Lima, preferindo Bahia ou Ceará. É isto mesmo. Criei

³²⁸ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

³²⁹ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 23 jul. 1890.

³³⁰ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 23 jul. 1890.

hoje comarca de União, separando do termo de Campo Maior. Propicia nomeação Clodoaldo Freitas. Tratem dela. Peça também lugar Tesouro Tesouraria da Fazenda para José Joaquim de Moraes Avelino, honesto [...] tesoureiro falecido Telegrafei neste sentido Ministro da Fazenda. Taumaturgo.³³¹

Coelho Rodrigues conta que no dia seguinte respondeu ao governador, porém não guardou cópia do telegrama. A solução encontrada foi pôr em artigo a sua essência.

Primeiro a fusão sugerida por Gabriel e Cruz contra Firmino, Teodoro despeito Mariano, sem pensamento hostile governo. Não será possível dizendo Cruz Mariano, velhos liberais. Teodoro Resende, conservadores, Nogueira republicano, Firmino neutro? Antes da Constituinte não podemos ter dois partidos. Se for possível o acordo por candidaturas, exclua-me. Aceito lugar Senado. Espero nomeação Clodoaldo amanhã ou 29. Não posso pedir Tesouraria Avelino, porque recomendei Lisandro. Abstenho-me. Escrevo sobre Lima. Que os ódios e afeições cedam as dificuldades da crise. Quem não for capaz disso descubra-se. Ainda não vi Eliseu. – Coelho.³³²

No dia seguinte ao telegrama, 23 de março de 1890, Coelho Rodrigues recebeu de Taumaturgo uma nova resposta com o seguinte teor:

Estou de acordo consigo. Não queria também grupos, e combati com a palavra. Reuni imprensa, não consegui. Fundei *Estado do Piauí*. Reuni chefes todos os grupos, propus formação um partido, criação os grupos. Resistindo ódios latentes; impuseram exclusões. Servi e sirvo todos promovendo paz, escolhendo homens honestos; Teodoro, Mariano, Firmino procuram reunir-se. Depois Teodoro rompeu o acordo. Anteontem apresentou-se-me diretório partido Cruz, Teodoro, Nogueira, pondo serviço disposição governo. Respondi não reconhecer partidos; não estou subordinado a nenhum. Queria um só todo estado, até constituinte. Entretanto aceitava oferecimento apoio, com auxílio material administração. Correm boatos diversos e jogam com o seu nome, provocando ressentimentos amigos. Consta hoje se reúne partido Mariano, Resende, Santana, Almendra, Clodoaldo representando Freitas e Firmino. Também dizem apoiar e aceitar candidatos governo federal, constando serem você, Eliseu, Portela, Urbano, Freitas e eu. Não posso aceitar, ainda mesmo não sendo incompatível. Seria prejudicial nesse caráter, estando no governo [...]. Tem recebido *Estado do Piauí*? Leu minha proclamação? Tem lido meus atos? Se Clodoaldo não foi ontem nomeado, seja 29. Taumaturgo de Azevedo.³³³

³³¹ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 23 jul. 1890.

³³² RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 23 jul. 1890.

³³³ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 23 jul. 1890.

Coelho Rodrigues solicita a Urbano Castelo Branco que lesse com atenção o telegrama acima apresentado e dissesse que acreditando no autor [Taumaturgo] como deveria, ele poderia ou não afirmar o que afirmou. E ainda apresenta outro telegrama, agora de 4 de março, em apoio ao seu argumento. Diz a mensagem: “Dr. Coelho Rodrigues... Dr. Joaquim Nogueira pede para transferir-lhe o seguinte recado: Inste nomeação Clodoaldo para qualquer comarca Piauí. Trabalhamos de acordo”.³³⁴

Antônio Coelho Rodrigues avisou que os telegramas ficaram na tipografia do *Jornal do Comércio* para que Urbano Castelo Branco e Taumaturgo de Azevedo pudessem verificar a autenticidade. Além do mais, provocou o primeiro a provar que os telegramas remetidos a ele eram particulares e foram publicadas sem autorização do remetente, salvo o caso extremo de defender-se com elas de acusações sofridas.³³⁵

Entretanto Taumaturgo de Azevedo negou a autoria do telegrama emitido a 4 de março publicado por Coelho Rodrigues, bem como os dois dirigidos ao conselheiro, com datas de 20 e 23 de março de 1890 e sim que seriam respostas a outros telegramas e aos assuntos contidos em cartas que Antônio Coelho Rodrigues lhe havia escrito.³³⁶ Acrescentou ainda que a publicação dos telegramas teria sido um favor, pois Coelho Rodrigues passou inconscientemente a defendê-lo de acusações sofridas, ou seja, 1) que ele havia promovido a divisão dos grupos políticos, quando na verdade buscava uni-los; 2) que, ao contrário de que alguns diziam, sempre rejeitou a possibilidade de candidatura ao governo do estado, pois a considerava inapropriada por ser o governador na época.³³⁷

Taumaturgo considerava que, ao tempo do seu governo, no Rio de Janeiro eram divulgadas falsidades a respeito dos negócios do Piauí. Além disso, o Partido Republicano Federal nunca fora de fato republicano, porque pedira, em primeiro lugar, o apoio político do Marquês de Paranaguá por intermédio de Joaquim Nogueira Paranaguá e o do Barão de Uruçuí. Acusa que Coelho Rodrigues também escrevera ao referido Marquês, e por manter uma relação quase parental, sua intenção era pedir favores, que, entretanto, não eram atendidas pelo antigo chefe liberal.³³⁸

³³⁴ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí I. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 23 jul. 1890.

³³⁵ RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí I. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 23 jul. 1890.

³³⁶ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 205, p. 4, 25 jul. 1890.

³³⁷ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 205, p. 4, 25 jul. 1890.

³³⁸ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí: ao Sr. Dr. Eliseu Martins. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 206, p. 3, 26 jul. 1890.

Descreveu Coelho Rodrigues como alguém com sérios problemas de caráter e com acentuada característica de autoritarismo. Acusa-o de usar essa atitude como recurso para manter influência política no Piauí, ora a querer fazer um marquesado que não seria capaz de explicar, ora para criar o coelhado, que reuniria todos os seus adversários políticos.³³⁹

Um dos aspectos mais delicados da política piauiense nesses primeiros meses de 1890 foi o relacionado à nomeação dos vice-governadores. Taumaturgo de Azevedo foi acusado por seus opositores de atuar em seu próprio favor e no de seu irmão, o alferes João de Deus Moreira de Carvalho, para assumir o cargo de governador, assim como trabalhar em benefício do Visconde de Ouro Preto e do Marquês de Paranaguá. Clodoaldo Freitas destaca essas acusações:

O certo é que propalaram que o Dr. Taumaturgo: 1º pretendia levantar o Marquês de Paranaguá e criar elementos Ouro Preto; 2º impor a candidatura do seu irmão o alferes João de Deus; 3º governar sem o apoio da maioria; 4º impor sua candidatura para governador.³⁴⁰

Clodoaldo Freitas desmente que Taumaturgo de Azevedo tivesse essas intenções e afirma que seria a maior “miséria”, se qualquer pessoa criasse “elementos” a favor do Visconde de Ouro Preto. E se essa intenção houvesse, viria da parte do Barão de Uruçuí, que, no período do Ministério daquele nobre, foi o chefe liberal que apoiou e representou a sua política na província.³⁴¹

Sobre a questão dos vice-governadores, Taumaturgo de Azevedo declarou que quando recebeu um telegrama do ministro do Interior solicitado a indicação de vice-governador, apontou os seguintes nomes: 1º vice-governador: alferes João de Deus Moreira de Carvalho, que era seu irmão; 2º vice-governador, o bacharel Teodoro Alves Pacheco; o 3º vice-governador o Barão de Castelo Branco. E sobre cada um deles apresentou a justificativa de escolha.³⁴²

O primeiro foi visto como aclamado pelo povo no dia 16 de novembro, data em que a República foi proclamada no Piauí. Além disso, o alferes teria sido responsável pela deposição do presidente da província. Na gestão da Junta Provisória, tinha mostrado ser digno

³³⁹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁴⁰ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí V. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 122, p. 2, 23 jul. 1890.

³⁴¹ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul. 1890.

³⁴² AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

de louvor como constava nos documentos enviados ao Ministro da Guerra. Além disso, por ser alguém de sua confiança, tinha convicção de que suas ordens não seriam desrespeitadas quando fosse necessário se ausentar em viagens ao interior. E completou com a afirmação de que ele era elemento neutro por nunca ter sido membro de quaisquer agremiações ou votado em algumas delas.³⁴³

Já sobre o segundo indicado, foi apresentado como ex-chefe do Partido Conservador e que juntamente com João de Deus foi membro da Junta Governativa Provisória. Teodoro Alves Pacheco foi escolhido mesmo tendo aderido à República 48 horas após a sua instalação e mais tarde ter sido retirado pelos companheiros do mesmo.

Já o terceiro candidato ao cargo foi selecionado pois era grande empreendedor e era de família numerosa.³⁴⁴

Ao tratar do nome de Joaquim Nogueira Paranaguá, declarou que à época da escolha dos vices o médico era completamente desconhecido como chefe de um partido republicano, que no Piauí nunca teria existido e, portanto, não poderia indicar seu nome. Afirma que Coelho Rodrigues e Eliseu Martins também não lembraram de Nogueira Paranaguá, como provaria o telegrama abaixo e o tópico da carta que recebeu³⁴⁵:

Rio, 5 de junho, indicação vice-governadores que não podem ser aceitos. No todo o governo quer gente prestígio e influência. Teodoro aceito. Peço proponha Firmino Martins e coronel Estêvão de Jerumenha. Soube suas indicações porque fui consultado. Eliseu.³⁴⁶

Taumaturgo de Azevedo dizia não responder por nenhum grupo político, era apenas um delegado do governo central com liberdade de ação. No mesmo dia, 5 de junho de 1890, enviou outra mensagem em resposta com o seguinte conteúdo: “Já indiquei vice-governadores que conheço. Governo nomeie quem quiser. Lembrei Firmino, mas teria que suscitar desgostos. Tenho melhor vontade servir Deodoro, governo, felicitar Piauí. Me auxiliem para este fim.”³⁴⁷ Mais tarde Taumaturgo teria recebido carta de Eliseu Martins, que comunicara:

³⁴³ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁴⁴ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁴⁵ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁴⁶ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁴⁷ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

“[...] quanto a governadores (vices, aliás) ficaram o 2º e 3º governadores por V [...] para 1º indiquei o Benjamim Nogueira³⁴⁸, creio que fiz bem.”³⁴⁹

Gregório Taumaturgo de Azevedo, já no Rio de Janeiro tratando de sua defesa, afirmou que diante da alteração da lista, ele poderia ter solicitado exoneração de seu cargo, porém não o fez, dentre outras razões, para não piorar a delicada situação em que se encontrava, para ser coerente com sua resposta, e até mesmo, para satisfação de Coelho Rodrigues e o próprio Eliseu Martins, que lhe pediram para que não abandonasse a cadeira de governador.³⁵⁰

Esclarece que o título de vice-governador destinado a Benjamim Nogueira Paranaguá coincidiu com a presença de seu irmão gêmeo Joaquim em Teresina. Joaquim Nogueira Paranaguá deu motivo para passar o telegrama mencionado acima ao ministro do Interior, conseguindo assim a nomeação que teoricamente era de seu familiar. Para Taumaturgo de Azevedo essa situação não decorreu de erro de nome como estava sendo dito após o rompimento “e [...] esse Joaquim inventado não lhes era desconhecido.”³⁵¹

Taumaturgo de Azevedo acreditava após a sua queda, que a única censura justa que poderia ter sofrido seria se tivesse escolhido como vice, Clodoaldo Freitas, considerado por seus opositores como republicano “radical e violento”. Quanto a Demóstenes Avelino, que os antagonistas de Taumaturgo definiam como o “mais antigo e inflexível republicano do Piauí”, sequer havia sido lembrado por Antônio Coelho Rodrigues. Motivado por tal situação, e para evitar maiores problemas ele decidiu fazer política de conciliação com os chefes dos antigos partidos. Com esse argumento justificava suas escolhas, porque para ele a República era um novo momento para os partidos brasileiros, em que a harmonia deveria prevalecer.³⁵²

Sobre as nomeações, chama a atenção para o seguinte fato:

Se o Barão de Castelo Branco era forjado pelo Marquês de Paranaguá e estava fazendo política, porque ele lhe deu o 3º cargo de vice-governador ao invés do 1º ou 2º ? E ainda, se o Barão era suspeito à República, porque Coelho Rodrigues não impugnou logo a sua indicação, agindo de forma

³⁴⁸ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁴⁹ Benjamim Nogueira Paranaguá irmão gêmeo de Joaquim Nogueira Paranaguá, o que pode explicar o engano quando houve a nomeação para vice-governador do estado.

³⁵⁰ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁵¹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁵² AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

contrária, concordando com o nome e aconselhando seus amigos a fazerem amizade e união como me falou em carta de 19 de março?³⁵³

Taumaturgo de Azevedo afirma ter dito que a aproximação de Teodoro Pacheco e Joaquim Nogueira Paranaguá de Mariano Gil Castelo Branco (Barão de Castelo Branco) e Firmino de Sousa Martins seria motivo de aplausos, mas que não contassem com ele para prejudicar os dois últimos. Informa também que, em carta de 13 de março de 1890, Coelho Rodrigues teria buscado convencer ao governo central de que ele fazia uma má administração. A motivação para essa crítica seria as adesões de Firmino Martins e do Barão de Castelo Branco ao Partido Democrata. E ainda que o Partido Republicano Federal teria sido apoiado pelo Marquês de Paranaguá, a quem escreveram o Barão de Uruçuí e Joaquim Nogueira Paranaguá solicitando o apoio e o reconhecimento do PRF, que deveria ser o maior partido do estado.³⁵⁴

Disse ainda que ser admirável que Coelho Rodrigues lhe atribuísse razões para a alteração da lista dos nomeados para vice-governador, sem saber de suas intenções. Defendeu-se da acusação de que teria solicitado a demissão de Joaquim Nogueira Paranaguá, e afirma que era um argumento na busca de convencer o governo federal de que ele realizava uma má política. Para ele, o Governo Provisório Central foi enganado ao nomear “falsos republicanos” como Coelho Rodrigues, que não eram capazes de conseguir as posições que adquiriram, se não fosse por meio de intrigas.³⁵⁵

Sobre as indicações de Taumaturgo, Eliseu Martins esclareceu que telegrafou para ele com a intenção de lembrar-lhe nomes para a substituição do alferes João de Deus Moreira de Carvalho. Sabia que, à época, Demóstenes Avelino não residia em Teresina e desconhecia a presença de Joaquim Nogueira Paranaguá na capital do estado, por isso não indicou seu nome no referido telegrama. Mas logo depois teria sido informado de sua presença, porém que não quis indicá-lo até receber a resposta à sua mensagem.³⁵⁶

Relata que o retorno do telegrama enviado veio por meio de artigo publicado no número 222, do *Jornal do Comércio*, de 10 de agosto de 1890, pois era visível que não havia a indicação de outra pessoa ao cargo que estivesse à altura de João de Deus. Assim, Eliseu

³⁵³ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁵⁴ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁵⁵ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

³⁵⁶ MARTINS, Eliseu. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 223, p. 2. 11 ago. 1890.

conclui por afirmar que Joaquim Nogueira Paranaguá não foi rejeitado por ele, mas por Taumaturgo, que preferia o irmão.³⁵⁷

Diante da conjuntura, Aristides Silveira Lobo³⁵⁸ ouviu novamente a Eliseu sobre as nomeações dos vice-governadores do Piauí, e na oportunidade teria indicado a Joaquim Nogueira Paranaguá como 1º vice-governador. Essa ação seria uma homenagem a ele que foi um “distinto cavalheiro e um esforçado chefe político do valente Partido Republicano do Piauí”, por mais que não quisesse Taumaturgo.³⁵⁹

Já sobre o 2º vice-governador, Teodoro Alves Pacheco, Eliseu Martins lhe fez honrosas referências. Esclareceu que Benjamim e Joaquim Nogueira Paranaguá eram irmãos e acreditava que na ocasião em que conversava com o ministro do Interior teria trocado acidentalmente o nome dos dois. Porém protesta contra a afirmação de Taumaturgo de que Joaquim era desconhecido ou que não tivesse importância.³⁶⁰

Assim como Coelho Rodrigues, Eliseu Martins desafiou o agora ex-governador para que demonstrasse que os chefes do Partido Republicano Federal eram criminosos, bem como os três vice-governadores. Em sua defesa, Taumaturgo de Azevedo faz referência à dominação do coelhado. Antônio Coelho Rodrigues, em sua política, teria removido Manuel Ildfonso de Sousa Lima³⁶¹ da Tesouraria da Fazenda para a Bahia, e deportado Jesuíno José de Freias da comarca de Amarante para a de Morrinhos, em Goiás.³⁶² Este honrado juiz só teria como defeito ser irmão do ex-chefe liberal José Manuel de Freitas.³⁶³

³⁵⁷ MARTINS, Eliseu. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 223, p. 2, 11 ago. 1890.

³⁵⁸ Aristides da Silveira Lobo (Manguaguape-PB, 12/02/1838 – Barbacena-MG, 27/03/1896). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Ativista da causa republicana durante o império. Deputado geral por Alagoas (1864-1870). Primeiro Ministro do Interior no governo provisório (1889-1890), deputado federal e senador pelo Rio de Janeiro nas legislaturas de 1891-1892 e 1892-1896, respectivamente. PINTO, Surama Conde Sá. Aristides da Silva Lobo. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20Aristides.pdf>. Acesso em 28 jan. 2020.

³⁵⁹ MARTINS, Eliseu. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 223, p. 2, 11 ago. 1890.

³⁶⁰ MARTINS, Eliseu. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 223, p. 2, 11 ago. 1890.

³⁶¹ Manoel Ildfonso de Sousa Lima era bacharel em Direito e pertencia ao Partido Liberal, sendo redator do jornal *A Imprensa*. Foi diretor de diversas repartições públicas antes sua partida para o Maranhão.

³⁶² AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁶³ José Manuel de Freitas (Jerumenha-PI, 14/03/1832 – Recife-PE, 10/11/1887). Magistrado, jurista, poeta, jornalista e político. Colaborou no primeiro jornal a circular em Teresina, *A Ordem*. e também em outros jornais dentro e fora do Estado. Patrono da Cadeira n.1 da Academia Piauiense de Letras. GONÇALVES, 2003, p. 187.

Na mesma oportunidade caracterizou Coelho Rodrigues como alguém que dispunha de superpoder para tocar em várias áreas e instâncias do setor jurídico. Essa potencialidade, que já era considerável no período monárquico, teria se ampliado na República e lembrou aos apoiadores do seu adversário, que suas ações futuramente apresentar-lhes-iam as consequências.³⁶⁴

Taumaturgo de Azevedo explicou também os motivos que o levaram a propor a demissão do 2º vice-governador e a transferência do 1º para o 3º lugar. Em suas palavras, até 18 de março de 1890, os quatro grupos políticos existentes no Piauí acompanhavam, cada um buscando preferências que sempre lhes foram negadas, porque seu objetivo era aproveitar nomes de todas as facções. Taumaturgo afirma ainda, que Coelho Rodrigues não ignorava tais planos, como confirmava Eliseu Martins em carta que lhe foi enviada. A mensagem que não possui data esclarecida diz: “A ocasião é a melhor possível para aparar a nata dos antigos grupos, eliminando a escória de todos eles com prudência, discrição e vagar. Disse-me Sousa que é esse o seu objetivo.”³⁶⁵

Devido às grandes dificuldades políticas que estava enfrentando no Piauí, Taumaturgo de Azevedo resolveu escrever ao marechal Deodoro da Fonseca, enviando-lhe um telegrama a 14 de março com a intenção de aferir acerca da confiabilidade de que ainda dispunha. A mensagem diz:

Sr. Generalíssimo. Tenho feito administração moralista, livre de ódios, afeições e exclusões. Hei ferido profundamente interesses inconfessáveis sem olhar nomes. Estado salvo bancarrota, publiquei o orçamento, saldo verificado, tudo em paz. Sobre política nenhuma manifestação pró ou contra, candidatos aguardando ordem vosso governo. Entretanto, vos devia prevenir que os espíritos retrógrados, viciados, sistema decaído, de março intentam-me amoldar pretensões desarrazoadas. Encontrando resistência consta-me que desejam minha substituição. Crede, estou fazendo sacrifícios, lugar espinhoso e nenhum interesse me prende aqui, além de ser útil à minha terra e servir a vosso governo. Nestas condições vos peço que me faleis franco, se devo continuar a merecer plena confiança, apesar de intrigas possam haver. Sem apoio decidido ser-me-ia impossível governar confiante e executar reformas iniciadas e outras prestes a se realizarem.³⁶⁶

Deodoro da Fonseca teria respondido prontamente à mensagem, que diz:

³⁶⁴ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁶⁵ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁶⁶ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

Governador, nenhum motivo tem Governo Provisório para vos retirar confiança. Continua a administrar Estado com justiça, tolerância e severa economia dos recursos públicos e teres cumprido com o vosso desejo. Governo Provisório – Ministro do Interior.³⁶⁷

No dia 19 de março de 1890, afirma ter recebido uma carta de Coelho Rodrigues que dizia:

Já me tarda a sua resposta ao telegrama de ontem e receio muito que tenha perdido a calma, apesar da minha reconsideração, houvesse pedido demissão, sobre o que já prevíamos o governo. Se fez isso, procedeu mal, há de parecer que deixou-se levar pelo amor próprio para abandonar o posto de honra que lhe foi concedido, não incorra em deserção e tenha paciência que não é menos necessária ao militar do que ao congresso.³⁶⁸

Fora do governo, Taumaturgo de Azevedo questiona a atitude de Coelho Rodrigues em pedir sua preservação no cargo de governador, já que em outro momento criticava arduamente sua administração. Em sua defesa indaga por que naquela época não aproveitou a oportunidade para pedir sua substituição.³⁶⁹

Na avaliação de Taumaturgo de Azevedo sua intenção de demitir-se ainda em março era consequência de uma série de fatores:

[...] as repetições de intrigas, estando já aborrecido com toda aquela politicagem infame, desgostoso pelas nomeações de juízes feita pelo Dr. Coelho Rodrigues contra os interesses da Justiça e apenas para preparar o domínio do seu coelhado, vendo-me adoentado e prejudicado em seus interesses, preferindo em acesso, sem compensação equivalente ao sacrifício que fazia, resolvi pedir demissão do cargo [...] ³⁷⁰

Em meados de abril de 1890, Taumaturgo de Azevedo enviou o seguinte telegrama ao ministro do Interior:

[...] peço minha exoneração apesar honrosa confiança mereci Governo Federal. Suspendo desde já todos os meus trabalhos administrativos

³⁶⁷ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁶⁸ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁶⁹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁷⁰ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

iniciados e reformas em vias de execução. E, para salvaguardar os interesses do estado, peço-vos para passar a administração para o 3º vice-governador do estado, Barão de Castelo Branco, cidadão prestigioso, honesto e garantia de ordens e créditos Piauí, visto como o 1º vice-governador (Joaquim Nogueira) é incapaz de reagir contra pretensões inconfessáveis e o 3ª (Teodoro Pacheco) é um energúmeno político, infelizmente para mim, somente hoje conhecido.³⁷¹

Afirma que estava disposto a manter sua decisão, porém em respeito ao ministro do Interior viu-se forçado a ficar mais um pouco. O telegrama enviado teve a seguinte resposta do ministro:

Em 17 de abril – governador – vossa susceptibilidade é de um caráter nobre e longe de estranhá-la aplaudo-a. Continuáis a gozar de toda a confiança do governo que conta com o vosso patriotismo na administração desse estado, posto de sacrifícios e de benemerência.³⁷²

Oito dias após o seu pedido de demissão, continuava a sofrer ataques de seus adversários por meio do jornal do Partido Republicano Federal, dirigido por Teodoro Pacheco, e onde Joaquim Nogueira Paranaguá também escrevia contra ele. Nesse meio tempo veio um telegrama do ministro do Interior com o informe da demissão do 2º vice-governador e a transferência do primeiro colocado para o terceiro, em resposta a pedido feito pelo governador no telegrama a seguir:

26 de abril. Jornal grupo bacharel Teodoro Pacheco acerca do governo com falsidades e inconveniências. Tendo procedido com a calma que não desejo transviar-me caminho traçado administração. Para primeiro Barão de Castelo Branco, para 3º Joaquim Nogueira. Para 2º Jesuíno José de Freitas, magistrado inteligente, probo e circunspeto, ficando assim exonerado aquele bacharel proposto poucos dias depois de minha chegada [Teodoro Alves Pacheco], mas hoje reconheço não ter ele isenção do espírito e moralidade para este cargo de plena confiança Governo Federal.³⁷³

Estes foram os termos usados para solicitar a troca de vice-governadores ao Governo Federal. No dia 28 de abril de 1890 Taumaturgo recebeu um telegrama com a resposta do

³⁷¹ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁷² AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁷³ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

ministro do Interior: “Para que se possam lavrar nomeações dos mesmos vice-governadores indicados vosso telegrama 26, convém indicar indicações por extenso nome próprio”.³⁷⁴

Nova mensagem foi enviada com os nomes por extenso de seus indicados, o que confirmava, ao seu ver, a confiança que o governo nele depositava. Porém em 22 de maio, estando o Governo Federal convencido da “má política” do então governador, reintegrou Joaquim Nogueira Paranaguá e Teodoro Alves Pacheco para 1º e 2º vice-governadores, respectivamente. Jesuíno José de Freitas, o 3º vice-governador, foi substituído pelo Barão de Uruçuí.³⁷⁵

Nessa mesma data, 22 de maio, o primeiro governador republicano nomeado Gregório Taumaturgo de Azevedo foi demitido. A notícia do afastamento de Taumaturgo foi emitida por Coelho Rodrigues e Eliseu Martins a Teodoro Pacheco.

Clodoaldo Freitas esclarece os fatos. Conforme suas palavras, após a notícia, os federalistas teriam se reunido à porta do Barão de Uruçuí, soltando foguetes e “a dar morras ao governador”. Houve um grande alvoroço na cidade.³⁷⁶

Sabendo do acontecimento, o delegado de polícia e chefe da guarda republicana, o alferes João de Deus Moreira de Carvalho, vai até o chefe de polícia, José Calheiros de Melo, narrando o que ocorria e pedindo ordens, pois não queria tomar para si a responsabilidade de alguma medida que viesse a suceder, devido aos insultos ao governador, que também era seu irmão. Posto a par de tudo, o chefe de polícia se aprontou e com a arma na cintura dirigiu-se ao lugar. Às 22 horas, puseram-se na frente do portão da guarda republicana e “[...] Calheiros mandou apitar, reuniu a força que estava de prontidão e, já à frente dela, ao lado do delegado, estando presente quase toda a oficialidade, seguiu para o lugar do ajuntamento, então maior e de caráter mais sedicioso.”³⁷⁷

Próximo à casa do Barão de Uruçuí, José Calheiros de Melo pediu para que a força parasse e dali seguiu sozinho para o meio do grupo, todavia logo voltou debaixo de gritos de “fora polícia”, e disse ao comandante: “Dê uma carga de baioneta para dispersar essa gente”. O comandante obedeceu e disparou o artefato. Houve correria, mas não houve feridos.

³⁷⁴ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁷⁵ AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

³⁷⁶ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí XI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul. 1890.

³⁷⁷ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí XI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul. 1890.

Clodoaldo Freitas comenta que mesmo não havendo machucados, Coelho Rodrigues divulgou o contrário. Clodoaldo Freitas descreve a ação policial em meio ao tumulto:

Ao aproximar-se a força da casa do Barão de Uruçuí, ouviu-se duas ou três detonações, que aliás não fala o Dr. Calheiros em suas partes. A verdade é que o Barão de Uruçuí, acobardado, desmaiado em uma cadeira, atirado pela janela, como um traste, mais tarde telegrafou que ficou com a casa crivada de balas; depois que tiros foram dirigidos a sua pessoa e, finalmente, que o alferes ou tenente-coronel João de Deus fizera pontaria a sua cabeça, e achou testemunhas, que juraram isto! Sabemos como se arranjam testemunhas em tais ocasiões. Era uma força como qualquer outra, o chefe de polícia o melhor dos cômicos.³⁷⁸

O governo de Taumaturgo de Azevedo, as questões políticas, sua queda e defesa no Rio de Janeiro constituiu o livro de Clodoaldo Freitas *fatores do coelhado*: esboço de história, de 1892.³⁷⁹ Um jornalista e leitor do livro fez uma crítica sobre a obra, veiculada no jornal *A Legalidade*. Assinado sob o pseudônimo Nabor, que embora não possamos afirmar com certeza, possivelmente seria Nabor Pinto, o texto apresenta dez pontos a respeito da obra, ora discordando das afirmações de Clodoaldo Freitas, ora manifestando-se a favor.³⁸⁰

Um dos pontos divergentes em relação à versão de Clodoaldo Freitas é o do tiroteio que teria ocorrido na casa do Barão de Uruçuí em 22 de maio. Nabor diz que há no livro uma inexatidão na narrativa dos fatos. Para ele estava incorreto atribuir toda a culpa do ocorrido a José Calheiros de Melo, pois a responsabilidade seria na verdade do alferes João de Deus Moreira de Carvalho e de Egídio Pereira.³⁸¹

No dia 4 de junho de 1890, Taumaturgo de Azevedo foi chamado pelo Governo Federal à cidade do Rio de Janeiro e logo viajou. Clodoaldo Freitas posteriormente também segue viagem para aquela capital e é na imprensa carioca que escreve e colabora na defesa do ex-governador perante o Governo Central, naquele momento, chefiado pelo Marechal Deodoro.³⁸²

A pesquisa hemerográfica corrobora o que já foi afirmado por Queiroz, que a polêmica política criada em torno da demissão de Taumaturgo de Azevedo do cargo de governador do

³⁷⁸ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí XI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul. 1890.

³⁷⁹ O livro teve sua primeira edição lançada em 1892, pela tipografia do jornal *O Democrata*, sendo relançado apenas em 2019, na coleção do centenário da Academia Piauiense de Letras. Para a construção deste texto utilizamos essa segunda edição, organizada por Teresinha Queiroz.

³⁸⁰ NABOR. Trocos miúdos. *A Legalidade*, Teresina, ano 1, n. 40, p. 3, 15 out. 1892.

³⁸¹ NABOR. Trocos miúdos. *A Legalidade*, Teresina, ano 1, n. 40, p. 3, 15 out. 1892.

³⁸² Antes de chegar ao Rio de Janeiro, Taumaturgo de Azevedo passou rapidamente pela capital do Ceará. NOTICIÁRIO: Governador do [...] *Cearense*. Fortaleza, ano 44, n. 136, p. 1, 21 jan. 1890.

estado envolveu vários nomes como: Clodoaldo Freitas, Coelho Rodrigues, Eliseu Martins, Newton Burlamaqui, Urbano Castelo Branco e o próprio Taumaturgo de Azevedo. A grande ressonância dessa discussão ocorreu na capital da república entre os meses de julho a agosto de 1890.

Nos meses iniciais da República, o Rio de Janeiro funcionou como caixa de ressonância das disputas políticas, em todos os estados do Brasil. Com relação ao Piauí, não foi diferente, como pôde ser visto nas matérias publicadas no jornal *Democracia* e no *Jornal do Comércio*, como visto nas dezenas de artigos utilizados nesta dissertação.

No início de junho de 1890, no Rio de Janeiro, um grupo de políticos apoiadores do governador Gregório Taumaturgo de Azevedo passou a defendê-lo na imprensa, tendo em vista a iminente saída do militar da chefia do Executivo estadual. Essas pessoas provavelmente eram ligadas ao Partido Democrata. Em artigos de defesa, afirmavam que da mesma forma que haviam traído o Imperador e derrubado o trono, certos grupos estavam agindo contra Gregório Taumaturgo de Azevedo, a fim de tirá-lo do cargo e cumprir seus interesses.³⁸³

Nesses artigos de defesa, era apontado como um homem exemplar em suas atitudes, de destacada carreira na engenharia, fazendo parte de muitas comissões importantes pelo Brasil e que provava, por obras na administração do Piauí, o seu empenho para o engrandecimento da nação brasileira. Taumaturgo de Azevedo foi considerado pelos autores como o melhor governante do Piauí desde o surgimento do Império no país. Entendiam que em vista da situação política do estado ele iria cair. Constatam “[...] irá cair, não duvidamos, mas será vítima de uma intriga noturna e das urdiduras que com ares de amor à causa política, trazia no beijo o *Intel argus in hobis*.”³⁸⁴

A queda teria sido provocada por algumas informações passadas a ministros por conspiradores dizendo que Taumaturgo de Azevedo queria fundar no Piauí política juntamente com o Marquês de Paranaguá e amigos daquele político liberal. O grupo defensor apontam que os documentos comprobatórios da boa administração do governador, definido como vítima, falam bem alto contra os inimigos da “verdade reconhecida.”³⁸⁵

³⁸³ CIDADÃOS do Estado do Piauí. Estado do Piauí ao Brasil. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 158, p. 2, 7 jun. 1890.

³⁸⁴ CIDADÃOS do Estado do Piauí. Estado do Piauí ao Brasil. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 158, p. 2, 7 jun. 1890.

³⁸⁵ CIDADÃOS do Estado do Piauí. Estado do Piauí ao Brasil. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 158, p. 2, 7 jun. 1890.

Concluem ser chegada a hora de chamar a atenção dos ministros para tão “vãs ousadias, insólitas e descriteriosas”³⁸⁶ em que se empenharam os delatores, que haviam “esmagado e aniquilado” o Partido Democrata piauiense não em proveito do estado, mas em benefício de outro partido, o Partido Republicano Federal. Discorrem sobre como os conspiradores teriam levado à frente o plano de cumprir seus propósitos e interesses, e que não titubearam em aniquilar o Dr. Clodoaldo Freitas. Os autores da carta ainda apelaram aos ministros do Governo Federal: “Olhem senhores ministros para estes fatos que trazem em si a contaminação dos viciados partidos bem antes partidos monárquicos.”³⁸⁷

Também apelaram para o chefe do Governo Provisório Central, Deodoro da Fonseca, para que olhasse os negócios do Piauí. Afirmaram pretender mostrar nas colunas dos jornais os serviços prestados pelo governador do estado do Piauí em sua administração, a começar por seu plano de governo.³⁸⁸

A substituição de Gregório Taumaturgo de Azevedo³⁸⁹ e de seus 1º e 2º vice-governadores, o Barão de Castelo Branco e Jesuíno José de Freitas, respectivamente, por Joaquim Nogueira Paranaguá e Teodoro Alves Pacheco causou polêmica no Rio de Janeiro, principalmente após editoriais publicados por Vicente de Souza³⁹⁰, no jornal *Democracia*. Em uma de suas publicações, o citado jornalista critica a escolha feita pelo Governo Central, por considerar que a ligação parental entre Joaquim Nogueira Paranaguá e o Marquês de Paranaguá significaria a entrega do poder político no estado a antigos grupos ligados à Monarquia.³⁹¹

Para ele, muita coisa ainda não estava bem esclarecida a respeito do que havia motivado a troca de governadores. Vicente de Souza chegou até mesmo a supor que a saída de Taumaturgo de Azevedo estava relacionada a uma aliança feita entre ele e grupos do antigo

³⁸⁶ CIDADÃOS do Estado do Piauí. Estado do Piauí ao Brasil. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 158, p. 2, 7 jun. 1890.

³⁸⁷ CIDADÃOS do Estado do Piauí. Estado do Piauí ao Brasil. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 158, p. 2, 7 jun. 1890.

³⁸⁸ CIDADÃOS do Estado do Piauí. Estado do Piauí ao Brasil. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 158, p. 2, 7 jun. 1890.

³⁸⁹ O capitão João do RÊGO Barros havia sido o escolhido para substituir Taumaturgo de Azevedo. O mesmo estava inclusive com a data de retorno para o Piauí agendada para o dia 10 de julho de 1890. Porém, não se tem maiores informações a respeito dos motivos que não permitiram que ele assumisse o cargo. O SR. CAPITÃO João [...] *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 106, p. 1, 4 jul. 1890.

³⁹⁰ Não foi possível obter uma biografia mais apurada de Vicente de Souza, porém aqui fazemos breve relato sobre ele: Vicente de Souza foi um jornalista carioca, diretor, redator e proprietário do jornal *Democracia*. Era abolicionista e republicano histórico.

³⁹¹ NOTICIÁRIO: Telegrama [...] *Cearense*, Fortaleza, ano 44, n. 104, p. 1. 23 jan. 1890.

regime. Em sua concepção, não faria diferença a troca realizada pelo Governo Federal, porque não mudaria a situação política existente no estado do Piauí.³⁹²

O jornalista carioca confessa seu desagrado em relação à preferência do Governo Federal, e chega mesmo a supor que a trajetória de Joaquim Nogueira Paranaguá como republicano histórico seria falsa. Entretanto, ele próprio declara que fora procurado por distintos cavalheiros piauienses a fim de darem como verdadeira tal história. Não satisfeito, levantou um questionamento a respeito da real dedicação de Nogueira Paranaguá à vinda da República e seu rompimento com o Marquês, pois se essa dedicação fosse verdadeira, a atitude épica de dignificava sua nomeação como governador do Piauí, que, não obstante, não ocorreu, já que outro foi posto em seu lugar.³⁹³

Sua desconfiança foi, todavia, reforçada por uma outra notícia que desmentia em certo grau o caráter militante de Joaquim Nogueira Paranaguá: alguns outros cavalheiros oriundos do Piauí, o teriam procurado para contestar a informação anterior, afirmando que o Barão de Uruçuí havia procurado o Marquês com o intuito de pedir conselhos, com o conhecimento e concordância de Nogueira. O jornalista observa que, antes do advento da República, o chefe liberal piauiense possuía grande ação política na província e uma boa relação com o imperador D. Pedro II e sua família e que, após o novo modelo político, essa influência ainda permanecia.³⁹⁴

Um texto teria sido publicado em resposta ao jornal *Democracia*, no qual alguém descrito como um “monarquista com a monarquia, escravista com a escravidão, ultramontano com os católicos, [...] aderente ardente à República com as mesmas fórmulas com que defendia o eito, acusava violentamente o republicanismo [...]”³⁹⁵, dizia:

Quem anda intrigando por ali além são os informantes da *Democracia*, que a convenceram de que o atual 1º vice-governador do Piauí é representante e continuador da política do Marquês de Paranaguá, que nunca teve adversário mais decidido, nem mais franco que aquele sobrinho.³⁹⁶

³⁹² SOUZA, Vicente de. Círculo vicioso. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 80, p. 1, 4 jun. 1890; PIAUÍ. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 80, p. 2, 4 jun. 1890.

³⁹³ SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? Quer pela diuturnidade [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 84, p. 1, 9 jun. 1890.

³⁹⁴ SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? Quer pela diuturnidade [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 84, p. 1, 9 jun. 1890.

³⁹⁵ SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? Quer pela diuturnidade [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 84, p. 1, 9 jun. 1890.

³⁹⁶ SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? Quando, a propósito de [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 95, p. 1, 21 jun. 1890.

Dias depois, uma carta foi divulgada no jornal *Gazeta de Notícias*, na qual o Barão de Uruçuí informava que não formaria chapa, sem os conselhos do Marquês. Vicente de Souza afirma não acreditar que Nogueira Paranaguá desconhecesse a carta mencionada, pois ele teria escrito uma carta ao seu tio lamentando o afastamento entre ambos, ocorrido graças à longa desarmonia causada por intrigantes. Na concepção do jornalista carioca, isso só corroborava sua crença sobre a permanência de um “círculo vicioso”, porquanto as mesmas oligarquias dominantes no Império continuavam de pé no pós-República.³⁹⁷

Segundo matéria veiculada pelo jornal *Gazeta de Notícias* e reproduzida pelo jornal *Democracia*, após a nomeação Joaquim Nogueira Paranaguá³⁹⁸, a Junta Municipal da Cidade de Barras teria desalistado cerca de 220 eleitores democratas, incluindo promotores públicos e jurados, em combinação com o Juiz de Direito, Joaquim Ribeiro. O motivo provavelmente seria a não assinatura de uma ata.³⁹⁹

Após a posse de Joaquim Nogueira Paranaguá e estando Clodoaldo Freitas no Rio de Janeiro, recebeu o seguinte telegrama: “Demitidos 124 empregados, além de todas as intendências”.⁴⁰⁰ Clodoaldo Freitas então acusa Joaquim Nogueira Paranaguá de ditador: “Ao vice-governador nada mais resta fazer. A política de ferro e fogo está sendo posta em prática para a honra e glória de quem pretendia dominar pelo terror, já que não tem popularidade para ser amado.”⁴⁰¹

Segundo Queiroz, à medida que as matérias políticas eram publicados, homens ligados à política piauiense demonstravam interesse em se manifestar sobre o que seria a realidade dos fatos, eram pessoas interessadas em esclarecer a situação de seus partidos perante ao Governo Federal do Estado.⁴⁰² Conforme Vicente Souza, os problemas da política no Piauí, em 1890, eram consequências da ainda grande influência imperial sobre a direção do estado. Pessoas como Antônio Coelho Rodrigues, exerciam poder naquele momento, em que pese ter perseguido republicanos no período monárquico.⁴⁰³ Nota-se, de maneira geral e em especial

³⁹⁷ SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? Quando, a propósito de [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 95, p. 1, 21 jun. 1890.

³⁹⁸ Na data da publicação da matéria, um novo governador já havia sido escolhido para a substituição de Joaquim Nogueira Paranaguá, o capitão Gabino Besouro. SOUZA, Vicente de. Estado do Piauí I. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 104, p. 1, 2 jul. 1890.

³⁹⁹ SOUZA, Vicente de. Código Civil. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 141, p. 1, 14 ago. 1890.

⁴⁰⁰ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí: ao chefe do Governo Provisório. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 187, p. 2. 6 jul. 1890.

⁴⁰¹ FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí: ao chefe do Governo Provisório. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 187, p. 2. 6 jul. 1890.

⁴⁰² QUEIROZ, 1994.

⁴⁰³ SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? As nossas palavras sobre [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 87, p. 1, 12 jun. 1890.

nos artigos de Vicente de Sousa, o medo da retomada do poder por antigos grupos ligados ao Império.⁴⁰⁴

⁴⁰⁴ SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? As nossas palavras sobre [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 87, p. 1, 12 jun. 1890.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se entender que a instalação da República no estado do Piauí, assim como no restante do país, foi algo inesperado e sem violência. O advento da República era, para alguns, sinal de um novo começo para o Brasil. Já para grupos políticos que aderiram rapidamente à nova forma de governo, significou apenas uma forma de se manterem no poder para sustentar seus privilégios. Para a população, pouco significava, pois, por não ser esclarecida, não compreendia a real importância da proclamação da República e teve pouquíssima relevância em termos de mudança quanto aos direitos do novo regime traria aos brasileiros.

Com relação à participação militar, embora haja indícios de revoltas de militares em vários pontos do Brasil, não havia uma união de combatentes. Costa sinaliza que no exército havia pessoas conscientes dos acontecimentos pró-república. Celso Castro, por sua vez, aponta as influências e motivações pessoais desses militares, e afirma que apenas os que estavam no topo, que eram pouquíssimos oficiais, tiveram participação no fato.

Com o advento da República, os militares assumiram o poder e, inspirados no modelo de República americano, adotaram uma concepção federalista, não obstante seu discurso fosse positivista. É importante lembrar que o pensamento político-filosófico dos militares não era homogêneo, por exemplo: no governo de Deodoro da Fonseca o discurso era positivista e no governo de Floriano Peixoto, a corrente filosófica que vigorava era o jacobinismo.

A junta governativa provisória foi o primeiro governo pós-proclamação onde seus integrantes não tiveram ação administrativa. Mas o que realmente acontece nesse período, é a adesão de grupos políticos do interior do estado com o objetivo de manterem seus privilégios. Foi braço do Estado republicano por um mês, a fim de estabilizar temporariamente a federação até a vinda de um governante nomeado. Com o seu fim, foi nomeado Gregório Taumaturgo de Azevedo como primeiro governador do Estado, o mesmo era major de engenharia e bacharel em Direito pela Faculdade de Recife.

A nomeação de Taumaturgo para o governo do estado foi uma estratégia política do governo federal com o objetivo de substituir as juntas governativas provisórias por militares, para ampliar os tentáculos do exército. Sua chegada ao Piauí foi festejada pelos piauienses, porque ele era representante do progresso que a República deveria trazer. Seu governo durou cerca de seis meses e foi cheio de polêmicas.

Primeiramente, por causa de sua nomeação, porque não se sabe ao certo quem seria o primeiro responsável por ela. Contudo, há duas possíveis possibilidades, sendo a primeira de ter sido o Coronel Mallet e a segunda de ter sido Elizeu Martins. Este último é suspeito a

Taumaturgo, pelas dúvidas levantadas pelos testemunhos que certos companheiros em uma viagem que apontaram Mallet como verdadeiro indicador de seu nome o Marechal Deodoro, Elizeu possivelmente tentou se aproveitar da oportunidade para obter vantagens no governo de Taumaturgo.

Também há a busca do primeiro governador republicano do Piauí por “neutralidade” política, ao tentar formar um único partido, o que não surtiu efeito positivo, mas resultou em oposição a seu governo, reacendendo antigas rivalidades entre velhos adversários e suscitando pressão, por parte de seus inimigos, até a sua demissão.

Desde o princípio, Taumaturgo teria deixado claro a sua escolha por trabalhar conjuntamente com todos os grupos, e reforçou isso em juntar com políticos da capital. Dois partidos foram criados, o Partido Republicano Federal e o Partido Democrata, com a dissidência das antigas agremiações monarquistas, ou seja, o Partido Liberal e o Partido Conservador. Membros desses velhos grupos se rearranjaram dentro do novo cenário político, sendo cada partido uma mistura heterogênea dos antigos partícipes da vida pública. A principal motivação apontada por ambos era defender os interesses do Estado. Apesar das investidas das agremiações, no primeiro momento, o governador não correspondeu as solicitações de nenhum dos partidos.

Pouco tempo após sua formação, o Partido Republicano Federal, que tinha como membro Antônio Coelho Rodrigues, rompeu com o governo. A motivação seria o possível relacionamento de Taumaturgo com o Marquês João Lustosa da Cunha Paranaguá, ex-líder do Partido Liberal, poderoso político do Piauí e grande influência perante o imperador D. Pedro II. Taumaturgo de Azevedo passou a ser apoiado pelos democratas. Deu-se então o início da crise.

O nome do marquês passou a ser constante nas discussões políticas do estado, já que o grupo situacionista apontava o grupo opositor como contrários à república. Esta acusação dava-se pela presidência do Partido Federal que era ocupada pelo médico Joaquim Nogueira e também pela nomeação do mesmo para o cargo de 1º vice-governador. Nogueira era parente do referido marquês e, ainda no Império, havia rompido com ele, quando se declarou republicano. O político enviou uma carta ao marquês, cujo o conteúdo não pode ser determinado, mas resultou em discussões entre os lados acerca dos interesses que ela carregava. O tema central do debate entre os grupos seria o pedido de apoio para o Partido Republicano Federal.

Administração do Gregório Taumaturgo de Azevedo também foi assunto frequente nas discussões. No seu governo, realizou reformas orçamentárias e previdenciárias, elevou vilas a

categorias de cidades, realizou obras, dentre outras ações. As condutas administrativas executadas foram para alguns apoiadores como Clodoaldo Freitas, tidas como benéficas para o bem do estado, mas para seus adversários, como Coelho Rodrigues, foram prejudiciais aos negócios piauienses, ou seja, abuso do poder político.

Freitas acredita que o desagrado sentido por certos nomes da política, que também atuavam nos negócios piauienses como o Barão de Uruçuí, foram importantes razões para a queda do então governador. Esta concepção baseia-se no fato de que por várias décadas o Piauí teria sofrido com intensa corrupção e verdadeiros “assaltos” aos cofres públicos. As atividades de gestão governamental comandadas por Taumaturgo, ao seu ver teriam impedido tais práticas e acelerado a sua demissão da cadeira de governador.

A nomeação dos vice-governadores também foi uma questão tratada pelos políticos piauienses. Taumaturgo escolheu nomes como Joaquim Nogueira Paranaguá, Teodoro Pacheco e Barão de Castelo Branco como 1º, 2º e 3º vice-governadores respectivamente com a intenção de um favorecer os dois grupos, porém com o rompimento do PRF, partido dos dois primeiros apontados para as cadeiras, levantou-se novos rumores acerca do interesse do militar de dominar o Estado, já que houve troca de lugares entre o primeiro e o terceiro, demissão do segundo e a indicação do irmão do seu irmão para o cargo.

Outro ponto da histórica política Piauí, que teria causado desconforto está relacionado a nomeação de Clodoaldo Freitas para o cargo de juiz municipal da comarca de União. A citada comarca fora desmembrada da comarca da cidade de Campo Maior, a pedido de Taumaturgo e que era dirigida pelo bacharel em Direito Helvídio Clementino de Aguiar. A indicação, o processo, a confirmação e posteriormente a negação da permissão para ocupação do lugar de Juiz de Direito naquela circunscrição jurídica foram assuntos em pauta e reforçou a rivalidade entre Freitas e Coelho Rodrigues.

Os embates entre os membros do Partido Republicano Federal e o Partido Democrata desgastaram fortemente a presença de Taumaturgo de Azevedo a ponto de o mesmo, inicialmente, pedir a demissão. Mesmo com a insistência de alguns elementos para a sua permanência no cargo e a confiança que ainda possivelmente dispunha do governo provisório central, a situação cada vez se agravava. Dias após seu pedido, o governo federal emitiu uma nota informando sua demissão e o convocando ao Rio de Janeiro.

Joaquim Nogueira Paranaguá foi o substituto de Taumaturgo no Governo do Estado. Sua rápida gestão entre 4 de junho de 1890 e 23 de agosto de 1890 não ficou imune à críticas de seus adversários. Sua presença e seus atos administrativos foram bastante questionados.

Tido como facilitador do coelhado e instrumento de perseguição contra seus inimigos. Foi também apontado como representante do marquês.

Contudo, em meio às discussões e debates a respeito do governo de Taumaturgo, é possível notar a presença de antigos grupos políticos no poder, como Clodoaldo Freitas pelo Partido Liberal e Antônio Coelho Rodrigues pelo Partido Conservador. A ameaça de adesão do Piauí causou polêmica na imprensa da Capital Federal e gerou preocupação para o governo central, pois o nome do Marquês se mostrou forte, não só no governo de Taumaturgo como também no governo Nogueira Paranaguá. Havia o receio de que república não sobrevivesse com as oligarquias e os vícios que dominaram o império. Nogueira, aos olhos de Clodoaldo Freitas, Nenton Burlamaqui, Urbano Burlamaqui e de era a representação direta dos antigos vícios da Monarquia.

A figura do jornalista Vicente de Sousa aparece como analista da troca de governo. Ele vivenciou à distância, mas especificamente da capital federal, o acontecimento. Para ele, era preocupante a mudança de governo no Piauí. A seu ver, Taumaturgo possivelmente tinha relação próxima com o Marquês de Paranaguá e associou isso à saída do primeiro do governo. Além disso, considera que tão grave quanto a relação de Taumaturgo com o Marquês é a nomeação de Nogueira Paranaguá, por ser ele parente do já citado Marquês e representava, em sua concepção, antigos grupos políticos imperiais. Essa preocupação demonstra o medo do retorno ou da permanência do poder nas mãos de grupos oligárquicos que atuavam no antigo regime.

Nesse contexto, ganha relevância a figura de Clodoaldo Freitas, participante e analista do momento histórico. No seu entender, de forma geral, considera que o jurisconsulto Coelho Rodrigues teve grande participação nas decisões que culminaram com a saída de Taumaturgo do poder.

Coelho Rodrigues teve grande poder de influência sobre a política do Estado do Piauí. Encontrava-se na posição de jurisconsulto contratado pelo governo central e líder do Partido Republicano Federal no Estado. Na visão de Clodoaldo Freitas por ter peso junto à presidência, Coelho Rodrigues favoreceu a demissão de Taumaturgo. De fato, o citado político e seu partido romperam com o governo de Taumaturgo e trabalharam a favor de sua saída, já que o então governador optou pela neutralidade política e posteriormente, por causa do rompimento, escolheu o apoio dos democratas.

A polêmica saída de Taumaturgo foi resultado, segundo Clodoaldo Freitas, de uma conspiração, já que ele vinha se mantendo honesto e demonstrava zelo com as contas públicas, além de não se ouvir falar em superfaturamento de obras em seu governo.

Mediante esses fatos, depreende-se que os primeiros anos de República no Piauí foram muito intensos, graças à reorganização partidária, que reacendeu antigas rivalidades, formou novas alianças, resultou em queda de governador, manteve o poder de algumas lideranças, que já tinham força no Império e enfraqueceu outras.

REFERÊNCIAS

Hemerográficas

A DEMOCRACIA, órgão [...]. *Gazeta do Norte*, Fortaleza, ano 10, n. 104, p. 2, 12 maio 1889.

A REUNIÃO política. *A Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1889.

A SITUAÇÃO financeira [...]. *Cearense*, Fortaleza, ano 44, n. 19, p. 2, 24 jan. 1890.

ADESÕES. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

ADESÕES: Colônia de São Pedro da Alcântara. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

ADESÕES: Illms. e Exms. Srs. membros da Junta Provisória do Governo desta província *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

ATO DO GOVERNO PROVISÓRIO. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 3-4, 4 dez. 1889.

ATUALIDADE. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

ATUALIDADE. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 1, 4 dez. 1889.

AUTO DA PROCLAMAÇÃO da República do Brasil, na província do Piauí e deposição do delegado de governo monárquico na mesma província. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 27 nov. 1889.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país: minhas senhoras e meus senhores. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí III. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 125, p. 2, 26 jul. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 126, p. 2, 28 jul. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí IX. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 139, p. 2, 12 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI: leis e atos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 133, p. 2, 5 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 133, p. 2, 5 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VIII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 136, p. 2, 8 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí XI: leis e atos. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 157, p. 1-2, 27 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí XVIII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 152, p. 2-3, 22 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí XVIII. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 152, p. 3, 22 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 226, p. 2, 14 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 205, p. 4, 25 jul. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 222, p. 3, 10 ago. 1890.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí: ao Sr. Dr. Eliseu Martins. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 206, p. 3, 26 jul. 1890.

BOLETIM do “Telefone”. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

CAMPO MAIOR. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 27 nov. 1889.

CARVALHO, Sérvulo José de. Câmara Municipal do Livramento: Ata da sessão extraordinária de 23 de novembro de 1889. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

CASTELO BRANCO, Cândido. Telegramas: Rio, 19. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 27 nov. 1889.

CASTELO BRANCO, Urbano. Estado do Piauí: ainda uma resposta ao Sr. Dr. Antônio Coelho Rodrigues. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 172, p. 2, 21 jun. 1890.

CIDADÃOS do Estado do Piauí. Estado do Piauí ao Brasil. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 158, p. 2, 7 jun. 1890.

CLUBE Republicano Piauiense. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 17, p. 1, 21 fev. 1890.

CLUBE Republicano Piauiense. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 16, p. 4, 19 fev. 1890.

COMPANHIA de Fiação e Tecidos Piauiense. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 10, p. 3, 5 fev. 1890.

COSTA, Raimundo. Regeneração, 15 de dezembro de 1889. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 12, p. 3, 9 fev. 1890.

DINIZ, Antônio. Ao Dr. Manuel Rodrigues de Carvalho. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 6, p. 3, 25 jan. 1890.

ESTADO DO PIAUÍ ao país: em grande banquete [...]. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

ESTREITO. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 3, p. 4, 18 jan. 1890.

EU. Travessos! *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 14, p. 3, 11 fev. 1890.

FERREIRA, Francisco Barbosa. Auto de adesão à República Brasileira pelos habitantes da vila de União, província do Piauí. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 2, 4 dez. 1889

FERREIRA, Gabriel Luís. Finanças do Estado. *O Estado do Piauí*, Piauí, ano 1, n. 23, p. 2-3. 7 mar. 1890.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí III. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 119, p. 2, 19 jul.1890.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 121, p. 2, 22 jul.1890.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí V. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 122, p. 2, 23 jul.1890.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul.1890.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí XI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul. 1890.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí: ao chefe do Governo Provisório. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 187, p. 2. 6 jul. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 13. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 24, p. 1, 9 mar. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 13: continuação. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 25, p. 1. 13 mar. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 17. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 27, p. 2, 19 mar. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 17. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 27, p. 2, 19 mar. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 18. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 28, p. 2, 21 mar. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 19. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 29, p. 2, 23 de mar. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 20. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 32, p. 1, 30 de mar. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 21. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 36, p. 1, 11 abr. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 26. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 47, p. 1, 9 maio 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 27. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 48, p. 1, 11 maio 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 32. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 50, p. 1, 17 mai. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Dia 7: portarias. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 2, 16 jan. 1890.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Portarias. Decreto n. 7. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, p. 1, 29 jan. 1890.

GRANDE reunião política. *Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1890.

LOPES, Liberalino Batista. Paço da Câmara Municipal das Barras, em sessão ordinária de 10 de janeiro de 1890. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 5, p. 2, 23 jan. 1890.

MARTINS, Eliseu. Ao Ilustre Sr. Coronel Mallet. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 127, p. 3, 29 jan. 1890.

MARTINS, Eliseu. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 68, n. 223, p. 2. 11 ago. 1890.

MARTINS, Eliseu. Sr. Dr. Gregório Taumaturgo. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 126, p. 2, 28 jul. 1890.

MELO, Luís. Telegramas: Caxias, 19. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 27 nov. 1889.

MOURÃO, Domingos; UCHOA, Jacob. Movimento Republicano: Clube Republicano de Pedro II. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 14 jan. 1890.

NABOR. Trocos miúdos. *A Legalidade*, Teresina, ano 1, n. 40, p. 3, 15 out. 1892.

NOTICIÁRIO. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

NOTICIÁRIO: adesões. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

NOTICIÁRIO: Governador do [...] *Cearense*. Fortaleza, ano 44, n. 136, p. 1, 21 jan. 1890.

NOTICIÁRIO: Telegrama [...] *Cearense*, Fortaleza, ano 44, n. 104, p. 1. 23 jan. 1890.

NOTICIÁRIO: Telegrama. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

O DEMOCRATA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 192, p. 4, 19 jul. 1890.

O SR. CAPITÃO João [...] *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 106, p. 1, 4 jul. 1890.

OITENTA E NOVE. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

OS ESTADOS: Estado do Piauí. *Jornal do Recife*, Recife, ano 33, n. 6, p. 2, 9 jan. 1890.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL da cidade de Teresina. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 3-4, 4 dez. 1889.

PARANAGUÁ apud RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 232, p. 2, 20 ago. 1890.

PARNAÍBA, 20 de janeiro de 1890: Ao digno governador do Estado do Piauí. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 8, p. 3, 31 jan. 1890.

PIAUI, Governador, 1890-1890, Joaquim Nogueira Paranaguá. *Relatório com que o 1º vice-governador Joaquim Nogueira Paranaguá entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Gabino Besouro no dia 23 de agosto de 1890*. Teresina: Tip. de Honorato Sousa, 1890.

PIRES FERREIRA, Fileto; VASCONCELOS, Raimundo Artur de. Telegramas: Fortaleza, 19. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 27 nov. 1889.

RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 181, p. 4, 30 jun. 1890.

RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 23 jul. 1890.

RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: a propósito do artigo do Sr. Dr. Urbano Burlamaqui Castelo Branco. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 203, p. 3, 30 jul. 1890.

RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: ao chefe do Governo Provisório. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 149, p. 4, 30 maio 1890.

RODRIGUES, Antônio Coelho. Estado do Piauí: os últimos artigos dos Srs. Drs. Urbano e Newton Burlamaqui. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 176, p. 3, 25 jun. 1890.

RODRIGUES. Antônio Coelho. Estado do Piauí: a propósito do artigo do Sr. Dr. Urbano Burlamaqui Castelo Branco. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

SOUZA, Vicente de. Círculo vicioso. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 80, p. 1, 4 jun. 1890; PIAUÍ. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 80, p. 2, 4 jun. 1890.

SOUZA, Vicente de. Código Civil. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 141, p. 1, 14 ago. 1890.

SOUZA, Vicente de. Estado do Piauí I. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 104, p. 1, 2 jul. 1890.

SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? As nossas palavras sobre [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 87, p. 1, 12 jun. 1890.

SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? As nossas palavras sobre [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 87, p. 1, 12 jun. 1890.

SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? Quando, a propósito de [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 95, p. 1, 21 jun. 1890.

SOUZA, Vicente de. Onde a verdade? Quer pela diuturnidade [...]. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 84, p. 1, 9 jun. 1890.

TELEGRAMAS: Piripiri, 26. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

TELEGRAMAS: Teresina, 16 de dezembro. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 67, n. 360, p. 1, 27 dez. 1889.

UM JUSTO REPARO. *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

VÁRIAS NOTÍCIAS: Vimos a [...]. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 67, n. 325, p. 1, 22 nov. 1889.

VIVA A REPÚBLICA! *Atualidade*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

Bibliográficas

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BURKE, Peter. A terceira geração. In: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales a revolução francesa da historiografia: 1929-1989*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. A República e o povo na rua. In CARVALHO, José Murilo de. *O pecado original da República: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro: Novo Tempo, 2016. p. 19-22.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Primeiro passo: 1822-1930. In: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 15-83.

CARVALHO, José Murilo. Utopias republicanas. In: CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990. p. 17- 33.

CASTRO, Celso. *Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CASTRO, Chico. Paranaguá: um conselheiro do Império. In: CASTRO, Chico. *Marquês de Paranaguá: ensaio biográfico de Chico Castro*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. p. 15-80.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CNJ Serviço: Saiba a diferença entre comarca, vara, entrância e instância. *Conselho Nacional de Justiça*, Brasília, 23 maio 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82385-cnj-servico-saiba-a-diferenca-entre-comarca-vara-entrancia-e-instancia>. Acessado em: 10 jun. 2017.

CORRÊA LIMA, Hélibert Alves; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Nos domínios de Arthur: política e sociedade no governo de Raymundo Arthur de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2010.

COSTA FILHO, Alcebiades. Aspectos da política no Piauí provincial: 1855-1899. *Revista Espaço-Tempo*, Teresina, v. 1, n. 4. p. 11-17, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. A proclamação da República. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação UNESP, 1999. p. 450-492.

CRUZ, Itan. *A serviço de sua realeza imperial: Amanda Paranaguá Dória, dama da Princesa Isabel: 1849-1931*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2002

CUNHA, Higino. *Memórias: traços autobiográficos*. Brasília;Teresina. Senado Federal;Academia Piauiense de Letras, 2011.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.

FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado: esboço de história*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *História: Alto Longá - PI*. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alto-longa/historico>. Acesso em 25 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *História: Castelo do Piauí- PI*. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/castelo-do-piaui/historico>. Acesso em 25 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *História: José de Freitas-PI*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/jose-de-freitas/historico>. Acesso em 25 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA(Brasil). *História: União - PI*. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/uniao/historico>. Acesso em 25 fev. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Fazendas Nacionais do Piauí estão na pauta do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/135>. Acesso em 27 ago. 2018.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-Nação a ser construído: o papel dos símbolos nacionais, do Império à República. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 471-509, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n3/a03v18n3.pdf>. Acesso em 23 abr. 2018.

LEMOS, Renato. Benjamin Constant Botelho de Magalhães. In: ABREU, Alzira Alves. et. all: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC - FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONSTANT,%20Benjamin.pdf>. Acesso em 9 mar. 2018.

LEMOS, Renato. Floriano Peixoto. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEIXOTO,%20Floriano.pdf>. Acesso em 9 mar. 2018.

LEMOS, Renato. Manuel Deodoro da Fonseca. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Deodoro%20da.pdf>. Acesso em 9 mar. 2018.

LOPES, Raimundo Hélio. Gregório Taumaturgo de Azevedo. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEVEDO,%20Gregorio%20Taumaturgo.pdf>. Acesso em 2 mar. 2018.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p.111-153.

MACAMBIRA, Dalton Melo. O Piauí na proclamação da República. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 11, n. 1, p. 115-131, 1986.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: LUCCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 45-80.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MCCANN, Frank D. Tumulto republicano. In: MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 27-100.

NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí: 1889-1920*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2013.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. v. 2.

PINTO, Surama Conde Sá. Aristides da Silva Lobo. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20Aristides.pdf>. Acesso em 28 jan. 2020.

QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas e a republicanização da República. In: QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: EDUFPI; Academia Piauienses de Letras, 2015, p. 23-30.

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina/João Pessoa: EDUFPI/EDUFPB, 1998.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *A imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

REMOND, René. Do político. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 441 -450.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SILVA, Camila de Freitas. O 15 de Novembro na imprensa carioca. *AEDOS*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 177-198, jan./jun. 2011.

SILVA, Daniel Afonso da. Sabinada. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 63, 2008, p. 319-322. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a24.pdf>. Acesso em 27 abr. 2017.

SIRINELLI, Jean-François. Introdução. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 9-11.

VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de. João Nepomuceno de Mallet. In: ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MALLET,%20Jo%C3%A3o%20Nepomuceno%20de%20Medeiros.pdf>. Acessado em: 22 abr. 2016.

VIANNA, Oliveira. *O acaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro: notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 58-91, jun./ago. 2003.